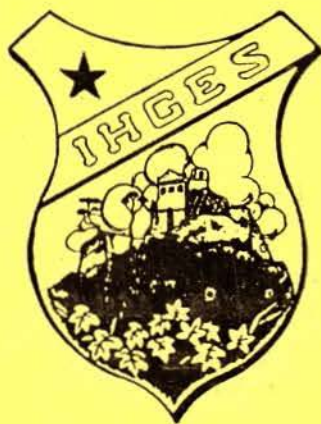


REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1986

Nº 37

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1986

Nº 37

Í N D I C E

ESTUDOS & ENSAIOS

Diocese do Espírito Santo: 90 anos — Elmo Elton	5
O Teatro Romântico Capixaba — Oscar Gama Filho ..	11
O Processo da Emancipação da Escravidão no Brasil — Gabriel Bittencourt	23
Nome da Antiga Governadora — Manoel Milagres Ferreira	39
Darcy Monteiro "Meu Tipo Inesquecível" — Waldemar W. de Oliveira	43
Os Símbolos do Estado — Alberto Isaías Ramires	47
Partidos Políticos Capixabas: (1822-1930) — Joaquim Pires de Amorim	51
São Lucas Patrono dos Médicos — José Moysés	59
O Rio Santa Maria da Vitória e Sua Bacia Hidrográ- fica — Ricardo B. Costa	65
Ludovico Persici — Um lugar para o Espírito Santo na história do cinema brasileiro — Maria Eugênia Fabris Moscon	81

DISCURSOS & CONFERÊNCIAS

Cuito no Pedestal de um Herói — Nilo Martins da Cunha	89
A Preservação das Ilhas Oceânicas Brasileiras (Arquipé- lago de Abrolhos e Ilha da Trindade) — Willis de Faria	97
Martin Lutero (1483-1546) — Carlo Bussola	103

OUTROS ASSUNTOS

As Regiões Subdesenvolvidas e a Educação para o De- senvolvimento — Coelho Sampaio	123
Relatório do Museu da Imagem e do Som do Espírito Santo	147

ESTUDOS & ENSAIOS

DIOCESE DO ESPÍRITO SANTO: 90 ANOS

Elmo Elton

A criação do Bispado do Espírito Santo se deu a 15 de novembro de 1895, mediante decreto da Sagrada Congregação Consistorial, com força de Bula assinada por Sua Santidade Leão XIII, tudo em decorrência do que se lê abaixo:

A 23 de agosto de 1894, vindo do Rio de Janeiro, no paquete **Brasil**, aportava em Vitória Dom Francisco do Rego Maia, bispo de Niterói, em visita pastoral ao Espírito Santo, com o propósito de fazer ressurgir no clero local e no povo o espírito cristão, visto o estado duplamente lamentável em que os mesmos se encontravam. Os padres, em sua quase total maioria, escandalizavam a população pela negligência ou até desprezo com que tratavam os assuntos pertinentes a seu ofício, enquanto o povo, em decorrência disso, deixava de frequentar as igrejas e os sacramentos, comparecendo apenas às festas de cunho mais folclórico que religioso, como o eram as de São Benedito, celebradas tanto aqui como em outras localidades do interior do Estado. Diga-se, de passagem, que alguns sacerdotes, em Vitória, mantinham, às vezes, mais de uma concubina, com as quais pernoitavam diariamente, tendo filhos com elas, não escondendo aos fiéis tal situação. O padre Francisco Antunes de Sequeira (1832-1897), que gozava fama de homem culto, teve, por exemplo, mais de uma companheira, viveu, anos seguidos, com uma filha do poeta Virgílio Vidigal (1866-1891), com quem teve duas ou três filhas, disso não fazendo o menor segredo, conforme se constata na dedicatória, impressa, que apôs num de seus livros. Sabe-se que, quando da chegada da notícia do fim da Guerra do Paraguai, em Vitória, o povo, eufórico, o procurou, a fim de que ele se manifestasse sobre tão auspicioso acontecimento. Foi encontrado, às primeiras horas do dia, na casa da companheira, tendo, da sacada, ainda de camisolão de dormir, pronunciado um soneto alusivo à vitória dos brasileiros contra os paraguaios, soneto naturalmen-

te adrede preparado, mas que o povo aplaudiu como coisa dita de improviso. Antunes de Sequeira gostava de se passar por poeta repentista, embora não o fosse, já que suas produções poéticas, de fragilíssima inspiração, eram sempre forçadas, de métrica e ritmo imperfeitos, portanto, de pouco ou nenhum valor como peças de arte.

Estava o Espírito Santo, em termos religiosos, sob a jurisdição da Diocese de Niterói, daí que os bispos mandavam, vez por outra, seus emissários até aqui, estes pouco ou nada podendo realizar em benefício de um rebanho cujo pastor residia longe, o abandono espiritual se acentuando, pois, de ano para ano.

Três meses após a visita de Dom Francisco do Rego Maia, assumiu a paróquia de Vitória, a 27 de janeiro de 1895, como arcepreste, o padre Eurípides Calmon Nogueira da Gama Pedrinha, até então encarregado dos ofícios religiosos da igreja de São João de Carapina, no município da Serra.

Pedrinha encontrou a matriz de Nossa Senhora da Vitória desprovida de tudo, suja, o telhado na iminência de desabar, sendo que documento da época divulgava que, na cidade, não havia disciplina eclesiástica, os atos paroquiais, principalmente os casamentos, eram celebrados à noite e sempre na maior algazarra, sendo que as missas, sistematicamente, começavam depois do meio dia, já que não havia hora determinada para o início delas. As igrejas não tinham pregadores, uma vez que os mesmos jamais ouvidos com respeito. "Um costume singular notava-se com os batizados. Após dois ou três dias de nascidas, eram as crianças levadas, à noite, à casa do pároco, porque deviam receber os santos óleos, na igreja, quando estivessem durinhas".

Monsenhor Eurípides Pedrinha (os arceprestes recebem o título de monsenhor) passou a agir com prudência, mas com obstinação, e, assim, através do púlpito e da imprensa, conclama os paroquianos a voltarem à prática da religião, aos bons costumes, viajando pelo interior, sempre que possível, a fim de conseguir donativos para as obras de recuperação da matriz.

Já o povo, a esta altura, como que despertado da letargia religiosa em que se encontrava, conscientiza-se da cria-

ção de uma diocese no Estado, tanto sobre essa urgente necessidade se referia o novo pároco. O Arciprestado do Espírito Santo fora criado por Provisão de 15 de dezembro de 1819, sendo o primeiro arcipreste o padre Torquato Martins de Araújo.

O **Cachoeirano**, editado em Cachoeiro de Itapemirim, em sua edição de 24 de junho de 1894, noticiava:

“Consta-nos que o Revmo. monsenhor João Pires de Amorim, em sua viagem a Vitória, pretende entender-se com Dr. Moniz Freire sobre o estabelecimento de um bispado neste Estado”.

Um esclarecimento: José de Mello Carvalho Moniz Freire era então presidente do Estado, sendo que monsenhor João Pires de Amorim, que residia no Rio de Janeiro, tinha irmãos e muitos parentes radicados em Cachoeiro de Itapemirim, cidade onde morou por alguns anos, antes de seguir para o seminário.

Dois anos depois, o **Comércio do Espírito Santo** publicava a seguinte nota assinada pelo arcipreste de Vitória:

“O meu ilustre e prestimoso amigo, o exm^o monsenhor João Pires de Amorim, que com o mais entranhado afeto tem sempre se esforçado pelo progresso religioso e moral da terra espirito-santense, fez-me a comunicação que abaixo transcrevo de **verbo ad verbum** acerca do novo Bispado do Espírito Santo:

“Rio, 30 de janeiro de 1896.

Prezado monsenhor Eurípides Pedrinha:

Desejo-lhe gozo de boa saúde. Graças a Deus, está criado o Bispado do Espírito Santo.

O Sr. Arcebispo D. João Esberard recebeu já a Bula, em a qual marca o prazo de seis meses para tornar-se efetiva a instalação dessa nova diocese, cujos limites são os mesmos do Estado.

Fica, portanto, incluída a Freguezia de São Miguel do Veado, que atualmente pertence ao Bispado de Mariana.

Queira pois V. Revma. como filho do Estado e como digno arcepreste e pároco desta capital, receber as jubilosas congratulações que agora dirijo a todos os espirito-santenses, por este faustoso acontecimento que, não só as honras, mas muitas prosperidades, mesmo materiais, vai levar a esse futuro Estado.

Não sei, nem procuro saber, quem será o novo bispo, mas desde já declaro a V. Revma. (autorizando-o a fazer uso desta minha declaração) que nunca aceitarei bispado algum, e muito menos esse do Espírito Santo. Faço esta declaração, porque não quero que, à vista do interesse que tenho demonstrado na criação desse Bispado, pareça a alguém que trabalho **pro domo mea**, e não faltam pessoas que assim pensam.

Devem organizar aí uma comissão central e esta nomear comissões parciais para todas as freguesias e comarcas.

Há poucos dias conversando com o Sr. Arcebispo, este autorizou-me a escrever-lhe em nome dele sobre este negócio, mostrou-me a Bula, na qual o Santo Padre manda que os fiéis concorram para a cônica, sustentação do novo Bispo.

Estou certo que V. Revma. tudo fará para honra e glória de seu Estado natal, prestando assim relevante serviço à igreja de Deus.

Disponha de seu colega e amigo

Monsenhor Amorim".

Recebida esta carta, o arcepreste prossegue no propósito de conseguir meios para a instalação condigna do bispado, tanto que, a 19 de maio de 1896, em entrevista concedida ao **Comércio do Espírito Santo**, declarava, após chegado de uma de suas viagens ao Rio de Janeiro:

"Não fui ao Rio tratar somente de minha saúde, mas também dos interesses deste bispado, que tantos benefícios virá prestar ao Estado, máxime à instrução pública. Conferenciei longamente com o Sr. encarregado dos negócios da Santa Sé, com o Sr. Arcebispo do Rio de Janeiro, com o Sr. Bispo de Niterói e com o monsenhor Amorim, acerca da organização e instituição do novo bispado.

Dentro de um mês espera-se será nomeado o primeiro prelado da igreja espírito-santense; não tomará porém posse enquanto não houver uma residência episcopal própria e os recursos necessários para as primeiras despesas do bispado”.

Em meados do mês seguinte, a imprensa estampava este telegrama dirigido ao pároco Pedrinha:

“Bispo do Espírito Santo cônego Néri, vigário de Campinas. Abraços monsenhor Amorim”.

A chegada do primeiro bispo do Espírito Santo, Dom João Batista Corrêa Néri, se deu a 18 de maio de 1897, a posse ocorrendo a 23 do mesmo mês.

No dia da chegada foi-lhe oferecido, em Vitória, concorrido banquete, com a presença de altas autoridades e de todo o clero do Estado, declarando o prelado, na ocasião, que “a Santa Sé concedera ao padre Eurípides Pedrinha o título de Camareiro Secreto de Sua Santidade, em recompensa de sua fecunda e brilhante administração”, datado de 23 de março de 1897 o documento oficial da Santa Sé.

A posse de Dom Néri ocorreu, conforme dito acima, a 23 de maio, sendo que, no dia seguinte, realizou-se, na velha matriz, já então chamada Catedral, missa pontifical, cabendo ao padre Thomaz Aristóteles Guizan (1864-1905) a honra de pronunciar o sermão congratulatório.

Dom Néri, homem de fé, inteligente, notabilíssimo tribuno, entrou em ação, de imediato, realizando excelente trabalho apostólico, de resultados positivos para a igreja e para o povo, embora se tenha demorado pouco tempo frente aos destinos da Diocese, já que, a 19 de janeiro de 1901, recebe a comunicação de ter sido transferido para Pouso Alegre (MG), sendo que, na carta pastoral de despedida, informa:

“Com o auxilio da graça divina, podemos dizer que não há, neste momento, uma só vila, um só arrabal, em que não tivéssemos feito ouvir a palavra evangélica”.

— — — — —

Ligeiros dados biográficos dos dois sacerdotes que mais se empenharam no sentido de ser criada a Diocese do Espírito Santo:

Monsenhor João Pires de Amorim, nascido a 25 de abril de 1842, em Passa Três (RJ), com apenas nove anos de idade, veio com sua família para o Espírito Santo, sendo os Pires de Amorim pioneiros do povoamento de Cachoeiro de Itapemirim.

Exerceu funções de relevo na Arquidiocese do Rio de Janeiro, foi protonotário apostólico, decano e presidente do Cabido Metropolitano da mesma arquidiocese, tendo, ali, trabalhado ao lado de Dom Joaquim Arcoverde e de outros eminentes prelados.

Professor do Seminário de São José, no Rio Comprido, e no Colégio Pedro II, onde ocupou o cargo de vice-reitor.

Anos antes, isto é, em 1893, ao ser escolhido por Leão XIII para bispo de Curitiba, escreveu ao Nuncio Apostólico dizendo-se impossibilitado de aceitar tal encargo.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 13 de junho de 1914.

Monsenhor Eurípides Calmon Nogueira da Gama Pedrinha nasceu em Vila do Riacho (ES), a 17 de julho de 1864, recebendo ordens de presbítero secular em 1890. Foi escritor, orador, político e parlamentar, conforme informa Afonso Cláudio, em sua *História da Literatura Espírito-santense* (1912).

Gozou de fama de bom pregador, embora Agrippino Grieco, em livro de memórias (1972), faça-lhe muitas restrições como tal, ironizando-o.

Deputado estadual de 1897 a 1916, faleceu a 11 de fevereiro de 1919, no Rio de Janeiro. Deixou descendentes.

Patrono da cadeira nº 18 da Academia Espírito-santense de Letras.

O TEATRO ROMANTICO CAPIXABA

Oscar Gama Filho

O teatro romântico local é uma das áreas mais desconhecidas da história espírito-santense. E não é para menos, já que a maioria de suas peças era dada como perdida. A historiografia dramática tinha conhecimento apenas dos nomes dos autores, de alguns títulos e, mais raramente, das circunstâncias que envolveram a encenação.

A necessidade de localização desses textos me lançou em uma pesquisa que teve como resultado a descoberta de obras dos mais diversos gêneros (dramas, comédias, novelas, ensaios, livros de poemas e de contos, etc.), a maior parte delas escrita pelos principais dramaturgos do teatro romântico: Aristides Freire, Amâncio Pereira e Ernesto Guimarães. Foram encontradas, além de um bom número de partituras compostas especialmente para os musicais encenados por Amâncio Pereira, mais de três dezenas de peças desses autores.

Tornou-se possível, então, resgatar do esquecimento os mitos, os ideais, as esperanças, o suor e os marcos deixados por esses pioneiros. Marcos como o de Amâncio Pereira, primeiro brasileiro a montar peças destinadas exclusivamente ao público infantil.

Este ensaio é um breve apanhado de alguns dos tópicos desenvolvidos mais extensamente por mim em um livro homônimo e inédito.

Origem do Romantismo

O romantismo surgiu na Europa, no final do século XVIII, como o reflexo cultural de dois acontecimentos — a Revolução Industrial e a Revolução Francesa — que assinalaram a decadência das elites aristocráticas e do absolutismo monárquico e a ascensão da burguesia, do capitalismo e do liberalismo.

O romantismo constituiu uma verdadeira revolução estética, que, contrapondo-se aos ideais do neoclassicismo que o antecedeu, marcou o advento de novos problemas, atitudes, soluções, pensamentos e concepções a respeito do mundo. A própria disposição da população, por exemplo, tanto da que se dirigiu para as cidades quanto da que ficou no campo, foi se alterando e assumindo contornos substancialmente diferentes, característicos do capitalismo industrial.

O romantismo também significou uma rebelião contra o neoclassicismo que teimava em atrelar a arte a regras inspiradas nos modelos greco-latinos da Antiguidade. Tendo nascido juntamente com o liberalismo econômico-político, o romantismo não hesitou em estender ao campo das artes essa ânsia de liberdade e em abandonar as regras de composição, a regra das três unidades (ação, tempo e lugar) a que as peças estavam submetidas, a lei de separação dos gêneros, etc. Em lugar de uma linguagem pomposa, nobre e empolada e da utilização da história e da mitologia greco-latina, os novos preferiram uma linguagem mais coloquial e natural, apesar de metafórica e adjetivada, bem como o uso da tradição cristã e da história de suas próprias nações, o que daria origem a uma propensão ao nacionalismo e ao medievalismo.

Uma nova forma teatral, o drama, seria criada, graças à tendência romântica à mistura de tons e de gêneros, de verso e de prosa, do belo e do feio, da dor e do riso, da grandeza e da miséria, dos problemas da aristocracia e do povo, de elementos da tragédia e da comédia.

A requisição dessa liberdade significou o começo de um processo de mercantilização universal por meio do qual as filosofias, as relações humanas, as religiões, a arte e a cultura em geral ingressaram no reino da livre concorrência. Compreende-se, portanto, que o liberalismo estético, característico da reação romântica a padrões e a regras por demais rígidos, tenha se voltado contra os princípios absolutistas que intervinham na produção estética "proibindo" que o artista criasse obras que estivessem fora das normas e dos modelos neoclássicos. Ele nada mais fazia do que repetir os fundamentos do liberalismo político-econômico, que se opunha à intervenção estatal nos fenômenos econômicos do mercado — atitude chamada de *laissez-faire* — sob a alegação de que haveria uma ordem natural que os regeria, ordem essa baseada na livre concorrência e na lei da oferta e da procura.

Da mesma forma, as leis mercantis da oferta e da procura se encarregariam de elaborar um produto — o romantismo — que, por se adaptar melhor à concepção de mundo em vigor, estaria destinado a ser preferido pelo público burguês na livre concorrência que travou com o aristocrático neoclássicismo.

O estudo das peças do teatro romântico comprova que o romantismo, especialmente em seus primeiros tempos, foi o Aparelho Ideológico Cultural de que a burguesia, tentando injetar lógica e razão em suas pretensões, se utilizou para reproduzir, sustentar, justificar, manter, inculcar e transmitir a sua ideologia (invalidando, conseqüentemente, as tendências antiburguesas) de maneira a, podendo reconhecer sua imagem refletida por toda a sociedade, auto-afirmar-se. Os limites necessariamente pequenos deste ensaio não comportam a exposição da análise dos vínculos entre o romantismo e a ideologia capitalista. Porém, o próprio leitor, que ainda vive sob um modo de produção capitalista, encontrará nos meios de comunicação de massa, obras (como as novelas, os folhetins de nossa era) portadora de fortes características românticas.

Uma boa pergunta deve estar incomodando os leitores mais perspicazes: se o romantismo surgiu na Europa como Aparelho Ideológico do modo de produção capitalista, em ascensão com a Revolução Industrial, como pode ter aparecido no Brasil de 1836¹, em que não havia ocorrido a Revolução Industrial e cujo modo de produção era escravista?

A resposta principia pela informação de que o romantismo brasileiro nasceu na Europa, de onde foi trazido por alguns de nossos autores que lá estiveram, como Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre e Sales Torres-Homem. A obra *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães, que marca o começo do nosso romantismo, foi, por exemplo, impresso em Paris. O romantismo funcionou no Brasil, por-

1 O marco tradicional do início do romantismo no Brasil é o ano de 1836, em que se publicou o livro *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães. Entretanto, o marco do princípio do romantismo no teatro brasileiro é o ano de 1838, em que João Caetano encenou, no Rio de Janeiro, *Antônio José ou o Poeta e a Inquisição*, de Gonçalves de Magalhães, e *o Juiz de Paz da Roça*, de Martins Pena.

tanto, como um **Aparelho Ideológico do colonialismo europeu** ansioso por quebrar as resistências que a cultura popular (bem mais forte e atuante do que a arte elitista e sem penetração que os escritores neoclássicos produziam em um país de analfabetos) poderia oferecer ao consumo de seus produtos industriais e estéticos.

E qual disfarce seria melhor do que o de um movimento que se pretendia nacionalista e que — para melhor mascarar suas intenções — utilizava, ainda que imperfeitamente, alguns dados da realidade local? Já é até mesmo um clichê dizer que os índios de Gonçalves Dias e de José de Alencar agiam como se fossem brancos que estudaram na Europa. Assim, não parece absurdo afirmar que os aspectos brasileiros constituíam apenas uma isca atraente na vara de pesca do colonialismo estrangeiro que, fisingando a nós, todos peixes, nos impingia a sua cultura e acelerava a nossa descaracterização.

Em suma, o romantismo “nacional”, nascido em 1836, foi mais um produto da ascensão da burguesia industrial européia (e do modo de produção capitalista) do que um produto da emergência da nossa então reduzida burguesia comercial e bancária (e do modo de produção escravista). O romantismo capixaba, por sua vez, é duplamente distanciado de suas origens, já que foi reflexo do reflexo carioca do romantismo europeu. Nelson Werneck Sodré vem consolidar esse raciocínio:

“Existia, no Brasil, da parte da camada culta, por todos os motivos, afinidade com a ideologia do colonialismo, porque esta não pretendia apenas justificar a expansão e a exploração colonialista, mas a dominação, nas áreas coloniais ou dependentes, da classe que tomava como modelo a burguesia do Ocidente europeu. A mesma ideologia servia, portanto, ao domínio de classe na Europa e no Brasil e ao domínio nacional, na área material e na área cultural, da classe dominante na Europa sobre a classe dominante brasileira. Esta, embora procuradora daquela, imitava-lhe os padrões e aceitava a subordinação material e cultural”.²

2 SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 9 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. p. 49.

Inícios do Romantismo Capixaba

Ainda não foi bem esclarecido o motivo por que o romantismo surgiria no Espírito Santo apenas vários anos depois de sua irrupção no Rio de Janeiro, região vizinha à nossa. Em termos de teatro, por exemplo, a encenação, por João Caetano, na Corte, em 1838, de **Antônio José ou o Poeta e a Inquisição**, de Gonçalves de Magalhães, considerada a primeira peça romântica brasileira, é separada por algumas décadas de sua montagem em Vitória, realizada pela Sociedade Dramática Particular Sete de Julho a 9.7.1859, e da representação, em 1877, da primeira peça romântica escrita por um capixaba: **A Caridade**, de Aristides Freire.

A explicação mais plausível parece ser a que leva em conta o fator econômico. De fato, o Espírito Santo só conseguiu desenvolver uma infra-estrutura econômica forte o bastante para necessitar de um Aparelho Ideológico Cultural populista-burguês a partir da segunda metade do século XIX, em que o café passou a ser o nosso principal produto de exportação.

Para desempenhar um papel de tal importância, o café regional percorreu um brilhante trajeto. Sua venda para o exterior, por exemplo, iniciada timidamente em 1812, ao preço de 3\$000 por arroba³, alcançaria, em 1895, a cifra de 19\$200 por arroba. Em 1851, de 20.947,5 sacos de café produzidos (83.790 arrobas), foram exportados 20.808,5 sacos; em 1858 foram exportados 37.806,75 sacos (151.227 arrobas); em 1861, 55.952,25 sacos (223.809 arrobas); no exercício de 1885/6, 343.520 sacos; em 1892, 277.766 sacos; em 1895, 410.511 sacos; em 1899, 456.329 sacos.

A população da província, graças ao grande número de imigrantes europeus que para cá vieram na segunda metade do século, também foi extremamente ampliada: de 24.585 habitantes em 1816, passou para 49.092 em 1856; 70.585 em

3 Todos os dados quantitativos mencionados neste intertítulo foram obtidos em José Teixeira de Oliveira, **História do Estado do Espírito Santo**, 2 ed., Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. Uma (1) arroba equivale a 15 quilogramas e um (1) saco de café contém 60 quilogramas deste produto.

1871; 135.997 em 1890; 209.783 em 1900. Ocorreu ainda um significativo aumento do número de escolas e da população estudantil.

Em 1840 viria à luz o primeiro jornal capixaba, *O Estafeta*, que circulou apenas uma vez. *O Correio da Vitória* surgiria em 1849; *A Regeneração*, em 1853; *O Capixaba*, em 1856; *O Seminário*, em 1857; *Aurora*, em 1859; e assim por diante até se alcançar o total de 143 títulos de jornais e revistas arroladas, entre os anos de 1840 e 1899, por Heráclito Amâncio Pereira em seu *A Imprensa no Espírito Santo*.

O aparecimento dos jornais tornar-se-ia decisivo para a boa acolhida que teve o romantismo, graças aos folhetins que, publicados por eles, seriam acompanhados (como acontece hoje às novelas de televisão) avidamente pela população. Serviriam, além disso, de púlpito para as discussões político-filosóficas e estéticas dos intelectuais da província. Aliás, as vidas intelectual (englobando arte, direito, política, jornalismo, etc.) e sacerdotal constituíam, no século passado, duas das poucas formas de ascensão social de que a pequena burguesia podia se valer. Amâncio Pereira e Aristides Freire, por exemplo, foram fundadores e redatores de diversos jornais em que expressavam suas convicções estéticas e políticas. Afonso Cláudio chega a nos informar que em 1860 a imprensa espírito-santense torna-se "essencialmente partidária, representado o partido liberal pela — *A Liga* — a partir de 8 de abril e o conservador, pelo — *O Provinciano* — (...)"⁴. Surgiria em 1849; *A Regeneração*, em 1853; *O Capixaba*, em Vê-se, portanto, que a divulgação do liberalismo por jornal coincide com o início do teatro romântico capixaba.

A dezoito de outubro de 1869 era instalada a Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo. Entre as pessoas que pregavam a libertação dos escravos estavam os dramaturgos Aristides Freire, Amâncio Pereira e Cândido Costa. A partir de 1872 a Maçonaria passou a ser representada na província pela loja União e Progresso. Os teatrólogos Cândido Costa, Aristides Freire e Amâncio Pereira pertenciam também à Maçonaria. Ademais, Aristides Freire, após a proclamação da república, foi um dos fundadores e chefes da União Republicana Espírito-santense.

⁴ CLAUDIO, Afonso, *História da Literatura Espírito-Santense*. Porto, Oficinas do «Comércio do Porto», 1912. p. 534.

A pequena burguesia e a burguesia em formação talvez não estivessem cientes de que, na sua luta pela implantação de propostas liberalizantes e reformistas, atuavam como defensoras da ideologia colonialista em uma batalha que estaria destinada a transformar o país, dotando-o (graças às alterações jurídico-político-econômico-sociais conseguidas por elas), a **curto prazo**, de maior eficiência no fornecimento de matérias-primas e no consumo de mercadorias estrangeiras, e, a **longo prazo**, estendendo a livre-concorrência a todos os setores da sociedade, ou seja, produzindo uma república burguesa.

Conclui-se, portanto, que, a partir da segunda metade do século XIX, a conjuntura passou a ser extremamente favorável à implantação e ao desenvolvimento do romantismo no Espírito Santo.

A primeira companhia teatral capixaba de que se tem notícia é a Sociedade Dramática que, no dia 20 de agosto de 1841, encenou a peça **Maria Teresa, Imperatriz da Alemanha ou o Heroísmo do Amor Filial**. Os dois primeiros grupos a se apresentarem em público com certa regularidade são a Sociedade Dramática Particular Sete de Julho e a Sociedade Dramática Particular União Capixaba. Muitas informações a respeito de suas montagens podem ser obtidas na seção de "Anúncios" do jornal **Correio da Vitória**, que, a 31.10.1857, comunica que a representação do drama **Fidelidade ou Inocência**, pela Sociedade Dramática Particular Sete de Julho, "fica transferida para amanhã", e, a 7.9.1859, noticia que a Sociedade Dramática Particular União Capixaba "dará o seu primeiro espetáculo em grande gala no dia 8 do corrente, levando em cena o drama intitulado **Expulsão dos Holandeses ou o Heroísmo Brasileiro**". A partir de então, as companhias locais se multiplicariam, sobressaindo-se a Sociedade Promotora de Ensaio Dramáticos (1866, em Cachoeiro), a Sociedade Dramática Particular Melpômene (1872, em Vitória), a Fênix Dramática (no século XIX, na Vila da Barra de São Mateus), o Grêmio Dramático Particular 7 de setembro (1889, em Vitória) e o Grêmio Dramático Familiar Magnólia (final do século XIX, em Vitória).

Não devemos esquecer que em Vitória, no século passado, em frente ao atual Palácio Anchieta, conforme notícia em 1893, o Padre Francisco Antunes de Siqueira, eram encenadas algumas das peças que, na primeira metade do Oito-

centos, estavam em evidência no Rio de Janeiro: "Subiam a cena no teatro de que falamos, as seguintes peças: **Nova Castro, D. José d'Austria, Os Salteadores de Mauberg, Zulmira, Nódia de Sangue, Quem Casa Quer Casa, Judas em Sábado de Aleluia, Irmão das Almas, Zanguizarra, O Juiz de Paz da Roça, Recrutamento na Aldeia, O Doutor Sovina, Manoel Mendes**".⁵

Amâncio Pereira

Amâncio Pereira foi o primeiro brasileiro a escrever e montar peças destinadas exclusivamente ao público infantil. Nasceu em Vitória, a 8.4.1862, cidade em que também faleceu a 13.8.1918. Foi educador, escritor, historiador, jornalista, teatrólogo e compositor (tocava piano e rabeca).

Como típico romântico, as idéias e movimentos europeus tinham nele um aliado. Era membro da loja maçônica União e Progresso. Segundo **A Ordem**, de 13.8.1918, jornal republicano capixaba, como "aluno do Ateneu, fundou, juntamente com colegas, em 23 de maio de 1879, o clube Saldanha Marinho, a primeira sociedade de idéias republicanas que aqui existiu". Foi fundador e redator dos jornais **Sete**

5 SIQUEIRA, Padre Francisco Antunes de. Apud GAMA, Oscar. **Esboço Histórico dos Costumes do Povo Espírito-santense Desde os Tempos Coloniais até Nossos Dias** (1893). In: — **História do Teatro Capixaba: 395 Anos**. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida/Fundação Cultural do Espírito Santo, 1981. p. 171. Alguns erros existentes na nota de rodapé nº 18 da **História**... — e que escaparam à minha revisão — são aqui corrigidos. As montagens, na Corte, dos quatro textos de Martins Pena, possuem as seguintes referências, cronológicas: **O Juiz de Paz da Roça** estreou a 4.10.1838; **Judas em Sábado de Aleluia**, a 17.9.1844; **Os Irmãos das Almas**, a 19.11.1844; **Quem Casa Quer Casa**, a 15.12.1845. Por sua vez, João Caetano, considerado o melhor ator do país, encenou, no Rio de Janeiro, das obras citadas, **O Juiz de Paz da Roça; Zulmira ou a Constância do Amor** (do lisboeta Antônio Xavier Ferreira de Azevedo, 1784-1814); **A Nódia de Sangue** (de Mallian e Boulé); e **Nova Castro** (do português João Batista Gomes, falecido em 1803). **Manuel Mendes Enxúndia** também é de autoria de Antônio Xavier Ferreira de Azevedo. Finalmente, o drama **José II ou os Salteadores de Mauberg**, de José Manuel do Rego Viana (1802 — ?), foi impresso em 1838, em Niterói.

de Setembro (em 7.9.1878); **O Baluarte** (em 1.9.1882; pregava a abolição da escravidão) e **Gazeta Literária** (em 1.1.1899).

Na carreira dramática de Amâncio Pereira podemos distinguir duas fases diferentes: uma dominada pelas comédias de costumes e pelos dramalhões e outra dominada pelas peças dedicadas ao público infantil. Nos textos de sua segunda fase há a introdução de subgêneros como a revista, o **vaudeville**, a opereta. Algumas de suas peças possuem certa semelhança com os autos medievais, graças ao uso de personagens alegóricos, às presenças do maniqueísmo e do dado religioso e à estrutura frágil e simples sustentada apenas por um fio de enredo. O medievalismo, que constituiu uma das características do romantismo europeu, resurge em Amâncio de maneira diferente, mas é mais uma razão para situá-lo como representante desse estilo de época. Aliás, em seu livro inédito **Miscelâneas** podemos encontrar poemas típicos do nacionalismo ufanista romântico, como é o caso de "Ao Dia 7 de Setembro", "Carlos Gomes", "Castro Alves", "Marquês do Herval", entre outros.

As duas fases de Amâncio Pereira apenas refletiam, entretanto, ainda que muitos anos depois, a evolução que sofrera o teatro nacional. Com a morte de João Caetano (1863) surgem, no movimento cênico brasileiro, espécies recém-importadas da distante França, como o **vaudeville**, a opereta, a revista, etc., que vêm inaugurar um novo período e dar fim a era de ouro dos até então bem-sucedidos drama, melodrama e comédia de costumes. Logo se instaura a rivalidade entre os dois lados, apesar de ambos serem filhos da mesma Europa, como nos ensina Arnold Hauser, que, analisando o teatro romântico francês, classifica da seguinte maneira as peças em cartaz em Paris, de 1804 a 1848:

"1) A '**comédie en 5 actes et en vers**', que representa o gênero literário por excelência (...); 2) A '**comédie de mœurs en prose**', a peça de costumes (...); 3) O '**drama en prose**', o drama sentimental (...); 4) A '**comédie historique**', que agora já não trata de acontecimentos e personalidades históricas como exemplos a seguir, mas como 'curiosidades', e procura ser mais uma revista de cenas espetaculares do que um processo dramático homogêneo (...); 5) O '**vaudeville**', a comédia musical, ou mais exatamente a comé-

dia entremeada de canções, que se deve considerar entre os diretos predecessores da opereta (...); 6) O 'mélodrame', forma mista, que participa dos acessórios musicais do vaudeville, mas também, pelo seu enredo sério e, muitas vezes, trágico, dos outros gêneros baixos, especialmente o drama sentimental e a peça histórica espetacular" 6.

Durante o apogeu do teatro romântico nacional, de 1838 (ano em que João Caetano encena **Antônio José ou o Poeta e a Inquisição** e **O Juiz de Paz na Roça**) até 1863 (morte de João Caetano), o texto constituía a parte mais importante das montagens, enquanto que a música ficara em lugar secundário. A partir de então a situação se modifica, segundo Décio de Almeida Prado: "Agora, com a burleta, o **vaudeville**, a revista, era o próprio texto que se punha a cantar. A gargalhada, a excitação dos sentidos, o apelo aos olhos e aos ouvidos, substituíam francamente a pieguice, as lágrimas, os furores clássicos ou românticos" 7. Assim, depois do apogeu e com a chegada ao país dos subgêneros citados, a música passou a desempenhar papel de destaque nos espetáculos. Décio de Almeida Prado expõe a rivalidade nos seguintes termos:

"Como haveria de resistir o coturno trágico, ou a capa e a espada do dramalhão? 'Foi a Aimée — constataria Artur Azevedo — quem plantou no Rio de Janeiro o gosto pela opereta. Ela a chegar e a arte dramática a enterrar-se com João Caetano no cemitério do Catumbi'.

(...) Mas o encontro decisivo, concluído por um pacto de amizade, viria em 1868, ano em que **Orphée aux Enfers** surge reencarnado inesperadamente como **Orfeu na Roça**. (...) O Vasques descobrira a fórmula do sucesso, através da qual passariam os comediógrafos de fim de século, não excluindo Artur Azevedo: um improvável compromisso entre a opereta francesa e a comédia de costumes nacional, um curioso **modus vivendi** entre Martins Pena e Offenbach." 8

6 HAUSER, Arnold. *História Social da Literatura e da Arte*. 2 ed., São Paulo, Mestre Jou, 1972. p. 853.

7 PRADO, Décio de Almeida. *João Caetano*. São Paulo, Perspectiva, 1972. p. 187.

8 PRADO, Décio de Almeida. *op. cit.*, p. 186-7.

Apesar das críticas dos escritores da época, a revista e seus acompanhantes sobreviveriam. No entanto, só no século XX, na década de 60, Paulo Pontes conseguiria reabilitar o teatro de revista, fazendo com que ele passasse a ser olhado com mais respeito pela "intelectualidade".

Amâncio Pereira foi o primeiro dramaturgo brasileiro a escrever peças teatrais especificamente endereçadas ao público infantil (as montagens de José de Anchieta, espanhol de nascimento, pretendiam atingir a população em geral). O que caracteriza essa especificidade do texto é pura e simplesmente o fato de o próprio Amâncio ter se valido da expressão "revista infantil" (veja as ilustrações) para classificar as peças **Ano Novo** (escrita e encenada em 1915) e **Vitória de Relance** (escrita e encenada em 1916). Como à pergunta — o que é o teatro infantil? — não se pode responder facilmente, opto, parafraseando o que disse Mário de Andrade em relação ao conto⁹, por chamar de teatro infantil àquilo que o seu autor batizou com o nome de teatro infantil.

R. Magalhães Júnior, em "A quem a Prioridade no Teatro Infantil por Artistas Adultos?", publicado na **Revista de Teatro** da SBAT, pretende que a iniciadora desse subgênero no Brasil tenha sido Lúcia Benedetti. Na transcrição do artigo de R. Magalhães Júnior, que faremos a seguir, o leitor perceberá, contudo, que Lúcia Benedetti (nascida em 1914) só viria a encenar sua primeira peça infantil em 1948, muito depois de Amâncio Pereira ter montado **Ano Novo** (em 1915):

"(...) Refiro-me à medalha dada a Maria Clara Machado como 'homenagem especial como Criadora do Teatro Infantil por Artistas Adultos'. (...) Homenagens merecerá Maria Clara Machado como atriz e autora de peças infantis, não, porém, por aquele título, que não lhe cabe.

Quem, na verdade, fundou no Brasil o Teatro Infantil por Artistas Adultos foi Lúcia Benedetti, com a peça

9 ANDRADE, Mário de. **O Empalhador de Passarinho**. São Paulo, Martins, s. d. p. 5. Nesse livro, Mario diz: «O que é o conto? Alguns dos escritores do inquérito se têm preocupado com este inábil problema de estética literária. Em verdade, sempre será conto aquilo que seu autor batizou com o nome de conto».

'O Casaco Encantado', levada à cena pela Companhia Artistas Unidos, elenco profissional de primeira ordem, com Henriette Morineau, Graça Melo, Ambrósio Fregolente, Dary Reis, Jacy Campos, Margarida Rey e outros, no Teatro Ginástico, em temporada regular, iniciada a 27 de outubro de 1948, como se poderá verificar no registro da SBAT".¹⁰

10 MAGALHÃES JÚNIOR, R. A quem a Prioridade no Teatro Infantil por Artistas Adultos? *Revista de Teatro*, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, (313): 7, janeiro/fevereiro 1960.

O PROCESSO DA EMANCIPAÇÃO DA ESCRavidÃO NO BRASIL

Gabriel Bittencourt *

Introdução.

O objetivo do presente trabalho é um estudo sobre a emancipação da escravidão no Brasil. Conquanto se trate de um estudo da emancipação do trabalho escravo negro no Brasil, em inúmeras passagens tivemos que nos reportar a situação de outras regiões estrangeiras. Isso se fez imperiosamente necessário, tanto para explicarmos o que era específico na problemática brasileira, quanto para entendermos sua articulação ao processo histórico ocidental, ou, ainda, para compreensão dos interesses mundiais em jogo nesse quadro.

É dentro desta temática que procuramos captar, em breves palavras, o fenômeno escravidão desde a sua gênese no Brasil, para que pudéssemos montar um esquema mais compreensível à nossa própria posição. Buscamos mostrar o que era específico na América Tropical, em consonância à teoria dos modos de produção, concebida na sua origem.

Assim sendo, contribuiu para nossa posição a discussão dos historiadores sobre a questão do regime econômico implantado na colonização brasileira.

Evidentemente, esta discussão poderia ser alongada, não sendo esta, porém, nossa intenção. Apenas, sem maiores pretensões, e à guisa de uma contribuição, é que produzimos este pequeno ensaio que reflete nosso interesse em objetivar a compreensão das teorias vigentes, para mostrar o que era específico na economia colonial da América Portuguesa.

1. A escravidão e a economia brasileira.

A descoberta do Novo Mundo trouxe um impasse às metrópoles colonizadoras. Com a população limitada da Europa

* Professor Adjunto do DH/CEG/UFES. Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

do século XVI, os trabalhadores livres necessários para cultivarem a cana-de-açúcar e demais produtos tropicais não podiam ser fornecidos em quantidades adequadas para permitir a produção em larga escala.

Por isso, a escravidão foi necessária. Para obter escravos o europeu recorreu primeiro aos ameríndios, posteriormente, à África.

Em dadas circunstâncias, o braço escravo é incontestavelmente vantajoso. "Na agricultura tropical como a cana-de-açúcar, algodão ou o tabaco, onde o custo da produção é apreciavelmente reduzido, em unidades maiores, o dono de escravos, com sua produção em grande escala e sua turma organizada, pode fazer uso mais proveitoso da terra do que o pequeno agricultor ou proprietário lavrador. Para tais produtos agrícolas, os lucros enormes podem bem suportar a despesa maior proporcionada pelo trabalho escravo ineficiente. Onde todo o conhecimento requerido é simples e uma questão de rotina e constância e cooperação no trabalho, a escravidão é essencial, até o momento em que, pela importação de novos recrutas e pela procriação, a população atinja o ponto de saturação e a terra disponível já esteja distribuída." ¹

No contexto colonial, a massa de trabalhadores de baixa condição social, dócil e barata, só pode ser mantida em sujeição pela degradação sistemática e pelos esforços deliberados de suprimir sua inteligência. A rotação de culturas e a agricultura técnica não combinam com as sociedades escravagistas, logo, são estranhas às mesmas.

De todos os países da América Latina, o Brasil era aquele em que as condições econômicas, geográficas e sociais mais favoreceram a implantação da escravatura. O sistema de plantação em grande escala estabelecido ao longo do litoral brasileiro nos séculos XVI e XVII, voltado para o mercado europeu, requeria trabalhadores dóceis e que não fossem dispendiosos. O mercantilismo, então dominante, exigia preços baixos e monopólio de produção para garantia de uma balança de comércio favorável.

1 WILLIAN, Eric, *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro, Americana, 1975. p. 10-11.

(Citando Adam Smith, *The wealth of nations* (Cannan, Nova Iorque, 1937. p. 365-366).

Pouco foi feito, conseqüentemente, no sentido de contratar camponeses europeus para trabalhar sob as condições que exigiam as plantações. De início, utilizou-se o ameríndio. Entretanto, a sua dispersão e baixa concentração, aliada às extremas divergências culturais, motivou a utilização de africanos. Estes, embora mais caros, eram supostamente mais resistentes e em melhores condições de adaptação ao trabalho sedentário exigido pelo sistema de plantação. De qualquer maneira, ao contrário dos europeus, estes povos escuros, com suas religiões e costumes "bárbaros" podiam ser escravizados sem afetar proibitivamente a moralidade e a tradição européias e, além do mais, sua escravidão podia ser justificada pela oportunidade que havia no contexto das "Índias Ocidentais para a conversão ao Cristianismo e a um modo de vida mais "civilizado"".

Os índios do litoral e interior brasileiros podiam ser atraídos para um estado servil, ou mesmo, contrariando a legislação posterior à implantação do trabalho jesuítico, sob a desculpa de guerra "justa", ser arrebanhados por meio de incursões. Por sua vez, na costa da África, à distância de apenas uma pequena viagem, havia um já tradicional e aparentemente inesgotável fornecimento de elementos negros escravizados por força das guerras tribais ou capturados para esse fim.

Esta força trabalhadora, notadamente a negra escrava em grande predominância, foi que produziu a maioria das exportações tropicais e minerais do Brasil por mais de trezentos anos.

Antonil, jesuíta italiano, quem primeiro abordou quase essencialmente os aspectos econômicos da Colônia e a sua técnica de produção, dentro de sua obra, **Cultura e opulência do Brasil**, analisa a sociedade escravocrata em que vivia.² Como homem de sua época, ligado a uma formação social dominante, aceita a estrutura sócio-econômica, opondo-se mesmo à corrente de Antônio Vieira, defendendo a utilização da escravidão indígena em áreas onde as dificuldades econômicas tornavam proibitiva a utilização da mão-de-obra africana.

2 ANDREONI, João Antônio, — (André João Antoni!) — **Cultura e opulência do Brasil**. 2 ed. (Texto da edição de 1711); Introdução e vocabulário por A. P. Canabrava. São Paulo, Nacional, (1976).

Destarte, mesmo o engenho, unidade produtiva máxima do açúcar, de que a Colônia era principal produtor, embora os trabalhadores livres tenham alcançado uma relativa importância, a base da força de trabalho está no escravo.

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”.³

Os engenhos abasteciam-se com a cana proveniente das terras do senhor, ou dos lavradores, ou então da associação de ambos. Esta lavoura fundamentou-se essencialmente no trabalho escravo. Antonil nos permite uma noção de seu número no grande engenho e a existência de uma economia de subsistência para sua manutenção.

“Toda escravaria (que nos maiores engenhos passa o número de cento e cinquenta e duzentas peças, contando as dos partidos) quer mantimentos e fardas, medicamentos, enfermaria e enfermeiro; e, para isso, são necessárias roças de muitas mil covas de mandioca”.⁴

Considerando uma mercadoria à época, Antonil aceita completamente a escravidão do negro, e preconiza normas de conduta do senhor para o escravo, inculcando naquele o zelo por seu patrimônio, pois o mesmo é um bem de capital:

“Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar couces, principalmente nas barrigas das mulheres que andam pejadas, nem dar pau nos escravos, porque na cólera se não medem os golpes, e podem ferir mortalmente na cabeça, a um escravo de muito préstimo que vale muito dinheiro, e perdê-lo”.⁵

Ou, invocando a relegião, apela para os sentimentos, dando conselhos humanitários, para que se evitem castigos em demasia.

“No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pano e pão. E, pos-

3 Id. *ibid.* p. 159.

4 Id. *ibid.* p. 140.

5 Id. *ibid.* p. 152.

to que começam mal principalmente pelo castigo que é o pau, contudo prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada".⁶

Nos outros setores da economia colonial brasileira constatamos não ser diferente a situação. Observamo-la no povoamento, constituído, ao lado de uma pequena minoria de dirigentes brancos, da grande maioria de outros povos dominados e escravizados, índios e negros africanos, cuja função não foi outra que trabalhar e produzir açúcar, tabaco, algodão, ouro e diamantes que pediam os mercados europeus. Principalmente o açúcar que representava mais da metade do valor da produção colonial brasileira. Esta, inteiramente voltada para o comércio internacional, em que, embora peça essencial, o Brasil não figurava senão como simples fornecedor dos gêneros de sua especialidade.

Nesse quadro, da exportação dos produtos tropicais e dos metais preciosos que se destinavam, via metrópole, ao abastecimento do comércio internacional, forma-se o eixo das atividades coloniais, eixo em torno de que se agrupam todos os seus demais elementos. Em função dele, dispõem-se os outros setores acessórios do comércio da Colônia, e que não tem outro fim que alimentar e amparar aquela corrente fundamental com o tráfico africano, em primeiro lugar, que fornece a mão-de-obra com que se produzem aqueles gêneros que a constituem.

Sem dúvida, a escravidão constituía-se na mola mestra da vida do País. Sendo responsável por todos os momentos favoráveis à economia brasileira da fase colonial.

Paradoxalmente, a posição escravagista reforçar-se-á, ainda mais, depois da Independência, com a ascensão ao poder e à direção do novo Estado da classe mais diretamente interessada na conservação do regime.

Entretanto, a instituição servil e principalmente o tráfico de africanos afetava ao capitalismo, já totalmente consolidado no século XIX. Sua legitimidade e legalidade tornavam-se assim muito mais vulneráveis, posto que envolvia

6 Id. *ibid.* p. 162.

interesses internacionais contrários e hostis. Dessa maneira, inicialmente, através da oposição internacional ao tráfico, será atingida a escravidão brasileira, e, em uma segunda etapa, em consonância aos interesses do capitalismo internacional, será totalmente estirpada.

2. O Processo de Emancipação.

2.1. A Supressão do Tráfico de Africanos.

Desde os primórdios do século XIX, encabeçava a Inglaterra o movimento de condenação geral ao tráfico africano. Depois de abolir, em 1807, o tráfico nas suas colônias tornara-se a Grã-Bretanha o paladino internacional da luta contra o mesmo. É sob sua influência ou pressão que o tráfico será paulatinamente abolido nos países escravagistas.

O Brasil resistirá a essas pressões por quase meio século, no entanto, desde cedo, a diplomacia britânica empenhar-se-á em obter a extinção do comércio de escravos. Já, logo depois da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, essas pressões estavam presente. Podemos localizá-las no tratado de aliança de 1810, no qual o soberano português prometia cooperar na campanha contra o tráfico e limitava a ação dos traficantes portugueses aos territórios africanos sob o domínio de Portugal.

Curioso o interesse da Inglaterra, posto que esse país, no século anterior, fora o maior beneficiado no comércio humano, chegando a envolver-se em guerras para obter e conservar a prioridade sobre as demais nações no tráfico transoceânico de escravos. Ainda nos últimos anos do século XVIII realizava mais da metade de todo este comércio.⁷

Sua conjuntura econômica, entretanto, modificará radicalmente este panorama. A força das ilhas açucareiras britânicas, antes de 1783, respaldava-se na existência de poucos competidores. Estes eram principalmente o Brasil e as colônias francesas. Cuba estava tolhida pelo exclusivismo extremo do mercantilismo espanhol e a situação do Brasil é por

7 PRADO JÚNIOR, Caio, *História econômica do Brasil*. 20 ed. São Paulo, Brasiliense, 1977. p. 145.

demais conhecida, no período. Esse contexto, entretanto, foi radicalmente alterado quando São Domingos adianta-se à secessão das colônias do continente.

A produção de Barbados e Jamáica transferira o comércio açucareiro da Europa, de Portugal para a Inglaterra, e o progresso de São Domingos deu o controle do mercado açucareiro europeu à França.⁸ São Domingos era maior do que qualquer colônia britânica, seu solo era mais fértil e estava menos esgotado, logo seus custos de produção eram menores. A destruição de São Domingos vai significar o fim do comércio açucareiro francês, mas não significará a salvação das Índias Ocidentais Britânicas, cuja era já estava superada. Dois novos inimigos entraram em cena: Cuba e o açúcar de beterraba.

Cuba tomou a vanguarda para preencher o claro no mercado mundial deixado por São Domingos. Enquanto, sob a bandeira americana, o açúcar cubano encontrava mercado na Europa, os excedentes das Índias Ocidentais Britânicas se acumularam na Inglaterra. Por outro lado, Napoleão, mal sucedido nas tentativas de recuperação da Colônia perdida e decidido a conquistar a Inglaterra sufocando seu comércio exterior, iniciou o ímpeto do açúcar de beterraba, preconizando a guerra dos dois açúcares. Uma comissão parlamentar, instituída em 1807, descobriu que o produtor das Índias Ocidentais Britânicas estava operando com prejuízo. Em 1800, seu lucro era de 2,5%; em 1807, nada.⁹ Em 1806, o excedente de açúcar na Inglaterra atingia a seis mil toneladas. Logo a produção tinha que ser diminuída e, para restringir a produção, o tráfico de escravos devia ser abolido.

A medida visava principalmente às novas colônias, para que as antigas pudessem sobreviver. Esta solução, porém, foi apenas uma solução temporária. Sem importação para substituir seus escravos, as Índias Ocidentais não poderiam aguentar a competição do século XIX. O perigo de São Domingos foi substituído por três: Maurícia, Cuba e Brasil. O cultivo da cana posteriormente estendeu-se à Luisiana, Austrália, Havai e Java.

8 WILLIAN, op. cit. p. 102.

9 Id. *ibid.* p. 166.

As Índias Ocidentais Britânicas haviam claramente perdido seu monopólio do cultivo de cana: em 1789, não podiam competir com São Domingos; nem em 1820, com Maurícia; nem em 1830 com o Brasil; ou em 1840 com Cuba. "Limitadas em extensão, escravas ou livres, não podiam competir com áreas maiores, mais férteis, menos esgotadas, onde a escravidão ainda era lucrativa".¹⁰

Essa situação ficou agravada pelo excedente de produção do consumo interno. Estimado em 25%, esse excedente tinha que ser vendido nos mercados europeus em concorrência ao açúcar brasileiro e cubano mais barato. Consequentemente, só podia ser feito com subsídios e subvenções.

O ataque aos plantadores das Índias Ocidentais foi mais do que um ataque à escravidão. Foi um ataque ao monopólio. Seus adversários não eram somente os humanistas, mas, também, os capitalistas. O motivo do ataque não era apenas a corrupção do sistema das Índias Ocidentais, mas, também, sua baixa rentabilidade. Por essa razão apenas sua destruição era inevitável: o tráfico de escravos foi abolido em 1807, a escravidão em 1833, a preferência do açúcar em 1846. "O cume jamais teria sido atingido, não fosse a deserção dos capitalistas das fileiras dos donos e traficantes de escravos".¹¹

Quando a escravidão das Índias Ocidentais tornou-se uma coisa incômoda ao capitalismo britânico, tratou-se da sua destruição. Entretanto, esta visão da escravidão para o capitalismo britânico não era uma visão absoluta, sim, relativa; dependia da latitude e longitude. Os tratados com Portugal e posteriormente com o Brasil eram considerados meros pedaços de papel pois a abolição arruinaria o Brasil e havia inúmeros interesses britânicos envolvidos no comércio brasileiro.

Paradoxalmente, o resultado entre os acordos de 1810 a 1826, não foi uma redução ou limitação do tráfico, mas, sim, um surto do seu volume, aliado ao aparecimento de um contrabando de escravos que chegou a atingir enormes proporções.

10 Id. *ibid.* p. 169.

11 Id. *ibid.* p. 152.

O governo britânico, instigado pelos plantadores das Índias Ocidentais, portanto, resolveu adotar medidas mais drásticas. Em 1826, conseguiu, depois de quatro anos de negociações, obter mais um compromisso do governo brasileiro, que tornava inteiramente ilegal o tráfico de escravos, três anos após sua ratificação.

Entretanto, apesar das ameaças aos importadores e compradores de escravos contrabandeados, o tráfico africano prosseguiu em liberdade quase completa. A expansão do café na província do Rio de Janeiro e áreas circunvizinhas de Minas Gerais e São Paulo, com elevada receita dos plantadores, permitia pagar escravos que precisavam, o alto custo do suborno e de outras despesas causadas pela natureza da ilegalidade do tráfico; este mantinha sua vitalidade e os traficantes continuaram seu negócio com desprezo quase completo pela lei.

No fundo a própria Inglaterra lucrava com a escravidão. O capitalismo britânico destruiu a escravidão nas Índias Ocidentais mas continuava a faturar com a escravidão brasileira, cubana e americana. Viam a escravidão apenas onde viam o açúcar. Recusava-se, entretanto, a reformular suas tarifas em base de moralidade. A Grã-Bretanha não estava, porém, disposta a rejeitar a produção dos países traficantes de escravos, quando importada, não para consumo, mas, em trânsito, para manutenção da dinâmica do capitalismo.

A partir de 1845, contudo, com a recusa da renovação dos contratos, por parte do governo brasileiro, foi aprovado no parlamento inglês o "Bil Aberdeen", que declarava lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico africano, sujeitando os infratores a julgamento por pirataria perante os tribunais do Almirantado.

Completamente humilhado pelas incursões britânicas nos portos do Império e a captura e destruição de navios negreiros brasileiros até em águas territoriais brasileiras, com conflitos militares e mesmo um bloqueio de portos brasileiros, o governo imperial foi obrigado a ceder ante às exigências britânicas. Em que pese neste episódio as tarifas "Alves Branco", o certo é que, com as pressões britânicas, ativou-se a já muito adiada supressão do tráfico. Esta, uma vez iniciada, foi eficaz e séria, consolidando-se ao longo da década de 1850.

2.2. A crise da mão-de-obra e os antecedentes abolicionistas.

Por volta da metade do século XIX, consequentemente, a base da força de trabalho da economia brasileira, que era maciçamente constituída pelos escravos, deixou de ser alimentada pela corrente do tráfico africano. Essa massa de escravos talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos. Logo, qualquer empreendimento que se pretendesse realizar teria de chocar-se com a inelasticidade da oferta de trabalho.¹²

Depois de três séculos e meio de escravidão, o negro continuou sendo o principal e, praticamente, a única força de trabalho. Dessa maneira, na cafeicultura fluminense, em expansão pelo vale do Paraíba, a mão-de-obra escrava predominava em número absoluto. Logo, a grande expansão cafeeira para o Oeste paulista ocorrerá quando a importação de escravos já estava definitivamente proibida pela Lei Eusébio de Queirós (1850). Destarte, as oportunidades para consecução da indispensável mão-de-obra para as lavouras de São Paulo, a partir de 1870, restringiam-se à oferta interna de escravos, desfalcados de áreas de agricultura tradicional e decadente, principalmente no Nordeste para o Sul. Mesmo assim, dada a maximização da procura e exigüidade da oferta, os preços do escravo tendiam a aumentar em escala, tornando-se proibitivos para os pequenos agricultores e minimizando os lucros do grande proprietário, no país onde a principal dinâmica econômica caracteriza-se pela exportação de bens primários de consumo.

É importante salientar, consequentemente, que as dificuldades desse mecanismo levou ao latifundiário do interior paulista a encarar a escravidão de uma maneira menos inflexível. A mentalidade escravagista que ligava a prática do trabalho da lavoura à condição de escravo e à "inferioridade da raça" passou a sofrer modificações, começando os latifundiários a procurar introduzir novas fórmulas nas relações de produção, não apenas para tornar mais elástica a oferta de trabalho, como para reduzir o peso do fator mão-de-obra nos custos da produção do café.

12 FURTADO, Celso, Formação econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1976. p. 117.

A quase inexistência de uma oferta interna efetiva de mão-de-obra livre tornaria a imigração a mais importante via para a solução destes problemas. Além do mais, existe uma incompatibilidade estrutural entre o capitalismo e as relações de produção escravagistas: a condição essencial para o desenvolvimento do capitalismo é que os trabalhadores, despojados de todos os meios de produção, possam oferecer livremente no mercado tudo que lhes resta: a sua força de trabalho.

A introdução do imigrante europeu, porém, de início, não chegou a produzir resultados econômicos apreciáveis. No sistema de parceria, então empregado, o imigrante era obrigado a pagar, com seu trabalho, todas as despesas feitas pelo proprietário: — passagens, instalação, alimentação, equipamentos, o que significava um grande período inicial sem remuneração. Além do mais, o costume secular dos senhores, gerado pelo escravismo, de maltratar os trabalhadores, contribuiu para o insucesso da parceria que foi sendo substituído por outro: o do colonato. Este, consistindo em um sistema misto, de pagamento e de renda, aliado ao próprio incremento das forças produtivas oferecem melhor resultado. A incompatibilidade do trabalhador livre ao lado do escravo e o sucesso do primeiro forçará portanto, o fim da escravidão.

Notadamente, a partir da década de 1870, o governo passará a subvencionar a vinda de imigrantes, tanto em níveis do Poder Central como do Poder Provincial, apesar da oposição dos grupos latifundiários mais retrógrados, das regiões de cultura agrícola decadente.

Os trabalhadores livres começaram a demonstrar que sua produtividade era bem mais elevada que a do trabalhador escravo, obrigado a labutar sob a ameaça do chicote do feitor. A partir dos fins da década de 1870 e início da década seguinte, a luta pela abolição, portanto, só poderia ganhar outros contornos, configurando, aí sim, uma verdadeira campanha. De outro lado, não se pode esquecer a pressão política internacional sobre o governo brasileiro. Em 1870, o Brasil era o único país independente das Américas a manter a escravidão.

Embora ainda sem forças, em 1871, a atividade abolicionista já preocupava o Governo Imperial. Isso podemos ver em algumas medidas "conciliatórias" para diminuir seu

ímpeto. É nesse contexto que entendemos a promulgação da Lei Rio Branco, também conhecida como "Lei do Ventre Livre" e que na verdade consagrava enormes vantagens aos senhores. Estes poderiam manter os nascidos, mesmo a partir da promulgação da Lei como escravos durante o período de maior produtividade de seu trabalho, ou receber uma gorda indenização em dinheiro do Estado.

A Lei Rio Branco, aprovada em meio a intenso debate, apesar de aceitável pelos senhores de escravos, causou a impressão de ter dado um grande passo para o encerramento da escravidão, arrefecendo os ataques dos abolicionistas que diminuíram o ardor de suas investidas e a campanha entrou em ritmo de hibernação.

No final da década de 1870, reacendeu a campanha ao nível parlamentar, emergindo nitidamente duas grandes correntes do abolicionismo divergentes entre si: de um lado a chamada "moderada", que almejava a libertação dos escravos sem os riscos de uma participação mais ativa do povo, sem uma campanha radical de eliminação do escravismo, sem os apelos à insurreição escrava, mas apenas através do debate parlamentar e de uma legislação "emancipadora"; de outro, a corrente "radical", que chegava a pregar claramente a violência justa, a violência do escravo contra o senhor, a insurreição aberta contra o sistema escravista. Entretanto, esta fase é marcada apenas por debates parlamentares sobre a abolição.

Em 1880, funda-se, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Pouco tempo depois, já havia numerosas agremiações emancipacionistas, como em São Paulo que, desde a década de 1870, já existia algumas dessas agremiações. A consequência foi o aparecimento em larga escala dos jornais anti-escravagistas.

Por outro lado, as províncias do Norte e Nordeste onde a economia se achava menos baseada no escravismo, pela transferência que vinham fazendo a décadas de sua mão-de-obra servil para a região cafeeira, o movimento alastra-se de forma ainda maior, chegando o Ceará a libertar, por iniciativa própria, seus escravos, em 1884.

A campanha abolicionista já começara a tomar o rumo revolucionário, surgindo, em São Paulo, a ação do denomi-

nado grupo dos "Caifazes". Estes não só promoviam uma campanha teórica, panfletária e legal, mas, também, montaram um esquema para fuga dos escravos com ajuda dos ferroviários que os transportavam e abrigavam contra as perseguições policiais; quando não conseguiam a fuga incitavam os escravos à revolta, numa verdadeira atividade de agitação, de subversão da ordem escravagista.

2.3. A Abolição.

O término da escravatura africana, em 1888, marcou uma das mais significativas decisões tomadas em relação à moderna sociedade no Brasil. Completamente em oposição à tese do individualismo, caracterizava a época moderna do País. Embora vista dentro da História Ocidental, a escravidão possa ser considerada como parte da expansão mercantil da Europa. A verdade é que, em 1888, o Brasil, único país do mundo "civilizado" a adotar ainda esta instituição, estava em uma vergonhosa situação.

Por outro lado, a abolição da escravatura vai contribuir para fortalecer as modernizadas cidades que trabalharam e concorreram para ela, concorrendo, inclusive, para abalar o regime monárquico, do qual o escravagismo era também um dos sustentáculos na estrutura arcaica, em que participavam, também, ativamente, os proprietários de escravos.

A abolição foi, contudo, também, o produto das modificações que se processavam no País. Os dois grupos com idéias abolicionistas foram os fazendeiros de café de São Paulo, insatisfeitos com a falta de escravos no mercado, e os novos grupos nas cidades que viam na escravatura uma ameaça à sua visão do mundo. Os fazendeiros ampliavam cada vez mais suas propriedades e tinham necessidade de cultivá-las. Embora 68% dos escravos estivessem concentrados no centro-sul do Brasil, em 1888, não eram suficientes para satisfazer a demanda da produção de uma economia exportadora. Além do mais, o número de escravos descia a olhos vistos. Assim sendo, os cafeicultores procuravam atrair os imigrantes europeus, mas, a despeito deste contingente entrado no período da escravidão, seu número muito aquém dos que iam para os Estados Unidos ou mesmo para a Argentina, pela má reputação que a escravatura dava ao Brasil, não produzia o sucesso esperado.

Por sua vez, os novos grupos urbanos criados pela modernização contribuíram, substancialmente, para o fim da escravidão. Comerciantes e burocratas, industriais e profissionais liberais, com raras exceções, opuseram-se à escravidão. Os industriais, principalmente, eram em quase sua totalidade favoráveis à abolição. Não somente recusavam a investir em escravos, que não poderiam ser dispensados prontamente, em épocas difíceis, mas também tinham interesse na libertação de todos os elementos, unidades que pudessem ser livremente contratadas, vendendo sua força de trabalho no mercado livre, como trabalhadores que pudessem ser facilmente juntados e separados, onde e quando qualquer imperativo econômico assim o exigisse. O empresário brasileiro era, pois, em sua quase maioria, favorável à abolição, advogando as facilidades à formação de capitais.

Juntamente com estas grandes transformações que influíram na política abolicionista, os britânicos, campeões do capitalismo mundial, continuaram impondo importantes medidas em coerência ao sistema. Nesse contexto, o crescimento da campanha abolicionista e suas vitórias assustavam e pressionavam cada vez mais aos escravocratas e ao Governo. Este tentava aprovação de medidas paliativas, como, por exemplo, a Lei dos Sexagenários que só faz conseguir exarcebar os ânimos e encaminhar a escravidão para um mais rápido desenlace.

Ao abolir a escravidão, o Império estava encostado na parede. A partir do 13 de maio de 1888, agonizava, também, a monarquia que perdera o apoio do último setor social interessado em prolongar sua agonia: os grandes latifundiários de café das regiões velhas, escravagistas radicais.

Conclusão.

De tudo que até agora foi analisado, podemos perceber que, desde o início, a colonização brasileira foi marcada por um regime econômico enquadrado em um contexto onde a economia predominante nos países colonizadores evoluía para o capitalismo industrial.

Considerando-se Portugal, país pioneiro nas descobertas ultramarinas, verificamos que, evidentemente, o predomínio lusitano Atlântico se dava graças às preocupações gerais e intensificação comercial, evidenciando-se assim o pré-capi-

talismo expresso no desenvolvimento mercantilista. É nessa situação que a colônia brasileira se enquadra e envolve sua economia, inteiramente subordinada às exigências do comércio internacional, mas, no entanto, resguardando-se de novas particularidades inerentes à sua evolução política, econômica e social. Sem fugir, porém, a critérios gerais que caracterizam o desenvolvimento do mercantilismo, como a formação de grandes empresas organizadas pelo poder real, com fundamental contribuição de grupos mercantis de capitais realizados, na medida em que os negócios apresentassem possibilidades de rentabilidade comercial através de altos lucros, obtidos e reproduzidos, reafirmando o espírito funcional das empresas voltadas vigorosamente para o lucro.

O processo de colonização brasileira não deixou de ser, em nenhum momento, um relevante componente do capital mercantil aqui desencadeado, de acordo com os padrões da linha mestra implantados pela sociedade européia, através de Portugal.

A Independência não trouxe modificações a este panorama. Apenas, a influência passou a ser exercida diretamente pelos países hegemônicos, notadamente a Inglaterra, em adiantado estágio de capitalismo industrial.

No tocante a mão-de-obra, cabe dizer que o sistema então implantado só utilizou coercitivamente o escravo pela escassez de uma mão-de-obra livre que atendesse aos propósitos do capitalismo mercantil. Quando inciou-se o processo abolicionista, a população apresentava-se em níveis elevados, garantindo, por consequência, um mercado livre de trabalho. A despeito da resistência oferecida, procurou o sistema desfazer-se do escravismo, o que era de interesse do capitalismo, que, não poucas vezes, interferiu diretamente na problemática nacional, preconizando sua falência. É neste nível que entendemos o processo de emancipação como fruto de interesses econômicos em substituição a um sistema arcaico cuja estirpação era vital à continuidade do capitalismo em sua forma de exploração das nações menos desenvolvidas.

BIBLIOGRAFIA

BETTELHEIM, Charles, "Intercambio internacional y desarrollo regional". In: **Imperialismo y comercio internacional** (el intercambio desigual) Cuadernos de Pasado y Presente, nº 24. Córdoba, Pasado y Presente, 1972. p.33-62.
"Los trabajadores de los países ricos y pobres tienen intereses solidarios". Id. *ibidem*. p. 169-173.

CARDOSO, Ciro F. S., "Sobre los modos de producción coloniales de América". In: **Modos de producción en América Latina**. Cuadernos de Pasado y Presente, nº 40. Buenos Aires, Siglo XXI, 1974. p. 135-154.

"El modo de producción esclavista en América". Id. *ibid*. p. 193-230.

CONRAD, Robert, **Os últimos anos da escravidão no Brasil — 1850-1888**; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

EMMANUEL, Arghiri, "El intercambio desigual". Cuadernos de Pasado y Presente, nº 24, op. cit. p. 1-32.

"El proletariado de los países privilegiados participa en la explotación del tercer mundo". Id. *ibid*. p. 163-167.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, **Homens livres na ordem escravocrata**. 2 ed. São Paulo, Ática, 1974-1976.

"Organização social do trabalho no período colonial"; *Revista Discurso* nº 8 (USP).

FURTADO, Celso, **Formação econômica do Brasil**. 14 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1976.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo, Ática, 1978.

GRAHN, Richard, **Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil — 1850-1914**. São Paulo, Brasiliense, 1973.

LACLAU, E., "Feudalismo y capitalismo en América Latina". Cuadernos de Pasado y Presente, nº 40, op. cit, p. 23-46.

PRADO JÚNIOR, Caio, **História econômica do Brasil**. 20 ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.

WILLIAMS, Eric, **Capitalismo e escravidão**; tradução e notas de Carlos Naysfeld. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1975.

NOME DE ANTIGA GOVERNADORA

Manoel Milagres Ferreira

Saltemos da Ilha de Vitória, para o Continente e teremos ali bem perto VILA VELHA, o primeiro pólo colonizado desta Capitania do Espírito Santo e o único povoado que teve foros de "Sede do Governo" antes desta ser transferida para a Ilha de Vitória.

De há muito tempo, os dirigentes da antiga capital colonial vêm **silenciando** quando é apertado o cerco no sentido de ser ajustado, perante a história, o nome da ilustre ex-Governadora D. Luíza ou D. Luisa e se GRINALDA, GRIMALDA ou GRIMALDI.

Compensando o desejo de pequenas e esparsas tomadas de posição em favor de um ou de outro nome ou a dúvida do que fora difundido por antigos escritores, a ilustrada professora e historiadora Maria Stella de Novaes buscou a origem dos GRIMALDI, de tradicional família genovesa, cujos troncos foram príncipes de MÔNACO até 1715, quando lhes sucedeu o "ramo mais velho da Casa dos GOYON MATIGNON, que daqueles príncipes adotaram o nome e o brasão" (artigo da escritora no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, reeditado em "A GAZETA", desta Capital, em 9 de Maio de 1968). Profundo estudo, em que são citadas as fontes pesquisadas, opinou S. Exa. pela exatidão do nome "LUIZA GRIMALDI".

O renomado mestre, professor Cristiano Ferreira Fraga, respondendo em 1971 a consulta do "Conselho Estadual de Cultura do Estado" sobre o então palpitante assunto, dá o seu veredito de historiador e homem de letras baseado nas conclusões de sua colega e não se esquivava em enriquecê-las com a transcrição do verbete GRIMALDI do bem sucedido "Larousse", o mesmo em que a professora Stella se firmara na sua análise. Continuando, lembra o mestre Cristiano Fraga:

"Dentre os que depois tomaram o nome da primitiva família, distinguiu-se o príncipe de Mônaco Alberto Grimaldi (1848 a 1922) como o expoente máximo da oceanografia".

A referência ao príncipe e dedicado estudioso que desvendou ao mundo a numerosa e variada riqueza existente nos mares e oceanos esclarece a grafia GRIMALDI. Resta saber se a saudosa homenageada é descendente dos ex-senhores do "Principado de Mônaco", e despojada, já ao nascer, do seu título nobiliárquico, em decorrência da cessão a outrem do dito bem e o direito ao uso do respectivo brasão.

Em fins de 1979 adquirimos um exemplar de "Espírito Santo: Documentos Coloniais" série "Documentos Capixabas 1". Interessado no assunto GRIMALDI, ainda não esquecido na ocasião, recorremos ao grande achado ali: o "Testamento" do segundo donatário da "Capitania do Espírito Santo". Vasco Coutinho Filho o mandou lavrar em 1573, antes do casal embarcar de Lisboa para o Brasil. Ser-nos-ia este documento extremamente útil se o marido e testador pelo menos uma única vez declinasse o sobrenome da esposa e sua herdeira, a quem por várias vezes chamou de "D. LUÍZA MINHA MOLHER" ou "A DITA D. LUÍZA". Esse Testamento de 1573 é demasiado longo mas sem validade no presente assunto.

Diante da pequena exposição retro, acreditamos que a decisão final do que se almeja saber a bem da "Memória" do Espírito Santo ficará pendente até que ocorra o manuseio de algum documento dos inúmeros que D. Luíza (assim a chamou o esposo) subscrevera durante os quatro anos de sua administração nesta Capitania (1589 a 1593), inclusive, por exemplo, os dois enumerados pela história capixaba: "Escritura de Doação" aos padres capuchinhos, em 6 de Dezembro de 1591, das terras que constituem o "Monte da Penha" e o "Segundo Testamento" lavrado na "Vila de Nossa Senhora da Vitória" aos cinco dias de Maio de 1588 pelo mesmo "Segundo Donatário", poucos meses antes de falecer. Se a primeira das citadas disposições não mencionou por inteiro e por lamentável coincidência o nome da consorte beneficiada, é provável que nos demais aqui apontados e em tantos atos administrativos assinados pela nobre dama com o esmero feminino, os estudiosos, jovens de ambos os sexos nascidos no sopé do "Monte Sagrado", encontrem se um dia se dispu-

zerem à pesquisa com o firme propósito de uma condigna homenagem à mais antiga das preceptoras de quem se tem ainda hoje vagas mas gratas notícias. O segundo testamento de seu esposo poderá ser procurado em o tradicional e esmeradamente conservado "Arquivo Público e Ultramarino" da capital portuguesa apenso, e como documento inicial, ao processo de escolha e reconhecimento de FRANCISCO DE AGUIAR COUTINHO à sucessão do tio e segundo donatário da Capitania do Espírito Santo.

Por que não poderemos indicar, daqui da Ilha fronteiriça, duas das nossas mais renomadas instituições capazes de auxiliar a busca, como e onde pretendida? Apelem, jovens, ao "Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo" e ao "Instituto Jones dos Santos Neves".

Acreditamos piamente em todas as nossas "deixas"!

Vitória, novembro de 1985.



DARCY MONTEIRO "MEU TIPO INESQUECÍVEL"

Waldemar W. de Oliveira

1917, já lá se vão 68 anos que vi pela primeira vez Darcy Monteiro e a atriz de drama e comédia Guilhermina Burity da Rocha nos corredores e ante-salas do Colégio Pedro II, aguardando, como eu, as chamadas para os exames finais do curso ginásial, sem o qual não poderia inscrever-se no vestibular da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Eles e eu tínhamos sido aprovados em todas as matérias do currículo, faltando apenas o latim, cuja banca examinadora, presidida por Mendes de Aguiar, Mestre Supremo deste idioma na época, estava reprovando 95% dos que se julgavam aptos para a prova.

Se fôssemos reprovados, teríamos que esperar mais um ano, estudando somente o latim.

Darcy Monteiro convidou-nos, então, para vírmos fazer esta prova final no Ginásio Espírito-santense, onde era também válida, já que havia inspeção federal. O rigor desta matéria neste educandário era normal como tinha sido nas outras matérias do Colégio Pedro II e não seria desnecessariamente tão excessivo.

Aqui nos deram uma página da Eneida de Virgílio para traduzir. Éramos cerca de dez candidatos e todos foram aprovados.

Regressamos os três, Darcy, Burity e eu para fazermos vestibular. Juntos concluímos o curso médico em 1923.

O destino me fixou em Vitória a partir de 1946. Adquiri muitos amigos e entre eles, para o meu gaudio, o ínclito advogado Dr. Francisco Clímaco Feu Rosa, professor do ginásio naqueles idos de 1917.

Contou-me ele que todos foram aprovados porque o Inspetor Federal solicitou com ênfase a aprovação da Burity que havia ido além na tradução do texto, o que constituía

forte indício de cola. Era ele notável homem de letras, o renomado escritor Flexa Ribeiro, admirador da virtuosidade da grande artista nos palcos cariocas. Ela era muito aplaudida pela platéia e enaltecida pelos críticos onde pontificava Arthur Azevedo no jornal O País.

Alegava o beretrista inspetor que esta atriz manifestava invulgar vocação para a carreira médica e certamente perderia o estímulo se fosse reprovada.

O padre Elias Tomasi, professor e presidente da banca examinadora, acatou este pedido sob a condição justa e equânime de serem todos aprovados.

Certamente este critério em nada favorecia os três recém-chegados que se achavam aptos, apenas desviaram-se de uma banca por demais rigorosa.

Darcy Monteiro exerceu marcante liderança na nossa turma de médicos formados em 1923.

Como exímio cirurgião chefiou a 13ª Enfermaria da Santa Casa transmitindo a várias gerações de doutorandos a sua incrível capacidade de manejar bem o bisturi. Acolheu neste seu campo de trabalho milhares de carentes capixabas até partir para a eternidade em julho de 1975.

Ergueu-lhe a comunidade, no Parque Moscoso, o seu busto que simboliza o gênio da bondade. Na Santa Casa o Centro Cirúrgico tem o nome deste imortal membro da Academia Nacional de Medicina e que o é também da estirpe dos Monteiros, assinalados pelos inestimados serviços prestados ao Estado no Parlamento e na Curul governamental durante quatro quadriênios.

Burity era também autora de peças teatrais, tipo revista, criticando com diálogos e coplas mordazes e humorísticas o lado ridículo dos severos costumes da época.

Ela partiu muito cedo para a eternidade, dez anos após a formatura, deu muito calor humano e carinhosa assistência aos asilados do Retiro dos Artistas, entidade que fundou ajudada por outros artistas, governo e a comunidade. Foi a meta prioritária de sua vida útil, efêmera e afanosa. Desvelo especial tiveram alguns dos antigos colegas,

outrora galãs e vedetes ovacionados pela grandeza de frenéticos dos espectadores, sob a luz das ribaltas. Agora lá estavam cansados e desiludidos, no sombrio crepúsculo de vidas, outrora exuberantes, tanto na realidade como nos papéis que representavam.

A nossa turma de 1923 nunca olvidou Burity nas comemorações de aniversário e sua incrível ternura permanece viva e significante nos Anais do Retiro dos Artistas.

Servir para aspirar recompensa, foi o lema destes saudosos colegas de turma, sendo que Darcy distendeu este ideal sublime por que viveu 84 anos, ao passo que Burity apenas a metade.

Homem de ação, íntegro e zeloso pelo bem estar público, necessariamente desviou interesses particulares para desempenhar os cargos de Diretor Geral do Pronto Socorro, Secretário de Saúde e outros mais no antigo Distrito Federal.

Da grandeza atávica de seus feitos aproveitaram bem os cariocas, que deram a uma rua importante de Copacabana o nome ilustre e venerável de Jerônimo Monteiro. Não tardará esta homenagem para ele também.

Recordar é mais que viver, é reviver quadros e cenas edificantes da radiosa vida estudantil e entre elas as tertulias de nossa equipe nos pernoites do Pronto Socorro da Praça da República com ceia à meia noite. Era sempre nosso único convidado especial o estudante de direito primo de Darcy, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, e era uma festa quando ele aceitava e vinha debater e analisar acontecimentos daquela época tumultuada pelas comemorações do Centenário, promovidas por Epiácio Pessoa, presença dos: reis belgas e presidente de Portugal, sua épica energia para debelar rebeliões nos quartéis, a violenta luta eleitoral — Nilo Peçanha — Arthur Bernardes, Estado de Sítio, cartas falsas distribuídas a Bernardes etc...

Correntes antagônicas de opinião também tumulturaram a nossa ceia que não era a dos cardeais para recordar ações passadas mas de jovens idealistas e sonhadores que julgavam poder, no futuro, consertar o Brasil dividido entre civilistas e militaristas, nilistas e bernardistas, governistas e da oposição, anglo-francófilos e germanófilos, e até saudosistas dos Orleans e Braganças.

Pelo menos um deles justamente o nosso único convidado especial teve mais tarde oportunidade de colaborar na realização deste propósito, governando o nosso estado com justiça, probidade e denodado esforço.

Darcy de Souza Monteiro realizaria também este propósito servindo mais ainda o nosso Estado, se fosse político e tivesse a mesma oportunidade de governá-lo, pois ficou indelevelmente marcada e gravada nos anais do antigo Distrito Federal as suas qualidades de bom administrador.

OS SÍMBOLOS DO ESTADO

A. Isaías Ramires (*)

Há muito, tencionávamos falar do assunto. O belo escrito do Dr. Milton Caldeira, conterrâneo ilustre, publicado em "A Gazeta" (1 jul. 77), e a recente entrevista concedida a este mesmo jornal pelo Prof. Dr. Rui Vieira da Cunha (23 set. 78), propiciaram-nos a oportunidade desejada. Certa feita, numa de nossas costumeiras visitas ao Prof. Alberto Lima, à época ocupando a chefia do Gabinete Foto-cartográfico do Exército, tomamos conhecimento de importante trabalho que o talentoso heraldista executava, qual seja, a feitura dos desenhos dos novos símbolos do Estado — brasão, bandeira e selo —, atendendo a um pedido do então governador Dr. Christiano Dias Lopes Filho. Não sabemos, entretanto, se o Mestre chegou a concluir tão honrosa incumbência, porquanto, logo depois, tivemos a triste notícia de seu desaparecimento. Ninguém ignora que os atuais símbolos do Estado não obedecem a nenhum critério heráldico, pois foram criados, numa emergência, pelo ilustre homem público Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, conforme nos revela a historiadora Profa. Maria Stella de Novaes em sua "História do Espírito Santo", pág. 379: "Havia o Dr. Jerônimo Monteiro instituído pelo Decreto nº 455, de 7 de setembro de 1909, o grande e pequeno selos, com as mesmas cores azul e rosa, e a mesma divisa do Estado: TRABALHA E CONFIA, oriunda, certamente, de sua formação religiosa, que remontava ao Colégio de Itu, dirigido pelos sacerdotes jesuítas, de Santo Inácio de Loyola: "Trabalha, como se tudo dependesse de ti. Confia, como se tudo dependesse de Deus". No que diz respeito ao brasão espírito-santense, não é difícil verificarmos que se trata de cópia adaptada do escudo-de-armas da República, ao tempo em que o café e a cana-de-açúcar representavam nossas maiores fontes de divisas. Quanto às cores, igualmente escolhidas pelo insigne cachoeirense (Dec. nº 456, de 7 de setembro de 1909), sabe-se que a tonalidade "rosa" inexistia nas convenções heráldicas (metais e esmaltes). Para se corrigir este lapso, teríamos que substituir o "rosa" pelo

(*) Oficial R/1 do Exército e membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

vermelho (goles), que simboliza a intrepidez. No que concerne à legenda "Trabalha e Confia" (bandeira), repetimos o mesmo desconhecimento heráldico daqueles que, com o advento da República, introduziram no novo símbolo nacional o "Ordem e Progresso", de inspiração positivista ("Amor por princípio, Ordem por meio e Progresso por fim") — "tal como muitos indivíduos colocam em suas paredes domésticas a sentença: "Hei de vencer", onde, diariamente, se convencem psicologicamente de que "são fracos, e precisam de um karma para vencerem a si próprios" — segundo juízo de Jerônimo Ricardo de Matos, em "Raízes Históricas do Brasil" ("Mensagem", de set. 73). Se examinarmos as bandeiras dos diversos países do globo, constataremos serem bem poucas aquelas que possuem legenda. No Espírito Santo, infelizmente, a parassematografia é ciência pouco conhecida. Haja vista alguns brasões ultimamente adotados por municípios capixabas, que, por não obedecerem a nenhum critério heráldico, são destituídos de qualquer valor cultural. A Constituição Federal, em seu art. 1º, parágrafo 3º, faculta aos Estados, Distrito Federal e Municípios terem seus símbolos próprios. Estes, todavia, deverão ser criados por especialistas no assunto. O brasão de Vila Velha (trabalho iniciado pelo Prof. Alberto Lima e concluído pelo Major Gilberto Freitas), oficializado, em 1972, pelo Prefeito Dr. Max Mauro, é dos poucos, em nosso Estado, concebidos dentro dos cânones da heráldica, demonstrando, com fidelidade absoluta, as raízes históricas do município, conforme podemos constatar em sua descrição: "Escudo português (ibérico) cortado. No primeiro campo, partido à destra (direita) em campo de prata a cruz de Cristo; no segundo campo, goles (vermelho) à sinistra (esquerda) uma estrela no campo superior esquerdo, sobre um turbante indígena e uma cruz, tudo de ouro. No segundo campo, de blau (azul) tendo pro base a beira-mar, uma montanha de ouro, destacando o Convento da Penha, também de ouro. Um listel de prata carregado com os seguintes dizeres em sable (preto): 1535 — VILA VELHA — 1896. Conjunto encimado pela coroa mural de cinco torres de prata que é a de Cidade, tendo na torre central uma flor-de-lis em campo de blau (azul). Interpretação: O escudo português lembra a origem lusitana de nossa Pátria. A Cruz da Ordem Militar de Cristo é a peça componente da primeira bandeira que foi hasteada em solo brasileiro e evidencia a colonização portuguesa em solo espírito-santense e que tem em Vila Velha o seu berço de nascimento. A estrela de ouro nos fala da figura ilustre de seu Donatário Vasco Fernandes

Coutinho; a Cruz, o religioso leigo Pedro Palácios, a quem se deve o culto à Virgem da Penha; e o turbante indígena, os primeiros donos da terra, os índios. O Convento da Penha, marco característico, é a sentinela da admirável baía do Espírito Santo. As datas: 1535, primeiros povoadores e 1896, data em que foi elevada à categoria de cidade. A flor-de-lis, Nossa Senhora do Rosário, a Padroeira”.



PARTIDOS POLÍTICOS CAPIXABAS: (1822-1930)

J. P. Amorim

Devido a independência do Brasil em 1822 e instituído o regime monárquico em nosso país, as capitânias receberam a denominação de províncias, sendo então criados na capital do Império os partidos políticos: Liberal e Conservador.

No Espírito Santo, pouco antes de 1830, o Padre Inácio Bermudes, orador de grande recursos, parlamentar e profundo advogado, organizou a seção do Partido Liberal, foi nosso representante da Câmara dos Deputados e chefiou os liberais até 1847, quando passou a direção ao coronel José Francisco de Andrade Monjardim, que em 1866 fez a reestruturação geral da referida agremiação.

Na década de 1880 o Partido Liberal teve como seu terceiro dirigente o capitão Alfeu Adelfo Monjardim, (mais tarde barão), que permaneceu no posto de comando até 15. 11.1889.

Eram jornais desse partido e circulavam em Vitória: "A Liga" (1860 — diversos colaboradores), "Jornal de Vitória" (1864 — dirigido pelo engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire), "A Opinião Liberal" (1877 — Dr. Urbano Vasconcelos), "A Atualidade" (1878 — Dr. José Correia de Jesus), "O Horizonte" (1880 — Dr. Maximino Maia), "O Comércio" (1875 — Dr. José Joaquim Pessanha Póvoa e Dr. Miguel Noronha Peital) e "Província do Espírito Santo" (1882-1889 — Dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire e Cleto Nunes Pereira).

Na então vila de Itapemirim, dirigida pelos Drs. José Feliciano Horta de Araujo, Joaquim Pires de Amorim e Clímaco Barbosa de Oliveira, o semanário "Sentinela do Sul" (1867-1869), era órgão oficioso dos liberais.

Surgiu na mesma época o Partido Conservador (1830) por iniciativa do coronel Dionísio Alvaro Resendo que o chefiou até 1868, quando em consequência de uma cisão, foi sua chefatura confiada ao coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, falecido em 1889, ano em que foram dissolvidos todos os partidos devido a revolução de 15 de novembro.

Apoiavam os conservadores os seguintes órgãos vitorianos: "O Provinciano" (1860 — diversos redatores), "O Espírito-santense" (1870-1888 — Basílio Daemon), "A Folha da Vitória" (1888-1890 — Aristides Freire) e em Cachoeiro de Itapemirim, "O Constitucional" (1885-1888 — de propriedade do Dr. João Vasco Cabral Filho).

A 23 de maio de 1887, Bernardo Horta de Araujo, coronel Eugênio Aurélio Brandão do Valle, Dr. Antônio Gomes Aguirre, Dr. Joaquim Pires de Amorim e outros fundaram o Clube Republicano de Cachoeiro, o primeiro do Espírito Santo.

Surgiram outros núcleos nos anos seguintes: O de Vitória por inspiração do, Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa, Wlademiro da Silveira, João José Domingues Ramos, Henrique da Silva Coutinho, Dr. Antônio Francisco de Ataíde, Alvaro Coutinho e José Cândido de Vasconcelos, o Clube de Anchieta por Antero Pinto de Almeida, Drs. José Horácio Costa, Antônio Rodrigues de Miranda e Horácio Gomes, o Clube de Alegre por Manoel Joaquim Fernandes de Azevedo, Francisco de Sales Amorim e Hermogêno Toledo, o Clube de Guarapari por Dr. Sezenando Matos Bourguignon e coronel Alexandrino Santos Pereira, o Clube de São José do Calçado por Dr. Germano Chaves Tiradentes e Aureliano Procópio Medina e o Clube de Santa Isabel por Guilherme Schwartz.

Dois jornais davam cobertura aos republicanos: "O Cachoeirano", fundado em 1877 pelos irmãos Loiola e dirigido durante a propaganda por Bernardo Horta e Antônio Aguirre e "A Tribuna", de Anchieta, fundada por Dr. José Horácio.

As conferências públicas foram iniciadas em Cachoeiro a 10 de junho de 1888 por Dr. Aguirre e em Anchieta a 15 de agosto do mesmo ano por Antero de Almeida.

O Primeiro Congresso Republicano Provincial do Espírito Santo realizou-se em Cachoeiro a 16 de setembro de 1888 presidido pelo Dr. Afonso Cláudio. Foram nessa data eleitos membros da Comissão Permanente: Bernardo Horta, Diogo Pires de Amorim, Afonso Cláudio, Antônio Aguirre e Pedro Vieira da Cunha.

Enquanto no norte da Província a campanha era feita por Dr. Constante Gomes Sudré e Ramiro de Barros, no sul

não podemos olvidar Dr. João Coelho Lisboa, tenente Antônio Borges, João Emílio Baiense, Henrique Deslandes, João Loiola, Henrique Vanderlei, Pedro Fernandes Medina, Joaquim Pinheiro da Silva, Rafael di Martino, Dr. José Moreira Gomes, Leopoldo Rocha e Dr. João Chaves Ribeiro.

Nas eleições ocorridas a 31 de agosto de 1889 para a Câmara dos Deputados, Bernardo Horta candidato pelo 2º Distrito, obteve enorme votação, o que levou o candidato do Partido Conservador a 2º escrutínio, não logrando Horta o diploma devido a pressão exercida pelos liberais, então no poder.

A 15 de novembro de 1889 era proclamada no Rio de Janeiro a República Brasileira e extinta a única monarquia americana. Presidia o Espírito Santo o Dr. José Caetano Rodrigues Horta, o conselheiro Cristiano Otoni era o senador, o engenheiro Leopoldo Melo Cunha e o bacharel Muniz Freire eram deputados gerais.

Por decreto de 16 de novembro, o Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo Provisório, expediu a nomeação do Dr. Afonso Cláudio para governador do Espírito Santo (as províncias receberam o nome de estado), sendo empossado a 20 do mesmo mês perante a Câmara Municipal de Vitória, recebendo adesões de todos os municípios do Estado.

O novo administrador capixaba, com apenas 29 anos de idade, escolheu para seus auxiliares antigos companheiros de campanha: Bernardo Horta e Antônio Aguirre (vice-governadores), José Candido (secretário do Governo), Antero de Almeida (secretário da Instrução) José Horácio (chefe de Polícia), Joaquim Amorim (retornou a magistratura sendo o inaugurador da seção da Justiça Federal neste Estado), João José Domingues Ramos e Wlademiro da Silveira (intendentes da capital do Estado).

A 23 de maio de 1890, realizou-se em Vitória um congresso presidido pelo Dr. Torquato da Rosa Moreira, estando presentes antigos propagandistas e muitos representantes municipalistas.

Imperava a harmonia em todo o Espírito Santo, sendo aprovado os atos do Governador e em seguida foi eleita a co-

missão para dirigir o Partido Republicano, recaindo nos cidadãos: Domingos Vicente, Augusto Calmon, Constante Sudré, Henrique Coutinho e Joaquim Pinheiro.

Partiu dessa escolha a dissidência, retirando-se da antiga Comissão Permanente (criada a 16.9.1888), os cidadãos Bernardo Horta, Antônio Aguirre, Diogo Amorim e Pedro Vieira que alegando traição aos antigos propagandistas, fundaram dias depois aliados ao Barão de Monjardim, Aristides Freire, Dr. Moreira Gomes, coronel Joaquim Correia Lirio, Dr. Joaquim de Andrade e Silva, Dr. José Camilo Rebelo, Dr. Florêncio Gonçalves e Dr. Raulino de Oliveira o Partido União Republicana Espírito Santense. Estava assim selada a aliança de republicanos com velhos monarquistas.

Apoiavam esse partido os jornais "Federalista" e Comércio do Espírito Santo", ambos com diversos colaboradores.

Para dar apoio ao governo do Estado foi fundado pelos cidadãos Joaquim Pinheiro, Dr. Constante Sudré, Dr. Torquato Moreira, Henrique Coutinho, Augusto Calmon, Muniz Freire, José Horário, Manoel Leite de Novaes Melo, Henrique Cerqueira Lima, Domingos Vicente, Eugênio Pires de Amorim, Cleto Nunes, Ramiro de Barros, Wlademiro Silveira, Germano Tiradentes e José Gonçalves Ferreira o Partido Republicano Construtor, que teve como órgão oficioso o "Estado do Espírito Santo", dirigido pelo Dr. Muniz Freire.

Em setembro de 1890, o Dr. Afonso Cláudio acometido de séria moléstia, agravada por desgostos políticos, renunciou o cargo passando o governo ao Dr. Constante Sudré.

Em consequência da agitação política apareceram outros partidos. Deposto da presidência do Estado em 1891, o Barão de Monjardim, aliado aos coronéis Antônio Borges e Joaquim Lirio fundaram o Partido Autonomista, tendo como defensor o jornal do mesmo nome, cujo principal redator era o Dr. José Francisco Monjardim.

Esse partido fez no ano seguinte fusão com o Construtor. Dissolvida a "União Republicana" em 1895, muitos dos seus integrantes aderiram ao Partido Republicano Federal, fundado em 1896 por Torquato Moreira, Domingos Vicente, Horácio Costa, coronéis Joaquim Novaes Campos e Henrique Laranja. O "Comércio do Espírito Santo" era o seu órgão oficioso.

Em 1898, por iniciativa de Bernardo Horta, Augusto Calmon, Antônio Borges, e José Monjardim surgiu o Partido Construtor Autonomista, apoiado pelo semanário "O Cacho-eirano".

Candidatando-se ao governo do Estado em 1900, o coronel Ramiro de Barros Conceição, fundou com o Dr. Jerônimo Monteiro o Partido da Lavoura.

Ocorrendo em janeiro de 1905 sérias divergências entre o presidente Coutinho e o senador Muniz Freire, abandonaram as fileiras do Partido Construtor os prestigiosos chefes: Cleto Nunes, Bernardo Horta, Graciano Neves, Siqueira Lima, Barão de Monjardim, Domingos Vicente, Horário Costa, José e Argeu Monjardim, Henrique Cerqueira Lima, Constante Sudré, alguns presidentes de Câmaras e doze deputados estaduais.

O presidente Coutinho foi prestigiado pela maioria do Congresso Estadual, das Câmaras Municipais e de apenas um representante federal, o deputado Torquato Moreira. Estrearam nessa época no Legislativo do Estado quatro Jovens e talentosos advogados: Luiz Adolfo Tiers Veloso, Narciso Araujo, José Belo de Amorim e Joaquim Guimarães, sustentáculos da administração Coutinho, assim julgados pela imprensa situacionista.

A 16 de outubro de 1907, o Partido Construtor, em convenção, indicou o Dr. Jerônimo de Souza Monteiro como candidato único ao governo do Estado para o quadriênio de 1908 a 1912.

Divergiram dessa indicação os deputados monsenhor Eurípedes Pedrinha, José Gomes Pinheiro Júnior e José Belo de Amorim. O monsenhor Pedrinha alegou discordar por ser o Dr. Jerônimo inelegível em face da Constituição, por estar ausente do Estado há mais de 5 anos.

Ponderou o coronel Coutinho justificando a legalidade da candidatura, dizendo que o Dr. Jerônimo embora residindo fora do Espírito Santo, havia desempenhado importantes comissões a favor do nosso Estado. Os deputados monsenhor Pedrinha e Pinheiro Junior mantiveram suas opiniões e desligaram-se do Partido.

O deputado Belo de Amorim resolveu dar seu apoio ao candidato. Na representação federal o Dr. Jerônimo recebeu adesão do Dr. Torquato Moreira e repulsa do Dr. Graciano Neves. Os outros congressistas permaneceram neutros.

Assumindo o governo a 23.5.908, o Dr. Jerônimo começou a pacificar a política capixaba. Reunidas a 4.12.908, todas as facções oposicionistas e governistas sob a presidência do deputado Paulo Junio de Melo, chefe do Legislativo Estadual, foi fundado o Partido Republicano Espírito-santense, havendo a fusão geral das agremiações.

A paz chegava à terra capixaba, a imprensa aplaudia essa segunda vitória do presidente Jerônimo, a quem coube a direção do novo e único partido do Espírito Santo.

Infelizmente durou pouco tempo a harmonia no seio da família espírito-santense. Por ocasião da sucessão presidencial em fins de 1911, devido a escolha do coronel Marcondes Alves de Souza para o período de 1912 a 1916, provocou grande cisão.

Aliaram-se a oposição os deputados Torquato Moreira, Barão de Monjardim e Tiers Veloso e apresentaram o Dr. Getúlio Santos como candidato ao governo do Estado.

O coronel Marcondes foi eleito e assumiu o posto a 23 de maio de 1912, fundado no ano seguinte com Dr. Julio Leite, Domingos Vicente, Nestor Gomes, Francisco Etienne Dessaune e Dr. Manoel Silvino Monjardim o Partido Republicano Conservador Espírito-santense, filiado ao Partido Republicano Conservador Federal, chefiado pelo general José Gomes Pinheiro Machado, então vice-presidente do Senado.

Esse partido defendia os atos praticados pela administração Marcondes para a recuperação financeira do Espírito Santo e dava apoio a candidatura Wenceslau Braz. Em janeiro de 1914 o presidente Marcondes seguiu para Campos a fim de visitar o Dr. Pinheiro Machado, que repousava em sua fazenda, denominada Boa Vista. Ocorrendo no ano seguinte o lamentável assassinato do referido senador Pinheiro, os integrantes do Partido Conservador ingressaram no Partido Republicano Espírito-santense, que sobreviveu até a revolução de 3 de outubro de 1930.

Devido a paixão política sempre reinante em nosso Estado, foi fundado em outubro de 1913, o Partido Republicano Liberal, de feição oposicionista, sendo comissionados para a elaboração dos seus estatutos João Aprigio Aguirre, José Horácio Costa, Eugênio Pinto Neto e Antônio Aleixo.

Em 1916 o Partido Republicano Espírito-santense apresentou o senador Bernardino de Souza Monteiro para a presidência do Estado. As oposições indicaram o médico José Gomes Pinheiro Junior ex-deputado federal.

Houve dualidade, nascendo daí uma revolução. Bernardino Monteiro, instalou o seu governo em Vitória e Pinheiro Junior em Colatina. Meses depois o Congresso Nacional reconheceu Bernardino concedendo contudo anistia aos revoltosos.

Para o quadriênio de 1920 a 1924 foi eleito o coronel Nestor Gomes. A sua posse foi embaraçada por motivo de divergência no Legislativo Estadual, agravada pela revolta da Força Policial, provocando a intervenção federal, sendo Nestor Gomes reconhecido pelo Congresso Nacional.

Dos entendimentos havidos entre o presidente Nestor Gomes, o senador Bernardino Monteiro e o deputado Pinheiro Junior, para a pacificação da política espírito-santense, observamos que o quadriênio de 1920 a 1924, iniciado com armas terminou com flores.

O engenheiro Florentino Avidos, eleito para o período seguinte, remodelou a nossa capital ligando-a ao continente, deu início as obras do porto e ao terminar o seu governo em 1928, fez a ligação do sul com o norte do Estado, através da ponte sobre o Rio Doce, no município de Colatina.

Consolidada a paz política em nosso Estado, Aristeu Borges de Aguiar elegeu-se pacificamente presidente.

O seu governo iniciado em junho de 1928, sofreu as consequências da agitada política federal, culminando com a sua deposição, devido a revolução de 3 de outubro de 1930.

Encerramos este modesto levantamento sobre os 12 partidos, que durante 108 anos contribuíram para o engrandecimento da terra de Domingos Martins.

Nos 67 anos do regime monárquico tivemos apenas três agremiações partidárias, contra nove da República Velha.

A história deduz que no período da primeira república bem mais curto que o do império, as lutas políticas foram maiores. Alguns historiadores atribuem ao regime federativo que na monarquia era unitário.

Os presidentes da província eram nomeados pelo imperador, enquanto os dirigentes estaduais eleitos pelo povo.

SÃO LUCAS, PATRONO DOS MÉDICOS (1)

18 de Outubro — DIA DO MÉDICO — data consagrada a São Lucas, patrono da nossa Classe, o terceiro evangelista, gentio e médico discípulo e companheiro de São Paulo em suas viagens missionárias. Nasceu Lucas em Antioquia, antiga cidade Síria. Apesar de não ter sido testemunha ocular do que narra no 3º Evangelho, trabalhou com inextinguível diligência, como notável historiador. O evangelho de São Lucas foi escrito para pessoas convertidas por São Paulo do paganismo para o cristianismo e teve por tema principal a universidade da redenção.

Eurico Branco Ribeiro, insigne cirurgião paulista, publicou primoroso ensaio de coletâneas de dados sobre São Lucas — Médico, Pintor e Santo. O muralista grego Nikos Beljon, ao centro de um grande painel, em Nova York, o Pfyzer-Mural, colocou entre o gargalo de dois grandes frascos monumentais, a figura de um Lucas muito jovem, suportando um cordeiro sobre os seus ombros. Simbolismo representativo do patrono dos médicos, mitigador da dor e do sofrimento dos agonizantes, com o cordeiro no ombro, inspirado na parábola do cordeiro desgarrado, o Cristo procurando recuperar a ovelha perdida ou seja a salvação da humanidade. Na simbologia atual dos evangelistas, Mateus é representado por um anjo, Marcos pelo Leão, Lucas pelo boi e João pela água. O boi é o emblema do sacrifício entre os povos da antiguidade. É o símbolo de quem leva o jugo da justiça e se afadiga nas obras boas e virtuosas. Simboliza paciência, constância, força, mansuetude. Dante disse: "Lucas é o escriba da mansidão de Cristo". O boi é fiel no trabalho ao seu dono, como Lucas na sua fidelidade a São Paulo, não o abandonando em todo o cativeiro, em cuja hora mais amarga São Paulo escreveu: "Lucas est mecum solus" — "Só Lucas está comigo" (II epístola a Timóteo).

Olegário Mariano, o vate pernambucano, o cantor das cigarras, nos transmite, em sua bela poesia — "Os bois", uma filosofia muito humana, a ajuda no trabalho:

(1) Oração pronunciada pelo Dr. José Moysés, no culto religioso do «DIA DO MÉDICO», a 18 de outubro de 1974, na igreja de São Gonçalo, em Vitória.

É dolorosa a angélica atitude
Dos grandes bois lentos a trabalhar...
Sinto neles a força da saúde,
A glória de viver para ajudar.

Deve-se frizar que nas gravuras antigas todos os símbolos dos evangelistas são alados, representando as asas "missão divina".

Sendo São Lucas o patrono dos médicos e dos pintores, as sociedades científicas fizeram cunhar as suas medalhas e figurar nos seus diplomas e certificados a imagem de São Lucas com seus sinais distintivos — o papiro enrolado, às vezes substituído pelo livro, o boi, a paleta de pintor e o bastão de Esculápio, estilizado nos dias presentes por uma vara, tendo a serpente enrolada, com duas curvas à direita e uma à esquerda, conforme decisão da Associação Médica-Mundial. Diversas invocações a São Lucas são contadas pelo tempo a fora, em várias regiões e países, como está rezada em algumas Igrejas Norte-Americanas: — "Nós vos rogamos Senhor, que vosso santo evangelista Lucas entereceda por nós, ele que nunca cessou de trazer em seu corpo a mortificação da cruz, pela glória de seu nome". A oração dos Santos e Santas que se distinguiram no exercício da Medicina e na prática da Caridade Cristã com os enfermos, traduzem seus exemplos, de que nos inspiramos, fiéis a seus ideais de santidade cristã e caridade para com os enfermos, magnífica mensagem para que dediquemos nossas vidas ao serviço do bem, da caridade, da piedade e da paciência. Ao se realizar a III Jornada de Sindicatos dos Médicos do Brasil, em outubro de 1971, no programa vem estampada a seguinte inovação: "Ao Santo patrono dos Médicos — O Evangelista São Lucas — Os Médicos sindicalizados do Brasil pedem assistência inspiratória para que possam tomar com acerto decisões coletivas em prol da classe".

No decorrer dos séculos, sermões têm sido feitos no dia de São Lucas — 18 de Outubro — os oradores sacros focalizando as passagens do 3º testamento, os oradores leigos enfatizando a prática da Medicina à luz dos ensinamentos cristãos, a ética nos exercícios profissionais de acordo com a lei natural, a Lei de Deus.

Marcou época no Brasil, o sermão do Padre Antonio Vieira, no século XVII; Vieira que fora o mais consagrado orador sacro daquele século em toda a cristandade, causti-

cando do púlpito a sociedade medieval, os costumes e a moral. É o sermão de São Lucas, "digníssimo de imprimir em letras de ouro". Tem como tema central o versículo "curai os enfermos e dizei-lhe, é chegado a vós o reino de Deus". Discorrendo sobre a prática da Medicina, Vieira diz que Jesus, ao enviar os 70 discípulos a curar os enfermos, aconselhou de que não levassem bolsa, indicando assim que não se deveriam influenciar pela promessa vulgar de Galeno de que os que buscaram a ciência médica, antes buscavam riqueza. Queria o supremo Legislador reduzir a medicina à sua natural nobreza, indicando que os que a professassem não a desacreditassem com a fazer venal. Honra o teu pai e a tua mãe, diz o mandamento, e honrai, disse Vieira, o Médico pela necessidade, não só pela necessidade que vós tendes dele, senão pelo que ele tem de vós. "Se aos pais devemos sustento, porque nos deram a vida, aos Médicos devemos com os mesmos direitos, porque nã-la conservam". Na bela oração de Monsenhor Francis Carney, de Ohio, pronunciada na Catedral de São João, Cleveland, no dia 18 de outubro de 1956, ele diz que São Lucas não foi uma figura importante nos princípios da Igreja, não exerceu nenhum bispado nem qualquer lugar de proeminência e não escreveu nenhuma epístola dogmática ou de ensinamentos morais. São Paulo diz que ele era Médico e seus escritos provam que conhecia bem a Terminologia Médica do seu tempo. Nele existiam aquelas qualidades de caráter e personalidade que devem ornar a todos os que desejam dedicar-se dentro da caridade cristã ao apostolado dos enfermos e moribundos. Monsenhor Carney, inspirado nos exemplos que nos legou São Lucas, exortou aos Médicos a seguirem, na sua conduta profissional, o caminho do bem e da moral, fazendo prevalecer a prudência cristã, a lealdade a Deus e ao semelhante, recatada humildade, o espírito de pesquisa e de estudo, a observação meticulosa dos fatos e dos pormenores, o respeito à pessoa humana e à reputação do próximo e finalmente, manifestações de simpatia, caridade e de compaixão a todos os que sofrem. "Só a Medicina entre todas as ciências", diz Vieira, "tem sujeitos; e debaixo do seu império, os reis". Entre todas as artes e Ciências, só a Medicina impera os imperadores e, porque assim, todos obedecem ao imperador e ao rei, assim o imperador e os reis obedecem aos Médicos" (Plínio). "Medicina una artium imperatoribus quoque imperat". O Médico não cura nem a pompa, nem a púrpura, nem a coroa, senão o homem despidido e o corpo, que em todos é do mesmo barro. Os Médicos devem ser como as enfermidades: assim como as enfermidades não respeitam qualidades nem dignidade, assim o devem

eles fazer. Termina Vieira o famoso sermão "São Lucas evangelista, patrono dos Médicos", recorrendo à frase saída da boca de Jesus, "Médico cura-te a ti mesmo".

— "Medice, cura te ipsum".

Vivemos, no presente, dias difíceis de angústias, de insatisfação, de desamor. A máquina procura substituir o homem. A alma, os sentimentos, a fé, são no entanto atributos inerentes à criatura humana, ninguém nô-los tira. Uma crise moral existe nos dias atuais, e evidentemente, uma crise de ordem moral sem precedente na profissão médica. Daí, o Código de Ética Médica, norteador de nossa conduta, fiscalizador dos nossos atos. É um fenómeno universal. O espírito hipocrático está morrendo. Surge uma nova terminologia — o faturamento. Do sacerdócio, a Medicina se resvala para os descaminhos de um comércio desonesto e iníquo.

Não podemos jamais, em tempo algum, nos esquecer que existem no comportamento da profissão Médica, verdadeiras que são eternas e inevitáveis. Lucas em seu evangelho cita as curas milagrosas realizadas por Jesus em sua peregrinação terrena, o paralítico que andou, o cego que enxergou, o leproso que se viu livre de suas chagas, a mulher que lhe tocando a túnica ficou livre do fluxo de sangue de que era portadora, há 12 anos; o menino epilético a quem restituiu são a seus pais, o hidrópico curado no dia de sábado.

No capítulo 6, nos ensina, "porque não há boa árvore que dê mau fruto nem má árvore que dê bom fruto, porque cada árvore se conhece pelo bom fruto, pois não se colhem figos dos espinheiros, nem se rendem uvas dos abrolhos. O homem bom, do bom tesouro de seu coração, tira o bem e o homem mau do mau tesouro do seu coração tira o mal, porque da abundância do seu coração fala a boca. Esta, a lição do Evangelho. Criemos pela doutrinação a consciência que dá bom fruto, a consciência do apostolado médico, baseada na vida martirizada de São Lucas, apostolado que é abnegação e responsabilidade, amor à profissão, digna e nobre como nenhuma outra a excede, no desejo de servir ao nosso semelhante. Peregrino na terra, haveremos de encontrar no fim da estrada, no topo da montanha, Deus-criador supremo de todas as coisas, a quem daremos conta de nossas vidas e dos nossos atos.

Lembremos nesse dia consagrado a São Lucas — Dia do Médico, 18 de Outubro — a admirável lição do professor

Clementino Fraga, pai, meu professor de clínica Médica: — “Dentro ou fora da Medicina o ideal deve visar a comunhão humana. Tudo que seja aproximar o homem do homem é ato de devoção biológica.

Trabalhar pelo bem e pela ciência é fórmula da virtude pessoal, capaz de constituir nossa divisa. Cada um de nós tem a sua hora, o seu minuto, ao menos um instante que passa e que pode ser empregado no sentido altruístico em prol do nosso próximo. O destino humano é efêmero e precário: somos todos como a água corrente, passam os dias como as ondas, e como as ondas não cessam de passar. No curso do tempo arrancando para a vida longe, menos rapidamente passará quem tiver da existência a inspiração suprema do sentimento humano, vivo e suave, piedoso e intermerato, na sublimidade dos seus designios”. Assim, dentro destes princípios, vale a pena ser MÉDICO.

1. The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the work during the year.

2. The second part of the report deals with the results of the work during the year. It is divided into two sections: the first section deals with the results of the work in the field of the study of the history of the country, and the second section deals with the results of the work in the field of the study of the history of the people of the country.

O RIO SANTA MARIA DA VITÓRIA E SUA BACIA HIDROGRÁFICA

Ricardo B. Costa

- Preliminares.
- Algumas Pequenas Controvérsias.
- Posição e Localização do Município de Santa Leopoldina e da Bacia do Rio Santa Maria.
- Características Físicas Gerais Encontradas na Área da Bacia do Rio Santa Maria.
 - O Relevo.
 - Sucintos Aspectos Geológicos.
 - Alguns Aspectos Sobre a Vegetação.
 - Um Resumo do Clima.
 - Algo Sobre os Solos da Bacia Hidrográfica.
 - Breves Considerações Sobre o Uso Atual do Solo.
- O Aproveitamento do Rio Como Gerador de Energia.
- Considerações Gerais Sobre a Vazão do Rio Santa Maria.
- Conclusões.
- Bibliografia Consultada.

RIO SANTA MARIA DA VITÓRIA E SUA BACIA HIDROGRÁFICA

Preliminares

Neste despretençioso trabalho de pesquisa que realizamos relativamente ao Rio Santa Maria da Vitória, cabe-nos esclarecer que dois fatores pesaram negativamente no andamento da pesquisa, que foram: indisponibilidade de tempo suficiente de nossa parte e, também, do pouco material disponível que nos pareceu existir sobre o fato aqui estudado.

Há, na verdade, muita coisa escrita sobre o município de Santa Leopoldina, porém, versando sobre a colonização ou a história do aludido município (Trabalho de Tese de Mestrado, livros sobre o povoamento do município, sobre os pomeranos do Santa Maria, etc.). Neste modesto trabalho, entretanto, queremos tentar partindo de vários aspectos, prin-

principalmente da Geografia Física que ocorreu ao longo daquele curso d'água totalmente capixaba e, mais precisamente, totalmente cachoeirense, tentar mostrar a transformação sofrida pela paisagem ao longo do curso do referido acidente geográfico.

Sabemos que a Geografia é uma só, e que, se a desmembramos, é apenas atendendo a facilidade de ordem didática; sabemos, também, que o homem é centro dessa mesma Geografia. Porém, é permitido, é claro, que possamos detalhar ou enfocar um determinado aspecto, dentro desse quase infinito mundo de conhecimento que é a ciência geográfica.

A escolha desse tema, o estudo de um Rio, poderia ser feito observando-se as mais variadas maneiras. Assim sendo, poderíamos estudá-lo sob o ponto de vista do povoamento; dos transportes; como recurso natural, como produto para emprego na indústria; como fornecedor de alimentos (peixes); na penetração para o interior; para transporte; na produção de energia elétrica; etc.

Seria enfadonho enumerar tantas facetas pelas quais poderíamos encarar o estudo de um curso d'água. Entretanto, queremos, aqui, dar uma visão mais geográfica sobre esse "ente" chamado Rio Santa Maria.

Desde a mais remota antiguidade, desde que o homem existe sobre a face do Planeta, o Rio sempre representou para ele um elemento de inestimável valor, e, muitas vezes, de importância vital, pois, no passado, as populações ribeirinhas, como ainda hoje sói acontecer, dependiam exclusivamente dele para sua subsistência e sobrevivência, passando pelos Rios Tigre e Eufrates, berços das mais antigas civilizações.

Grandes cidades do nosso planeta nasceram e se desenvolveram nos vales ou nas embocaduras de grandes rios. Os exemplos são muitos entre os quais podemos destacar: Nova Orleans, no Mississipe; Filadélfia às margens do Delaware; Washington, às margens do Potomac; Paris, cortada pelo Rio Sena; Lisboa na embocadura do Rio Tejo; Roma no vale do Tibre; Hamburgo, no Rio Elba; Xangai no Iang-Tse-Kiang, Cairo, no Rio Nilo; Buenos Aires, no Rio da Prata; Porto Alegre, no Guaíba.

Mas não só os casos de grandes cidades. Também cidades de porte médio, até pequenas cidades ou povoados,

estão, por todo mundo, para atestar a importância desse acidente geográfico seja ele um pequeno curso d'água ou um grande e volumoso Rio.

Basta examinarmos uma carta geográfica para verificarmos como os nomes de Rios são usados para expressar nomes de cidades, vilas, povoados.

Não fugindo à regra, também o Rio Santa Maria foi e é ainda, de total importância para todo município de Santa Leopoldina. Não o Rio isoladamente, mas, precisamente, toda a sua bacia. Devemos nos restringir nesse trabalho à presença do Rio Santa Maria e seus inúmeros afluentes, marcando e contribuindo de maneira muito forte para criar o panorama geográfico, a paisagem, para sermos mais geográficos no termo do município de Santa Leopoldina.

É da própria essência da geografia a descrição e a explicação da paisagem natural ou humanizada, desde as eras mais remotas até os dias de hoje, onde o homem é o maior agente modificador dessa paisagem natural. A presença do curso d'água sempre foi importante para o homem e ele quase sempre procurou organizar-se à beira de um rio. Com o desenvolvimento da técnica e da ciência o homem foi e vai tentando libertar-se dessa dependência da natureza (Geografia Física), buscando novos locais para morar, fato principalmente sobejamente incontestado nos aglomerados urbanos das médias e grandes cidades, indo até às metrópoles.

Algumas Pequenas Controvérsias

Na bibliografia consultada verificamos que existe certa divergência do nome ou mesmo local onde nasce o Santa Maria. Enquanto que uns afirmam estar o nascedouro na Serra de Timbuí, outros afirmam estar na Serra de Garrafão. Outros, ainda, apontam que o Rio nasce na Serra da Boa Vista. Num estudo realizado por firma conceituada e apresentado à determinada Empresa Oficial do Estado, o local de nascimento do Rio é dito como sendo na Serra da Máfia. Outra questão controvertida é a da altitude das nascentes. Não vale a pena aqui estendermo-nos muito sobre esse assunto, porém queremos apenas frisar que alguns autores especificam como sendo a cota de 1.000 m, outros em 1.100 metros.

Claro que tais controvérsias não trazem maiores problemas uma vez que não se trata de estabelecer limites administrativos municipais, pois como dissemos, todo o Rio corre dentro do mesmo município, exceto na parte do seu curso inferior. Porém, tenho também a minha versão. Examinando a carta hipsométrica do município na escala de 1:50.000, realizada por restituição de fotografias aéreas e examinando os pares estereoscópicos de fotografias aéreas na escala de 1:25.000, chegamos à conclusão de que o nascedouro do Rio Santa Maria encontra-se na cota aproximada de 1.150 metros, próximo da divisa do Município de Santa Leopoldina com Afonso Cláudio, distando cerca de 18 km em linha reta da Vila de Garrafão, localizada na Serra do mesmo nome, conforme a medida que fizemos, tendo por base o Mapa do Estado do Espírito Santo, Esc. 1:400.000, do IBGE, ano 1967.

Mas, deixemos de lado essas pequenas controvérsias, pois que, no fundo, em nada prejudicarão o nosso trabalho sobre o estudo do Rio Santa Maria, e, comecemos a penetrar no assunto a que nos propusemos.

POSIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA E DA BACIA DO RIO SANTA MARIA

Aspectos Gerais

Observando o mapa do Espírito Santo, constatamos que a Bacia do Rio Santa Maria da Vitória, abarca todo o Município de Santa Leopoldina, a grosso modo, embora haja pequeno trecho, no Nordeste do município, em que as terras municipais são banhadas pelo Rio Timbui. Por outro lado, o Rio do Meio e o Rio do Braço, que são afluentes do da Fumaça, nascem em território cariaciquense e, entretanto, pertencem à bacia hidrográfica do Santa Maria. Também curso d'água insignificantes afluem do Município da Serra (ver Mapa da Bacia Hidrográfica em anexo). Afora isso podemos considerar que a Bacia Hidrográfica do Rio do nosso estudo, coincide com os limites do Município de Santa Leopoldina.

Observando-se um mapa esquemático da bacia do Rio Santa Maria, verifica-se, de pronto, que ele tem a aparência de folha, com suas nervuras bem marcadas. (Observar o Mapa da Bacia em anexo). Assim é que, trata-se de uma drenagem dentrítica.

O Município, bem como a bacia hidrográfica do Rio em estudo, localiza-se no centro-sul do Estado do Espírito Santo; o Município enquadra-se dentro da Micro-região homogênea denominada Colonial Serrana Esp. Santense; quanto à bacia hidrográfica ela se insere dentro de 2 (duas) micro-regiões: a Colonial Serrana e a de Vitória.

Os paralelos e meridianos que formam um retângulo, enquadrando o município são: 19°57' LS e 20°17' LS; e, 40°23' WG e 41°02' WG. Assim, de norte a sul em linha reta o município possui 00°20' de extensão, o que vai corresponder a uma linha de pouco mais de 37 km. No sentido Leste-Oeste, em linha reta, o município possui 00°39' de extensão, correspondendo a 72 km e alguns metros.

Os municípios limítrofes de Santa Leopoldina são: leste o município da Serra; a sudoeste, Cariacica; ao sul Domingos Martins; a oeste Afonso Cláudio; a noroeste, Itarana; ao norte, Santa Teresa e a nordeste, Fundão.

Enquanto que a área total do município de Santa Leopoldina possui 1.387 km², a área ocupada pela bacia do Rio Santa Maria, sendo maior, conforme já dissemos, abarca uma superfície de 1.598 km². Esta superfície, aliás, corresponde a 3,50% da área do Estado do Espírito Santo.

Os inúmeros cursos d'água que compõem essa bacia vão desde pequeninos riachos até aqueles de porte razoável, considerando-se é claro, a área da bacia. Vamos exemplificar alguns deles que estão assinalados no que aliás, no mapa na escala de 1:400.000, que está anexo a este trabalho. Pela margem esquerda: Rio Possmosser, Rio Calro, Rio Bonito, Rio Timbui Seco, Rio da Prata, Rio Caioaba. Pela margem direita, entre outros, podemos citar: Rio Triunfo, Rio das Pedras, Rio Jequitibá, Rio Caramuru, Rio da Fumaça, Rio São Miguel, etc.

O Rio Santa Maria da Vitória, este o seu nome completo, vez que existe o Rio Santa Maria do Rio Doce, possui uma extensão aproximada de 97 km, descendo de uma altitude de 1.150 metros até atingir a baía de Vitória, em forma de delta, com 19 ilhas.

Apresenta cachoeiras e corredeiras várias até percorrer 52 km, desde o seu nascedouro, quando passa pela sede do município de Santa Leopoldina. Desta cidade até a sua embocadura não existe desnível abrupto nenhum que possa originar qualquer queda d'água, razão, porque, foi possível no passado o uso desse trecho como meio de transporte por canoas e lanchas, assunto que falaremos mais adiante. De Santa Leopoldina até o mar o Rio percorre, aproximadamente, 45 km.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS GERAIS ENCONTRADAS NA ÁREA DO RIO SANTA MARIA

O Relevo

O relevo encontrado na Bacia é acidentado, apresentando grandes altitudes na maior parte territorial municipal, atingindo várias vezes cotas acima dos 1.000 metros. O próprio Rio Santa Maria, como vimos, desce de altitude acima de 1.000 metros. As principais Serras locais têm as seguintes denominações: Serra do Garrafão, do Tijuco Preto, Bragança, Boqueirão, Circo Feliz, Pedra Branca, Pelada. Morros ou picos proeminentes são o Sterck, o Afonso, o Magu, o Pico da Andorinha, o Morro do Scoefer. Estudando-se a hipsometria da bacia observa-se que as altitudes vão num crescendo constante, à medida que se caminha de Leste para Oeste. É claro que essa constatação torna-se evidente, pois que esse sentido, é aquele seguido pelo próprio Rio Santa Maria, que, nascendo na "Região" do Alto Santa Maria vem desaguar a Leste na Baía de Vitória. Na serra do Tijuco Preto encontram-se altitudes que superam os 1.300 metros, enquanto que no divisor de águas entre o município de Santa Leopoldina com Afonso Cláudio, Itarana e Domingos Martins são comuns as cotas acima de 1.100 e 1.200 metros.

A leste da Bacia, portanto, no baixo curso do Rio Santa Maria, as altitudes estão bem abaixo dos 100 metros, até que o curso d'água atravessa uma zona sujeita a inundações e com pântanos contínuos, já relativamente nas proximidades do mar.

Sucintos Aspectos Geológicos

Quanto à Geologia, em linhas muito gerais, temos que considerar estar a bacia do Rio assentada em sua quase totalidade em Rochas do pré-cambriano, apresentando, porém, na parte a leste da bacia, na área abrangida pela embocadura daquele curso d'água a presença da área pertencente ao Quaternário.

Os rios têm ainda um grande trabalho a realizar quanto ao aspecto erosivo na superfície das rochas cristalinas, apesar de já terem escavado bastante o seu leito, e, prova disso são os vales profundos encontrados naquela região. No curso inferior, como frisamos, os rios da bacia encontram-se

já na "região" de pequenas cotas altimétricas onde, aqui e ali, aparecem altitudes de 100 ou mais metros. Não há lugar para um trabalho de erosão profunda, digno de nota.

É na cidade de Santa Leopoldina que está o marco divisor dessas duas regiões onde o trabalho do Rio se diferencia.

A montante da cidade, incluindo ela própria, existem as corredeiras e cachoeiras, enquanto que a Jusante daquela cidade, o Rio corre mais tranqüilamente em seu leito, até chegar ao mar.

Alguns Aspectos Sobre a Vegetação

Como acontecia com a totalidade do Território Capixaba nos tempos anteriores à colonização do Estado do Esp. Santo, o município de Santa Leopoldina era coberto por uma exuberante floresta de encosta ou de áreas montanhosas altas (ver relevo, neste trabalho). Esse manto verde fazia parte da tão decantada Floresta Atlântica, que assombrou os nossos descobridores europeus, nos primórdios da colonização do país.

O quadro hoje apresentado é deveras desalentador, como aliás, ocorre no Espírito Santo e mesmo no país, salvo algumas áreas.

Fora as reservas florestais artificiais, plantadas pela Aracruz Celulose, com sua plantação de eucalipto, e pequenas outras áreas plantadas com aquela vegetação, restam talvez 3% a 4% de florestas nativas no nosso Estado.

Em atendimento ao surto cafeeiro desde o último quartel do século passado, a mata virgem foi pouco a pouco devastada. Hoje, quase nada existe do que outrora fazia parte integrante da Floresta Atlântica, não só no Município de Santa Leopoldina, como em todo o Estado e mesmo por todo o litoral do Nordeste, Sudeste e Sul Brasileiros.

Além das capoeiras, capoeirões e algumas pequenas áreas de Floresta de 2ª Classe, há vegetação característica das áreas de mangues na seção do curso inferior do Rio Santa Maria, mangues esses que vão até ao delta do mesmo Rio.

Pudemos, apreciar por observação estereoscópica 2 (duas) pequenas áreas de pouco mais de 30 km² cada, uma na área das cabeceiras do Rio Santa Maria e outra, nas circunvizinhanças da cidade de Santa Leopoldina. O resultado está no esquema que incluímos nos anexos deste trabalho. Ali, pode-se apreciar, como foram transformadas áreas que antes eram florestas densas.

Um Resumo do Clima

O clima de uma região segundo o holandês Hann, é definido como o "conjunto de fenômenos meteorológicos que caracterizam o estado médio da atmosfera, num ponto da superfície terrestre". São muitas as classificações climáticas existentes, entre as quais a De Martonne, a de Gaussen, a de Köppen. Preferimos ficar com esta última por ser a mais geográfica. Para não nos alongarmos, podemos dizer que na bacia do Rio Santa Maria ocorrem os seguintes tipos climáticos, segundo a referida classificação. Na região deltaica aparece o **Am**, e, seguindo-se em direção sempre oeste, seguem-se o **Aw**, novamente, **Am**, o **Cfa** e o **Cwa**.

O **Am** corresponde ao clima tropical úmido com estação chuvosa no verão e seca no inverno; o **Aw**, é o clima tropical úmido sem estação seca pronunciada; o **Cfa** é o clima mesotérmico úmido, sem estiagem, em que a temperatura média do mês mais quente é maior que 22°C e onde, no mês mais seco, chove mais de 60 mm; e, finalmente, o **Cwa** que corresponde ao clima mesotérmico de inverno seco, em que a temperatura do mês mais frio é inferior a 18°C e a do mês mais quente, ultrapassa a 22°C.

Por falta de dados devido à pouca densidade de rede de estações climáticas no estado e mesmo no país, aliado aos poucos recursos empregados na pesquisa do tempo e do clima, difícil seria, no momento, apresentar detalhadamente o quadro real do clima naquela bacia.

Algo Sobre os Solos da Bacia Hidrográfica

Ao dissertarmos, agora, sobre os solos encontrados na área da bacia do Rio Santa Maria, é bom que lembremos serem eles um produto resultante da ação de vários fatores, desde a geologia (rocha-mãe) passando pelo tipo de relevo, pelas condições climáticas reinantes desde épocas pretéritas, pela ação dos microorganismos sem nos esquecermos do fator tempo (tempo cronológico, num período geralmente longo).

Ora, nas rochas cristalinas encontradas na área, conforme vimos na parte de geologia, com a ação do clima ali reinante e os outros fatores já mencionados, constata-se presentes na bacia, os solos que abaixo detalhamos.

É bom frisarmos que esses solos aqui descritos o são sob a forma de nível de reconhecimento, portanto, não detalhado, pois que a nível de detalhe não existe trabalho no Estado sobre o assunto. A maior parte dos solos da região montanhosa é de evolução laterítica, de cor vermelha e amarela, tendo o ferro como corante. São solos dados mais para jovens na sua evolução, pois, em consequência do relevo íngreme das montanhas, há o favorecimento à erosão. São os solos que de maneira geral encontramos nas cabeceiras do Rio Santa Maria e nos divisores de água da bacia do mesmo. Nas mais altas áreas encontram-se os solos de cor amarela devido à presença do quartzo e também devido a uma maior precipitação ali encontrada. Pedologicamente são os chamados Latosol Vermelho-Amarelo Distrófico.

Existem também os aluviões fluviais tanto nas terras altas como nas baixas, sempre dependentes da sedimentação dos rios. São solos jovens que soírem o fenómeno das inundações fluviais (processo de sedimentação). Começam a ter sua presença no curso médio do Rio, e mais fortemente no curso inferior. Em Pedologia são, de modo geral, chamados solos aluviais e solos hidromórficos.

Ainda podemos apontar a existência na área da bacia, já no curso interior do Rio, dos chamados aluviões marinhos. Inseridas nessa classificação estão as chamadas áreas de manguezais, que, diariamente são inundadas pelas marés, já portanto, próximo à baía de Vitória. São os chamados solos halomórficos.

Breves Considerações Sobre o Uso Atual do Solo

Não vamos aqui entrar em detalhes sobre o uso do solo encontrado na bacia hidrográfica ou mesmo do município, pois, para tanto, seria necessário muito tempo e muita pesquisa, envolvendo, inclusive, um número maior de pessoas para o trabalho.

Esse tipo de estudo e pesquisa teria como ferramenta básica o auxílio da fotointerpretação, e, para ser atual, deveria basear-se numa cobertura aerofotogramétrica recente. Entretanto, sabemos que, atualmente, o município é ocupado por pastagens, culturas temporárias e culturas permanentes, de maneira geral. Na área de Santa Maria de Jetibá, ocupa lugar de destaque, os produtos hortifrutigranjeiros.

Em alguns locais das áreas montanhosas ainda aparecem os vestígios de vegetação natural mais exuberante (florestas), assunto esse já tratado na parte referente à vegetação.

A título de ilustração e para mostrar de modo visual o uso do solo, anexamos ao trabalho o resultado de dois exemplos que escolhemos ao longo do Rio Santa Maria e que vem comprovar o que dissemos, por vezes, anteriormente, sobre a devastação da Floresta Nativa que existia no passado, por toda a bacia.

Basta que sejam analisados os desenhos encontrados nos acetatos das fotos 3196 (Nascentes do Rio Santa Maria) e 5730 (Santa Leopoldina), para concluirmos que, infelizmente, o que restou daquela vegetação exuberante do passado, hoje, transformou-se em solos desnudos, capoeira, capoeirão ou pasto.

Todos os indicadores e legendas estão estampadas nas restituições das fotos acima mencionadas.

O Aproveitamento do Rio como Gerador de Energia

A montante do Rio, a partir da cidade de Santa Leopoldina, numa extensão de mais ou menos 15 km, quedas d'água foram aproveitadas para geração de energia elétrica. Essas obras de engenharia entraram em operação na década de 1960. A primeira, recebeu o nome de Rio Bonito, devido ao nome do afluente do Rio Santa Maria, de igual denominação. Com ela deu o Estado o seu primeiro passo para o desenvolvimento industrial. Apesar dos seus 16.800 Kw, as necessidades industriais do Estado queriam mais energia.

Assim é que, em 1965, a Usina de Suíça é ativada. Desta vez foram 30.000 Kw para garantir a expansão industrial por que passava o Estado do Esp. Santo. É evidente que não bastou essa energia para atendimento das nossas necessidades estaduais e tanto assim é que construiu-se mais outra hidrelétrica, a de Mascarenhas, no Rio Doce, com capacidade geradora de energia da ordem de 154.000 Kw. Mesmo com esta última usina a demanda de energia continuava e, foi assim que, por fome de energia do Estado, e atendendo ao esquema técnico recentemente implantado no país, foi

feita a interligação do sistema Sudeste de distribuição de energia, ficando o Esp. Santo interligado com as linhas CEMIG-FURNAS.

Portanto, conclui-se que as Usinas de Rio Bonito e Suíça, na Bacia do Santa Maria, foram, pode-se assim dizer, aquelas que permitiram os primeiros passos para o desenvolvimento industrial do nosso Estado, fornecendo a energia que se fazia necessária para implantação das indústrias e com elas a oferta de novos empregos, embora essas indústrias não tivessem sido localizadas na área do município de Santa Leopoldina e sim de Vitória. Esse fato é explicado por já existir uma infra-estrutura localizada nesta última cidade, aspecto esse que deixamos de analisar, por fugir ao assunto deste trabalho.

Considerações Gerais Sobre a Vazão do Rio Santa Maria

A Vazão do Rio Santa Maria, como a de qualquer Rio, depende de vários fatores: do grau de porosidade das rochas por onde ele atravessa; da presença ou da ausência de vegetação junto ao Rio; do tipo de cultura agrícola encontrada na área da bacia ou do rio; da densidade das plantas ao longo do curso d'água ou em toda sua bacia hidrográfica; do uso adequado ou inadequado do solo na região da bacia; do relevo mais ou menos abrupto da região; do índice pluviométrico existente na área da bacia; enfim, de vários fatores que seria enfadonho demais enumerar.

Como vimos o que ocorreu com a bacia do Rio Santa Maria, anteriormente, foi um processo acelerado de destruição de suas matas para plantio de café e produtos de subsistência, e, com esse aniquilamento da flora regional e do mau uso dos solos, houve um vigoroso processo de erosão, ajudado pelo próprio relevo montanhoso encontrado na maior parte da área da bacia.

Com o carreamento desse solo para o leito dos rios, e desses para o Santa Maria, este rio trouxe grande parte do solo agricultável para o mar, além de deixar parte desse material retido, principalmente no seu baixo curso.

Em princípio queríamos fazer uma análise dos dados referentes tanto quanto às vazões quanto à pluviosidade em locais estratégicos da bacia ou do Rio Santa Maria, mas,

como geralmente ocorre no nosso país há grandes precariedades de dados estatísticos vitais para estudos de natureza várias e isso acontece com o assunto em tela. Contentamo-nos, então, em examinar os dados que conseguimos dispor, a fim de realizarmos a nossa tarefa.

A vazão do Santa Maria, fornecida pela estação medidora de Capitania, localizada no baixo curso do Rio, não inclui a contribuição de alguns rios que pertencem à bacia e que se encontram a jusante da referida estação. É o caso do Rio São Miguel e do Tauá, além de pequenos cursos d'água provenientes do município da Serra.

É evidente, também, que os dados disponíveis após a construção das usinas hidrelétricas de Rio Bonito e de Suíça, trouxeram modificações no que seria o quadro real das medições levantadas.

Um pouco de recordação serve muito bem para ilustrar de como houve uma grande mudança no volume d'água do Rio Santa Maria. Basta procurarmos antigos moradores daquelas paragens para fazermos a constatação.

Quando ainda não existia a estrada de rodagem ligando Santa Leopoldina a Vitória (início da década de 1920), existia um movimento ativo de mercadorias e pessoas entre as duas cidades através do Rio Santa Maria. Eram canoas de 16 metros de comprimento, por 1,70 m de boca e 1 m de altura, que transportavam até 100 sacas de café. Além delas, havia lanchas para o transporte de passageiros, não em número elevado. Informação colhida junto a pessoas que residiam, na cidade de Santa Leopoldina naqueles idos da 2ª década deste século, nomeiam como sendo Vimeira e do Candinho, os nomes das lanchas que realizavam o percurso, em dias alternados, entre aquela cidade e a capital do Estado.

Hoje, a situação encontrada quanto ao volume d'água em todo o curso do Rio, é bem diversa. A causa foi o desmatamento, a erosão, e, no trecho compreendido a jusante das usinas hidrelétricas de Suíça e Rio Bonito, o volume d'água encontrado no leito do Santa Maria depende, também, do controle exercido por aquelas usinas.

Examinando as tabelas fornecidas pelo DNOS, relativamente aos dados pluviométricos e descargas do Rio Santa Maria, pudemos fazer algumas constatações.

Assim, quanto à pluviosidade, para um período compreendido entre os anos de 1947 a 1968, observamos que o ano de 1963 foi um ano crítico para o município e para a bacia, pois que nas três estações estudadas, Garrafão, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina, os totais pluviométricos foram bem inferior às médias anuais ali encontradas. Em Santa Maria do Jetibá a pluviosidade foi simplesmente aberrante, uma vez que o total anual atingiu a somente 389,3mm. Tal cifra é encontrada comumente dentro das zonas semi-áridas! Aqui não é o caso, pois, como dissemos, foi uma exceção verificada naquele ano. Confirmamos o fato quando fomos examinar as vazões naturais mínimas do Rio Santa Maria na estação localizada em Capitania, não muito longe da desembocadura daquele Rio. Dados colhidos de 1950 a 1976 mostram ser 1963 o ano em que houve a vazão mínima anual: 3,29 m³/s. Muito pouco se comparado aos 14,3 m³/s verificados em 1960.

Encontramos também o mês, no ano de 1963, em que houve a média mais baixa na vazão do Rio Santa Maria; esse mês foi o de setembro. Consultando as tabelas, observamos, pura e simplesmente, que não houve precipitação pluviométrica assinalada nas Estações de Garrafão e Santa Maria de Jetibá, enquanto que choveu apenas 2,1 mm na cidade de Santa Leopoldina.

É importante salientarmos que o total anual pluviométrico no ano de 1963 foi de somente 389,3 mm em Santa Maria de Jetibá; 414,1 mm em Garrafão e 988,7 mm em Santa Leopoldina. A média anual desta cidade esta em torno de 1.200 mm. No passado, em 1948 e 1949 o índice pluviométrico chegou mesmo a 2.033,4 mm e 2.002,1 mm respectivamente.

Esse índice de pluviosidade mais elevado também ocorreu nas outras áreas, Garrafão e Santa Maria do Jetibá. Senão, vejamos: em 1948 e 1949, Garrafão apresentou índices pluviométricos de 1.838,4 e 1.537,4 mm respectivamente; enquanto que Santa Maria de Jetibá teve índices de 1835,7 e 1706,3 mm respectivamente.

Bem, para não mais nos alongarmos na análise das estatísticas que, entretanto, se fizeram necessárias, chegamos a algumas conclusões.

1) Houve um decréscimo do índice pluviométrico na bacia do Rio Santa Maria, dentro daquele período analisado;

2) A constatação acima pode ser corroborada com os índices apresentados nas vazões do Rio Santa Maria, tanto na cidade de Santa Leopoldina como em Capitania;

3) Houve uma notável diminuição dos índices tanto pluviométricos como das vazões do Rio no ano de 1963;

4) Ainda procuramos analisar os dados do período compreendido entre 1946 a 1967, relativos às medidas das leituras da régua, na estação hidrométrica de Capitania e, houve mais uma vez, a confirmação de ser 1963 o ano crítico, porque, tanto os valores máximos foram os mais baixos quanto os valores mínimos.

O que podemos afirmar é a constatação inequívoca da ação do desmatamento, da erosão do solo, da diminuição do índice pluviométrico na vazão do Rio Santa Maria da Vitória.

Não pudemos aprofundar a nossa pesquisa para explicar a razão de ser o ano de 1963, o de maior crise, o mais anormal dentro do período que estudamos. Que fatores teriam determinado tal fenômeno? Terá sido um fenômeno localizado ou de caráter geral?

Teríamos que ampliar logicamente a pesquisa para uma área muito maior abarcando mais estações medidoras (fluviométricas, pluviométricas, climáticas, etc.) mas isto demandaria muito tempo e maiores recursos.

Conclusões

Procuramos apresentar uma visão geral do Rio Santa Maria quanto aos aspectos ligados à Geografia Física. Sem embargo, muitos outros aspectos pertencentes àquela Ciência sequer foram tocados, e, mesmo os que foram aqui estudados, o foram de modo superficial, pela premência do fator tempo.

Entretanto, acreditamos que dentro deste modesto trabalho, conseguimos apresentar dados palpáveis das consequências do trabalho destrutivo do homem para atender aos ditames exclusivamente econômicos da esfera estadual e nacional voltadas para o comércio externo, esquecendo-se do bem-estar das populações locais ou regionais. Toda a produção cafeeira era para ser principalmente exportada e isso

bastava. O incentivo ao cultivo com emprego de técnicas conservacionistas foi relegado, sem falar na falta de melhores condições e assistência técnica e social para o colono.

É nosso desejo com os números apresentados tentar levantar, pelo menos um pouco, o véu e mostrar estatisticamente a grande mudança havida no quadro físico da região abrangida pela bacia do Santa Maria.

É claro que, também, mostramos o lado positivo, quando falamos da construção das usinas hidrelétricas, na industrialização do Estado. Torna-se evidente que não foi a abertura da estrada de rodagem por si só que trouxe a paralisação da cidade de Santa Leopoldina. A construção da estrada, em essência, é um bom ato, pois que é um meio para o transporte de pessoas e de mercadorias, e enseja o entrelaçamento dos homens. É progresso, portanto. Foi, na verdade, a economia mal estruturada que causou a paralisação daquela cidade.

Sabemos também que houve, evidentemente, mudanças no quadro humano e cultural do município ao longo destes anos, tal assunto seria objeto de estudos da Geografia Humana.

Obras de grande valor em assuntos variados sobre o município de Santa Leopoldina e o Rio Santa Maria, já foram escritas por escritores ilustres do nosso Estado, e, can-sativo seria enumerá-los.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Livros, Mapas, Gráficos, Fotografias Aéreas

- Mapa Político Rodoviário, Turístico, Escolar.
Polimapas Editora — São Paulo.
Esc.: 1:400.000 — 1981.
- Mapa Político e Hipsométrico do Espírito Santo.
F. IBGE, 1967.
Esc.: 1:400.000.
- Mapa de Reconhecimento de Solos do Est. do Espírito Santo.
EMBRAPA — Serviço Nacional de Levantamento e Conservação dos Solos.
Esc.: 1:400.000 — 1971.
- Pares Estereoscópicos de Fotografias Aéreas, vôo 1970.
Esc.: 1:25.000 — IBC — GERCA.

- Queiroz do Vale, Eurípedes.
Apéx Gráfica e Editora, 1971.
"O Estado do Espírito Santo e os Espírito-santenses".
- Moraes, Cícero.
Geografia do Espírito Santo.
Versal Editora.
- Coleção de Monografias Municipais.
Santa Leopoldina — Nova série nº 323.
FIBGE, 1985.
- Ribas da Costa, João.
2ª Edição -- FAC-similada, 1982.
- Hess Carvalho, Regina.
Tese de Mestrado em História na USP.
- Maria de Moraes, Lídia e outros.
Gente, Terra Verde, Céu Azul.
Editora Atica — Primeiro grau.
- Escelsa — Espírito Santo Centrais Elétricas.
Folhetos fornecidos pela Escelsa.
- Cesan — Companhia Espírito-santense de Saneamento.
Relatório de Estudos Hidrológicos.
Geotécnica S/A Engenheiros Construtores — Agosto 1977.
- Departamento Nacional de Obras e Saneamento — 7º Distrito.
Seção de Hidrologia.
Vazões do Rio Santa Maria.
Pluviosidade em Santa Leopoldina.
- Kill, Miguel A. — Geografia e História do Espírito Santo.
Versa Editora, 1974.
- Escelsa — Espírito Santo Centrais Elétricas.
Usina Hidrelétrica de Rio Bonito.
Vitória — Espírito Santo.
- Bittencourt, Gabriel.
Espírito Santo: A Indústria de Energia Elétrica —
1889/1978.
IHGES, 1984.

LUDOVICO PERSICI

Um Lugar para o Espírito Santo na História do Cinema Brasileiro

Maria Eugênia Fabris Moscon

No início do século, em uma pequena cidade do interior do Espírito Santo, um alemão, que estava de passagem, exhibe uma das grandes novidades da época, o cinematógrafo. Ele mostra uma fita a respeito da qual sabe-se apenas que continha cenas de árabes montando camelos. Entre aqueles que viram a apresentação, há um garoto de dez anos, Ludovico Persici, que se deixa fascinar por aquela novidade. Ele depois procura o alemão e observa a máquina que projetara a fita. Anos mais tarde, ele próprio construirá uma máquina similar, e também será ele quem organizará e produzirá o primeiro filme realizado em solo capixaba. Ludovico Persici obriga o historiador do cinema brasileiro a também passar pelo Espírito Santo.

Quase nada restou dos filmes feitos por Ludovico. A sua máquina de filmar, que também projetava e revelava, perdeu-se. Em sua própria época, ele não alcançou notoriedade, exceto nos limites da região em que vivia. Entretanto, pode-se creditar a ele alguns feitos que justificam a inclusão do seu nome na história do cinema brasileiro: ele foi, possivelmente, uma das primeiras pessoas no Brasil a construir uma máquina de filmar; e foi também um dos poucos em sua época a realizar filmes de enredo. Em função disto, há tentativas de se resgatar a história deste descendente de imigrantes italianos que pode ser colocado como um dos pioneiros do cinema brasileiro.

Resgatar a história da vida de Ludovico Persici, assim como dos filmes e inventos que realizou, é entretanto uma tarefa extremamente difícil. Quase nada há documentado a seu respeito. É certo que ainda existe a patente da máquina que criou, com um desenho detalhado do seu mecanismo; há também alguns trechos de filmes que fez. O resto se apoia na lembrança dos moradores mais antigos de Castelo e Alfredo Chaves. Já houve tentativas de se fazer um apanhado

de tudo o que se conhece a respeito dele. Uma destas tentativas resultou em um curta metragem sobre ele realizado pelo crítico de cinema Alex Vianny, baseado em um amplo trabalho de pesquisa feito pelo jornalista Rogério Medeiros. Além disso, ele foi objeto de alguns trabalhos jornalísticos publicados em jornal e em revista.

Contudo, para melhor se conhecer a importância de tudo o que fez Ludovico Persici, é necessário realizar um pequeno retrospecto do aparecimento do cinema no Brasil, assim como do início da produção cinematográfica no país.

Na verdade, o cinema não demorou a chegar ao Brasil. Em 1895, na França, os irmãos Lumière patenteavam o primeiro cinematógrafo. Dois anos mais tarde é realizada no Brasil a primeira apresentação desta máquina, através da empresa portuguesa Germano Alves da Silva, no teatro Lucinda, na rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Esta rua era, na época, o centro cultural da cidade, ponto da moda, e onde todas as novidades eram lançadas. Foram feitas cinco apresentações de filmes portugueses, com grande sucesso.

É ainda em 1897 que começam a ser feitos os primeiros filmes no Brasil. São obras de um italiano recém-chegado ao país, Paschoal Segreto que, acompanhado de seu irmão Afonso Segreto, desenvolve todo um trabalho voltado ao cinema: busca na Europa inúmeras fitas, e até mesmo uma filmadora Lumière. Desta forma, ele se habilita a produzir algumas películas. Em 1900, constrói o seu primeiro estúdio e em 1905 inaugura um cinematógrafo na recém-aberta Avenida Central — hoje Avenida Rio Branco —, com preços considerados acessíveis, e cujas exhibições consistiam de “matinée” e de “soirée”.

A produção de Paschoal Segreto, assim como todos os filmes que exhibia, consistia daquilo que se denominava de “naturaes”. Os “naturaes” restringiam-se a apresentar vistas, tanto de cidades, como de paisagens. Toda produção cinematográfica brasileira até 1907 foi essencialmente de “naturaes”. Tal situação implicou em um previsível cansaço do público, que passou a preferir os filmes importados da Europa e dos Estados Unidos, e que eram filmes que possuíam um enredo. Paschoal Segreto termina por cair no esquecimento.

O advento do cinema cantante (ou falante) torna os “naturaes” ainda mais anacrônicos. Mas, em 1908, um outro

italiano radicado no Brasil, Antonio Leal, realiza o primeiro filme cantante brasileiro, "A Viúva Alegre", que experimenta um grande sucesso. Na esteira do sucesso deste filme, surge a primeira paródia do cinema brasileiro, "O Viúvo Alegre", de Mauri.

Antonio Leal é responsável por quase tudo o que vier a ser feito de importante no cinema brasileiro até 1912. É também ele quem realiza o primeiro filme de enredo no Brasil, "Os Estranguladores". Ele também é considerado o precursor da comédia no país, através do filme "Nhô Anastácio".

De 1908 até 1912, o cinema brasileiro vive um dos seus momentos mais férteis. Além de Antonio Leal, havia outros cineastas de grande expressão como Marc Ferrez e seu filho Júlio Ferrez, além de Alberto Botelho. A forma de se fazer cinema naquela época difere de forma bastante acentuada da atual, com os cineastas unidos a uma classe de exibidores que eram ao mesmo tempo produtores e distribuidores.

Na mesma linha das operetas, surge, a partir de 1910, um novo estilo no cinema brasileiro, que explora o deboche da sociedade, os tipos curiosos da cidade, criticando os costumes e as manias, enfim, uma versão cinematográfica do chamado "Teatro de Revista", gênero teatral inspirado nos "vaudevilles" franceses. Dentre esses filmes, o mais aplaudido, visto e comentado é "Paz e Amor", de Alberto Botelho, com uma linha técnica e artística mais aprimorada, "uma crítica aos acontecimentos da campanha civilista, aos donos da política nacional e aos costumes da cidade".

"Paz e Amor" marca definitivamente o término da chamada "Bela Época" do cinema brasileiro, como ficou conhecida essa primeira fase. A partir de 1912, o nosso cinema entra em um colapso único em sua história, vindo a se recuperar somente a partir dos anos 30, com uma produção mais sistemática. A principal causa desse colapso foi o desinteresse do nosso público pelos filmes nacionais, já que estes não tinham condições técnicas e financeiras de competir com a massa de fitas estrangeiras que inundava os cinemas cariocas.

Em 1913 foram realizados no Brasil apenas três filmes, em 1914 apenas um e em 1917 dezesseis filmes. No período que vai de 1912 a 1922 são realizados apenas 60 filmes no

Brasil, entre os de enredo, e os “naturaes”. E é por essa época que Ludovico Persici constrói a sua máquina e começa a produzir suas primeiras fitas.

Ludovico Persici nasceu em Alfredo Chaves em 1898, um ano após a data que se assinala para o surgimento do cinema no Brasil. Era filho de Erasmo Persici e Maria Giro Persici, imigrantes italianos. A família Persici trouxe da Itália uma certa tradição em ourivesaria. Erasmo continuou neste ofício ao chegar ao Brasil. E pensou em transferir esta profissão aos filhos.

Segundo os depoimentos daqueles que conheceram Ludovico, sua habilidade manual se revelou precocemente: “ele consertava qualquer tipo de coisa”, ouvê-se em um depoimento recolhido pelo jornalista Rogério Medeiros. Conta-se ainda que Erasmo reconhecia o talento do filho, e isso o motivava a envolvê-lo em trabalhos de relojoeiro. Mas, o relacionamento entre pai e filho não seria muito harmonioso: Ludovico não se acomodava no destino que o pai lhe traçara. E, aos 10 anos de idade, Ludovico tem o contato decisivo com o alemão ambulante que passa por Alfredo Chaves com uma máquina de projeção e alguns filmes.

Valeriano Giro, já falecido, contou que Ludovico ficou muito impressionado com a demonstração feita pelo alemão, onde um filme mostrava “imagens de um árabe arrastando um camelo carregado de mercadorias”. Valeriano foi um amigo inseparável de Ludovico em sua infância. Assim, ele o acompanhou quando Ludovico se acercou do alemão e lhe pediu explicações sobre o funcionamento da máquina. Ludovico também pediu ao alemão que lhe desse um pedaço de filme. O alemão concedeu.

Para exibir o pedaço de filme que ganhara, Ludovico construiu seu primeiro projetor, utilizando latas e pedaços de vários tipos de peça. É ele também quem construiu a lente que usou neste primeiro projetor.

No acanhado ambiente de Alfredo Chaves, no início do século, Ludovico Persici não foi além do terceiro ano primário. Em compensação, sua curiosidade não se limita às atividades manuais: ele lia avidamente toda a literatura técnica que dispunha; além dessas leituras, apenas os romances de Julio Verne o prendiam.

Em 1910, se dá outro fato decisivo na vida de Ludovico. Seu pai decide mandá-lo para o Rio de Janeiro a fim de se aperfeiçoar em uma importante relojoaria daquela cidade, a do espanhol Manoel Palmerio.

Na capital da República, ele fica por três anos. Pelo que se sabe, ele pouco viu da cidade, além de alguns poucos passeios que incluíam idas ao cinema. Entretanto, ele trabalhou com afinco, o que o levou a ganhar a admiração de Palmerio. Este decide levá-lo à Europa. Contudo, Erasmo Persici é avisado desta intenção por um conterrâneo de Alfredo Chaves que estivera de passagem pelo Rio. Erasmo dirigiu-se às pressas para o Rio e impediu a viagem. Com uma bagagem cheia de livros técnicos, Ludovico retornou contra a vontade para o interior do Espírito Santo.

Alex Vianny opina que talvez neste episódio tenha sido selada a sorte de Ludovico. Ao invés de um ambiente propício ao desenvolvimento do seu talento, ele se recolhe a um mundo provinciano. Algo que o crítico de cinema estranha é que Ludovico não tenha aproveitado sua estada no Rio para entrar em contato com as pessoas que se dedicavam ao cinema na época.

O fato é que o retorno ao ambiente familiar deteriora completamente o relacionamento entre Ludovico e seu pai. Este achava que o filho não poderia manifestar interesse por qualquer outra atividade que não fosse a ourivesaria. A sua inquietação o levava a ser considerado como a "ovelha negra" da família. "Ludovico era abominado pela família", afirma Rogério Medeiros.

Ludovico fugiu de casa três vezes. Em uma dessas fugas, ele chegou até Vitória a pé, tendo cortado, no meio do caminho, os fios de telégrafo para que os pais não avisassem a polícia. Em uma outra oportunidade, fugiu por causa de uma mulher, com quem queria se casar, contra a vontade dos pais; ele ainda não havia alcançado a maioridade. Erasmo foi em seu encalço, encontrou-o, mas Ludovico foi peremptório ao afirmar que não voltava mais para Alfredo Chaves. Esse fato conduz à mudança de toda a família para Castelo, entre 1916 e 1917.

A ida de toda a família para Castelo não evita o rompimento entre Ludovico e seu pai. Desta forma, ele sai de casa. Para ganhar o dinheiro para o sustento, ele perambula

pelas cidades próximas, realizando toda espécie de concertos. Aos 25 anos ele se casa com Elisa, passando a morar em Conceição do Castelo. Nesta cidade, ele continua a se dedicar a concertos. Porém, em segredo, Ludovico alimentava a idéia de fazer cinema. Tal intento materializa-se dois anos mais tarde com a invenção da máquina que filmava, fotografava e revelava.

Ele se preocupa imediatamente em patenteá-la. Essa patente, que ainda existe, foi assinada pelo "Ministro do Estado de Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio e pelo Diretor Geral da Diretoria Geral de Propriedade Individual em 16 de dezembro de 1927". O registro desta invenção passou despercebido na época. Entretanto, ele continuava se dedicando a outros inventos. Entre os inventos que fez, e que foi possível registrar através de depoimentos, estão: barcos com estranha aparelhagem; um novo tipo de caneta, que escrevia muito mais tempo e muito mais rapidamente que as já conhecidas (inventado quando ainda estava no primário) e que empregava um processo de colocação de tinta com um conta-gota em um tubo de metal com ponta: criou também uma máquina de ginástica, semelhante a uma bicicleta, sobre a qual não se tem nenhum detalhe, exceto a informação de sua esposa de que "ela é idêntica aos modelos usados hoje".

O fundamental, entretanto, foram as películas rodadas por Ludovico com a sua máquina. Pouco restou do que Ludovico filmou. Sua família, porém, possui alguns trechos de filmes, que guarda zelosamente. Entre estes filmes, há um que mostra cenas de Castelo, exibindo suas lojas comerciais, os moradores, paisagens da cidade, e até mesmo uma "baratinha", o primeiro carro a chegar àquela cidade.

Ludovico, segundo conta Rogério Medeiros, percorria toda a região em volta de Castelo com a sua máquina, registrando casamentos, festas familiares e mesmo municipais, fotografando e filmando. Com os recursos que ele obtinha com essas atividades, ele programava a realização de um filme de enredo, em contraposição ao filme da "baratinha", que equivalia mais propriamente a um "natural". E esse filme de enredo seria um "bang-bang".

Há ainda trechos deste "bang-bang". Esses trechos são mostrados no curta-metragem "O Homem e a Máquina" feito por Alex Vianny, e sobre o qual já se referiu anterior-

mente. Ao contrário das cenas da “baratinha”, que mostra uma câmara indecisa e um pouco trêmula, as poucas cenas do “bang-bang” são de uma segurança notável, destacando-se as de uma cavalgada e de uma briga. Conta-se que durante as filmagens, Ludovico dava tiros de verdade para o ar, com o objetivo de obter mais realismo.

Ao se ver as poucas películas de Ludovico Persici que sobraram, é difícil discordar da opinião de Alex Vianny, para quem ele teria sido um gênio. Esse crítico realça a importância de um filme de enredo — e em especial um “bang-bang”, possivelmente o primeiro a ser produzido no Brasil — numa época em que o cinema brasileiro vivia uma completa apatia. Contudo, Vianny adverte que talvez o próprio Ludovico Persici jamais tenha suscitado da importância do seu trabalho.

Em 1930, Ludovico Persici foi para Belo Horizonte, onde passou um ano na casa de um irmão com quem deixou a máquina que inventou, e que está hoje perdida. Foi nesse período que começou a sentir uma sensação de desilusão e fracasso. Ludovico começou a beber. “Ele se sentia deslocado em todos os ambientes”, afirma Alex Vianny.

Com a morte do irmão que o abrigava em Belo Horizonte, Ludovico resolve cuidar de sua filha Edma. Esta parece ter sido uma das poucas pessoas a compreendê-lo, e é a seus cuidados que estão entregues as poucas fitas rodadas por Ludovico. Em 1935, Erasmo Persici morre, e Ludovico retorna a Castelo, onde o esperava a relojoaria do pai. O retorno à vida provinciana o faz se entregar intensamente à bebida. Ele se separa da mulher. Tuberculoso, ele retira-se para a localidade de Matilde, onde permanece solitário.

Ludovico Persici morreu em 1944, não sem antes inventar um dispositivo que lhe permitia acender e apagar a luz com o pé direito, uma vez que ele não podia mais se levantar.

O curta-metragem “O Homem e a Máquina”, de Alex Vianny, registra os principais depoimentos sobre Ludovico assim como as cenas das películas que sobraram. Este curta-metragem encontra-se atualmente aos cuidados do Departamento Estadual de Cultura.



DISCURSOS & CONFERÊNCIAS

CULTO NO PEDESTAL DE UM HERÓI (1)

Senhores:

Constitui-se ideal sublime da Casa de Domingos Martins zelar pela preservação da memória capixaba, defendendo com amor e carinho o patrimônio material e cultural de nosso Estado, que também é o do Brasil.

Por isso, e como o fazemos há anos no dia 12 de junho, aqui estamos hoje novamente reunidos, ao pé do monumento a Domingos Martins, herói capixaba e patrono de nossa instituição, para praticar o culto cívico ao passado de nossa História, revivendo fatos e homens que, pela natureza de sua expressão política e pela grandeza de seus gestos varonís, se fizeram credores de nossa admiração e gratidão, e se tornaram orgulho e símbolo nacionais.

O culto cívico que prestamos a nossos heróis e às datas célebres de nossa História, afora constituir-se esse ideal sublime é, antes de mais nada, um dever de penhor a aqueles que, com desprendimento e coragem, prestaram relevantes serviços à causa Pátria e legaram a seus pósteros, com o exemplo de seus gestos e consequências de suas atitudes, o acervo valioso que nos cabe defender com amor.

Esta cerimônia, como outras que já realizamos ou patrocinamos, no decurso da existência da Casa de Domingos Martins, são serviços que esta instituição presta à coletividade espiritoossantense, porque desenvolve todo um trabalho de educação moral e cívica de nossa gente pela glorificação ao passado, pelo exercício elevado e purificado do sentimento de veneração pelos que trabalharam pela felicidade da Pátria

(1) Oração proferida pelo consócio Nilo Martins da Cunha, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo no dia 12 de junho de 1984, ao pé do monumento ao herói Domingos Martins, na Praça João Climaco, em Vitória.

e de seu povo, sem, entretanto, descambarmos para o misticismo ou fanatismo exarcebados, que nada constroem, apenas destroem.

Há que se destacar, neste instante, que na velha Grécia, berço das artes e da ciência da antigüidade clássica, dessa antigüidade ainda bem vivente nos dias de hoje, não havia lugar algum do seu território, por pequeno que fosse "que não empregasse a atenção em registrar e rememorar o que nela se passára. E os gregos se glorificavam com tais cerimônias, pensando, como mais tarde diria o filósofo Kant, que os verdadeiros homens do presente são aqueles que têm o culto de respeito pelo passado".

Há que se destacar, também, nesta oportunidade, e em outras que se hão de fazer ainda, que é dever de todos nós devotarmos amor ao torrão natal e a todo o seu conjunto de valores morais, culturais, materiais e sociais, sem limitações de espaços, sem molduras acanhadas por uma definição egoísta e apaixonada, restrita e antipática.

Já alguém disse — e o disse muito bem — "que o amor à terra e aos valores que nelas frutificaram e frutificam têm os seus estágios: começa em casa, na rua, na vila, na cidade, no município, se transmuda para o Estado e se assoma à Pátria, e daí superiormente, transpondo fronteiras e mares, e difundindo-se por todos os países causa respeito e admiração dos povos, unindo-os, cívica e religiosamente, pela fraternidade humana em toda a Terra".

Povo que não cultua o seu passado, povo que não fundamenta as suas esperanças no pedestal de seus heróis, povo que não se vangloria de seus valores, "que não acende n'alma a saudade infinita pela legião de seus obreiros", povo que não zela pela pureza da língua, pela preservação de suas tradições, é povo que se degrada, que se esvai, que agoniza e se dissolve.

A sorte de nossa gente e a redenção da Pátria Brasileira estão condicionadas ou dependentes da elevação do caráter nacional. É mistér, pois, que formemos cidadãos dignos que honrem a nossa raça e a nossa terra com o seu trabalho, com a sua honestidade, com a sua cultura, com a sua fé nos ideais nacionais.

Mas, para tanto, há que se voltar para as multidões de irmãos nossos, os chamados "degredados filhos da seca",

os brasileiros do nordeste, há anos curtindo as incertezas da vida e a mortandade de seus filhos, no aguardo de uma política autêntica dos governos na solução de seus contun- dentes problemas.

E o que dizer de nossos irmãos — operários da indús- tria e do comércio — a espera de uma norma econômico- financeira que lhes dê uma retaguarda salarial compatível com a realidade do custo de vida, libertando-os dos grilhões do capitalismo desumano, cruel e frio, explorador de sua força de trabalho, e que os obriga à greve toda vez que vêm seus direitos postergados pelo egoísmo e pela incompreensão da classe patronal.

Que dizer, também, de outros irmãos nossos, que fa- zem da cultura das terras deste imenso Brasil a sua vida e o seu labor, ao sol e à chuva, para que chegue até nós, das c'idades e dos gabinetes, o pão nosso que mitiga a fome — não às vezes a deles —, na esperança de que um dia lhes chegue a tão prometida reforma agrária, que lhes dará a benesse da propriedade da terra por eles trabalhada e a prote- ção de leis que lhes garantirão a tranquilidade para si e para a sua família, no que tange à saúde, à escola, à aposentado- ria real ao fim dos anos de serviço e a certeza de que com a morte a posse e o domínio da terra passarão a seus her- deiros.

E as nossas crianças, — brasileirinhos de hoje, mas brasileiros de amanhã —, sem escolas, sem merenda escolar, ao abandono dos pais e da sociedade, sem condições de ava- liarem a própria sorte, presas da ignorância e da irrespon- sabilidade, constituindo-se sério perigo social, futuro de maus preságios para a Pátria, se chegarem a crescer, porque, na maioria, sucumbem à inanição pela fome ou por outras arma- dilhas da vida.

A solução premente destes problemas, diante dos quais se estarrece a Nação, não pode e não deve ser mais prote- lada. Os segmentos sociais antes citados não têm mais res-istência para suportar medidas protelatórias, de resultados inúteis, com que lhes acena a classe política governante, mais preocupada em preservar o seu status de poder do que en- contrar meios de eliminar a crise que assola o País.

A elevação do caráter nacional de que falamos está na dependência da elevação da condição de vida de todos

estes segmentos sociais mencionados, porque eles representam o povo brasileiro, representam a própria nacionalidade, que precisa ser preservada.

Não há como se imaginar ou esperar regeneração da Pátria se a maior parte da família brasileira vive num constante abatimento físico e moral, face às necessidades da vida por que passa. Como exigir-se que o nosso irmão nordestino, o nosso homem do campo, da indústria, do comércio e do serviço público faça sacrifícios se sacrificado ele já é pela inoperância de uma política cega à realidade de cada um, política embotada pelo autoritarismo governante que se mostra insensível ou incapaz de entender seu sofrimento.

Os homens de ontem que se revoltaram contra os governos da época, e que hoje são por nós lembrados em sessões cívicas como esta, em que se enaltecem os seus feitos, tornaram-se heróis porque combateram a dominação social, cultural e econômica dos senhores de então, responsáveis por um regime que sufocava os anseios populares, em favor de sua concorrência dominial.

Os revolucionários de ontem, heróis de hoje, foram à luta em busca de soluções para as desigualdades existentes — de um lado o poder, a glória e a fortuna acumulada; do outro, a miséria, o abandono, a fome e, sobretudo, a falta de perspectiva para o futuro.

Apesar de todas as mudanças ocorridas no País, desde a colonização até os nossos dias, parece que o quadro nacional pouco se alterou. A desigualdade perdura. Campeiam os apadrinhamentos políticos e a complacência dos governantes aos que saqueiam os cofres públicos e aos que menosprezam a confiabilidade, banquetecendo-se com o fruto do roubo, impunemente, alheios aos sofrimentos dos “deserdados da sorte”, suas vítimas, quando não transformam o sofrimento dessa gente em “slogans” de campanhas eleitoreiras.

A Nação está perplexa diante dos escândalos que diariamente se sucedem e estarrecida ante as impunidades que se cometem. Vive horas de inquietação e angústia. Vive uma fase política vacilante e confusa, resultante de um período discricionário que subverteu as instituições fundamentais do Estado de Direito. Uma confusão total na área partidária, onde os partidos, que deveriam ser as bases estruturais

ou as trincheiras do regime democrático, existem simplesmente como agrupamentos de pessoas sem integração ideológica.

Orientam-se as atividades nacionais, nas suas áreas política, econômica, social, educacional e agrícola, por uma Carta Constitucional — se é que a isto que aí está se pode chamar de “carta constitucional”, na análise crítica de Sobral Pinto —, que fez dos Poderes Legislativo e Judiciário órgãos atrelados ao Poder Executivo, extirpando os princípios de independência, de harmonia e de respeito que sempre existiram e devem existir entre eles.

Não há mais como o povo brasileiro desconhecer a incapacidade do governo diante da imensa crise que se estabeleceu no País. Os dirigentes da Nação estão desacreditados perante a opinião pública, esta é a verdade, verdade que dói, dura, mas verdade.

“Só a sensibilidade embotada pelo autoritarismo continua insensível e incapaz de entender o fundo moral de todas as manifestações políticas de desagrado diante do que se apresenta como administração pública e governo neste País”.

Os problemas nacionais aí estão e, como ontem, as multidões vêm às ruas e às praças se insurgir e protestar porque sufocadas e sem vislumbre de soluções concretas para eles.

Recordando, nesta data, a figura de Domingos Martins, o herói capixaba que nos deu lição de patriotismo, façamos uma evocação: se no passado lutou-se contra a nefasta corte do mandonismo colonizador, em busca da liberdade, e a luta foi legítima, há que se ir à luta também no presente, porque legítima é esta luta, pois a Pátria é do povo, é de todos nós, e não de alguns poucos.

Senhores:

A Revolução Pernambucana veio enfileirar-se a tantas outras que eclodiram nas terras do Novo Mundo. As rebeliões que perturbaram os séculos XVIII e XIX, geradas pelos ideais do liberalismo e pelo inconformismo das classes massacradas pelo despotismo absolutista de então, causaram profundas fendas nas burguesas metrópoles européias e de imediato se fizeram presentes deste lado do Atlântico, particularmente na primeira metade do segundo daqueles séculos.

O processo de independência do Brasil, que se inicia, segundo alguns historiadores patricios, ainda nas lutas contra os franceses; segundo outros, quando da dominação holandesa no nordeste, prosseguindo nos movimentos precursoros mineiro e baiano de 1789 e 1798, estirando-se pela revolução de 1817 até chegar ao grito do Ipiranga em 1822, assinala a profundidade do abalo das estruturas do regime colonial português, denuncia a resistência ao domínio senhorial luso e se ombréia com os processos libertadores das demais colônias americanas, cujo elevado propósito era implantar nas pátrias das Américas o regime republicano.

A Revolução Pernambucana foi, sem sombra de dúvida, nesse aspecto, um movimento da maior amplitude e profundidade, tanto assim que, sete anos depois, isto é, em 1824, outro movimento revolucionário — a Confederação do Equador, também em Pernambuco e sob a chefia de Manoel de Carvalho Paes de Andrade e Frei Caneca — ali tentou implantar a república, mas, infelizmente, resultando em novo fracasso, em virtude de as forças imperiais terem reforçado seu poder na região e com isso torpedeando qualquer tentativa de subversão por parte dos brasileiros simpáticos à causa republicana.

Dentro deste contexto revolucionário, o nome de Domingos Martins vem unir-se aos de tantos outros heróis das Américas, responsáveis diretos pela libertação de seus torrões natais e que têm seus nomes inscritos no panteão da História Americana, como arautos e paladinos da revolução libertadora de suas pátrias.

Nascido em Itapemirim, pequeno lugarejo ao sul do Estado, filho do casal Joaquim José Martins e Joana Luisa de Santa Clara Martins, ainda jovem libertou-se das muralhas do seu restrito vilarejo e partiu, inicialmente com seus pais para Vitória e daqui para a Bahia, onde completou os seus estudos. E como se já não bastassem as extensas terras da mãe-pátria, para dar vasão à sua ânsia de liberdade, lança-se através dos mares e alcança Lisboa e depois Londres, onde se entrega às tarefas comerciais. Dessa cidade européia retorna ao solo pátrio, algum tempo depois, fixando residência em Recife.

Em Londres, deixa-se entusiasmar pelos editoriais do "Correio Brasiliense", na época órgão político do movimento de independência, editado nessa capital européia pelo jorna-

lista Hipolito José da Costa Ferreira Mendonça. Empolgado pela luta e defensor dos ideais liberais da Revolução Francesa, Domingos Martins empunha a bandeira da redenção e parte para aliciar em terras brasileiras companheiros, de maneira a formar o grupo revolucionário de 1817, ao mesmo tempo que conscientiza a população potiguara a juntar-se à campanha de libertação da mãe-pátria.

E nessa tarefa, não poupou esforços e nem mediu sacrifícios. Se com entusiasmo, denodo e garra soube combater os soldados portugueses, não lhe faltaram estoicismo, coragem e valentia para enfrentar de cabeça erguida os seus juizes quando, determinado o insucesso da revolução, viu-se preso e condenado à morte.

Finalmente, a 12 de junho de 1817, no campo da Pólvora, também chamado dos Mártires, na Bahia, consumou-se o ato final: Domingos José Martins é morto.

Mas, se seu corpo tombou inerte, para o sempre, seus ideais estão vivos na memória de todos nós, seu exemplo se constitui orgulho do povo brasileiro.



A PRESERVAÇÃO DAS ILHAS OCEÂNICAS BRASILEIRAS (1)

(Arquipélago de Abrolhos e Ilha da Trindade)

Senhores e Senhoras,

Ingressar oficialmente neste Instituto, representa, para mim a consagração ao melhor de meu trabalho, em prol da pesquisa científica. Senti-me honrado em estar agora junto aos meus antigos mestres e companheiros, que hoje dignificam o trabalho desta casa de cultura.

Fundado nos idos de 1916, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, chega até os nossos dias com realizações importantes, dando um testemunho do quanto pode a força de um legítimo ideal.

Aqui, podemos afirmar, que é a verdadeira Casa do Espírito Santo, o templo de nossa religião cívica. Daqui se irradiam o patriotismo, a cultura, o trabalho árduo pesquisador de seus sócios, contribuindo para a grandeza cultural do solo espiritosantense.

Tenho certeza de que, a partir deste momento, trabalharemos juntos com os sócios veteranos, porque unidos daremos continuidade, à preservação do futuro do Instituto.

Senhoras e Senhores,

As terras continentais do Brasil apresentam uma extensa fachada voltada para as águas do Oceano Atlântico, desde a foz do rio Oiapoque (AP) até a barra do Arroio Chuí (RS). Trata-se de uma enorme extensão, avaliada em 9.200 Km, se levarmos em conta suas saliências e reentrâncias, a que corresponde um período envolvente de 5.864 Km.

Nos estudos dos tipos de costas do Brasil, destacam-se Raja Gabaglia (1916), Delgado e Carvalho (1923), João Dias da Silveira (1950) e outros. Com certeza, possuímos o maior

(1) Discurso de posse do consócio Willis de Faria, em 26 de junho de 1984, no IHGES.

litoral voltado para o Oceano Atlântico. Sabemos que somos um País tipicamente marítimo e o mar é uma fonte inesgotável de riquezas e num futuro bem próximo deverão ser explorados.

As ilhas oceânicas, são certamente o ponto mais importante do litoral brasileiro, por sua riqueza, de fauna e flora. Nenhuma outra parte da costa do Brasil é tão importante como centro de repovoamento de espécies marinhas, como tal deverão ser preservadas para o ensino e pesquisa das ciências marinhas e propagação da fauna e flora.

As ciências naturais vêm exercendo atualmente um grande fascínio entre os jovens, porque existe uma imensa preocupação em relação ao futuro e à preservação das espécies.

A ecologia é a ciência que a todos nos fascina por este motivo, juntamente com outros companheiros. efetuamos o nosso primeiro trabalho científico, que se constitui em elaborar um estudo do ecossistema do arquipélago de Abrolhos, cujo trabalho intitulou-se: ABROLHOS: Um pequeno estudo da Geologia, Climatologia, fauna e flora do primeiro Parque Nacional Marinho.

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, situado no litoral sul da Bahia, foi criado no dia 06 de abril de 1983, através de Decreto Presidencial, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos. O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, primeiro do gênero no Brasil e na América do Sul, engloba quatro das cinco ilhas do Arquipélago. No campo científico, o arquipélago constitui um interessante laboratório para estudos da ecologia animal e vegetal, pelo fato de as ilhas se situarem afastadas do continente e constituírem uma área geográfica bem definida e isolada. Com todas as características, o arquipélago de Abrolhos constitui-se num verdadeiro patrimônio da humanidade em termos de fauna e flora.

Nenhuma outra parte da costa do Brasil é tão vital para o repovoamento de espécies marinhas. Como tal deve esta região ser preservada para o ensino e pesquisa das ciências marinhas.

Abrolhos poderia ser o berço dos jovens cientistas marinhos brasileiros.

Entende-se por parques nacionais as regiões estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e da fauna de importância nacional. Os limites dos parques nacionais não serão alterados nem alienados parte alguma deles, a não ser pela ação de autoridade legislativa competente e que as riquezas nele existentes não serão exploradas para fins comerciais. Será proibida a caça, a pesca e a captura de espécies da flora nos parques nacionais.

Senhoras e Senhores,

O nosso trabalho de pesquisa, não se encerra em Abrolhos, pois o nosso pensamento volta-se também para o interesse e defesa das terras capixabas. As ilhas oceânicas de Trindade e Martin Vaz estão incluídas na área e jurisdição do Estado do Espírito Santo. O Conselho Nacional de Geografia, órgão coordenador de todos os trabalhos geográficos do País e executor obrigatório de todos os trabalhos geográficos da União, inclui a área dessas ilhas oceânicas na do Espírito Santo.

Os documentos históricos deram condições para que a ilha fosse reconhecida como terras capixabas. Entre alguns podemos citar fatos ocorridos.

Em 29 de novembro de 1884, quando foi baixado o decreto imperial nº 9.334 com o seguinte teor: "Atendendo, ao que me requereu João Alves Guerra, hei por bem conceder-lhe permissão para explorar a ilha Trindade, província do Espírito Santo, assim para ali estabelecer salinas mediante cláusulas que com este baixam assinadas por Antonio Carneiro da Rocha, do meu conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que assim o tenha entendido e faça executar, com a rubrica de sua majestade o Imperador".

Assim o governo Imperial não tinha dúvidas sobre a jurisdição do Espírito Santo sobre a ilha de Trindade.

A 16 de julho de 1895, o periódico The Rio News, transcreveu uma notícia do The Financial Times de Londres, que scava como uma bomba: A anexação da ilha de Trindade ao Império Britânico. Confirmada a presença inglesa, o ministro de assuntos exteriores inglês propôs uma arbitragem

internacional para o problema, que o Brasil recusou, numa posição firme, que levou os britânicos a desistirem da idéia. A 21 de agosto de 1896, a Inglaterra comunicou ter mandado remover os sinais de sua ocupação. Entre os pedidos de documentação e informações foi solicitado por telegrama ao Governo do Espírito Santo.

O Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, de 15 de setembro de 1953, nº 3.587, em atos do Poder Executivo, através da Lei 732, publicou: O Governador do Estado do Espírito Santo, faz saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

“Art. 1º — A ilha de Trindade e o Arquipélago de Martin Vaz ficam incorporados ao Município de Vitória”.

A ilha de Trindade e o Arquipélago de Martin Vaz, quando incorporados ao Município de Vitória, uma nova Lei vem proteger esta área, com base em Leis federais.

O Poder Executivo através da Lei nº 3.158, de 10 de fevereiro de 1984, que dispõe sobre o Desenvolvimento Urbano de Vitória institui o Plano Diretor Urbano e dá outras providências. O seu artigo 244 citou: “Ficam desde logo identificadas ou declaradas de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

c) Nas Ilhas Oceânicas da Trindade e Martin Vaz.

A ilha da Trindade, localiza-se a cerca de 1.100 Km da costa do Espírito Santo, com uma superfície de 9,5 Km² ocupada por uma guarnição da Marinha do Brasil, responsável pelo POIT (Posto Oceânico da Ilha de Trindade), criado por aviso ministerial, em 1957, com parte do programa de participação da Marinha do Brasil, no ano geofísico Internacional.

O POIT, tem como finalidade executar observações maregráficas e meteorológicas, sempre de grande importância para a previsão de tempo, no Atlântico Sul; servir de base de apoio a qualquer expedição de caráter cultural científico ou recreativo programada pela Diretoria de Hidrografia e Navegação; e preservar as características próprias da região, que dela fazem um parque natural, propício a pesquisas científicas.

Sobre o descobridor da ilha, reina incerteza, feito este atribuído a dois ou três nomes diversos dentro do ciclo de

navegadores lusitanos que fornecera, na época da grande expansão marítima de Portugal.

Colocada na rota de diversas viagens de descoberta, foi a ilha de Trindade, estudada várias vezes, no correr dos últimos séculos, por expedições científicas.

Terminando, apoiamos, no sentido de sugerir ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), através da direção do Setor de Parques Nacionais e Reservas equivalentes, que entre em acordo com órgãos competentes, do Ministério da Marinha e do Governo Federal a fim de obter que:

- 1º — Toda a parte da ilha que não for necessária a fins de defesa da soberania passe a ser decretada: "Parque Refúgio Nacional".
- 2º — Terá como finalidade:
 - a) proporcionar um refúgio à fauna, isto é, às aves oceânicas, à grande tartaruga *Chelonia m'das*, aos peixes e outros animais endêmicos ou nativos, tanto aos que ali vivem, quanto aos que procuram a ilha para procriar.
 - b) Conservar em estado natural a flora endêmica, mormente os grandes fetos arborecentes *cyathea copelandii*, e outras plantas que só existem lá, ou em algumas outras ilhas oceânicas similares.
- 3º — A fim de cumprir essa finalidade deverão ser removidos, de preferência vivos, da ilha, os animais domésticos introduzidos, notadamente as cabras, sendo entregues ao estudo de geneticistas e biólogos para apreciarem as modificações etológicas e outros que apresentarem.
Também serão extirpadas todas as plantas introduzidas, mormente as ruderais.
- 4º — Considerando o grande interesse de manter sob observação biológica as espécies animais e vegetais protegidas, que encontrarão asilo no "Refúgio", o Ministério da Marinha entrará em acordo com instituições científicas especializadas, como sejam o Museu Nacional, o Jardim Botânico, o Instituto Oswaldo Cruz e o Instituto Oceanográfico de São Paulo, para o envio de especialistas à Ilha da Trindade e, caso possível, ao arquipélago Martim Vaz.
- 5º — Enquanto não estiver restaurado o statu que primitivo, não serão encorajadas visitas de leigos ao Parque Refúgio, destinado principalmente a servir de santuário à fauna e flora insular e oceânica.



MARTIN LUTERO 1483-1546

Carlo Bussola

Introdução

Comemoramos este ano a passagem do quinto centenário do nascimento de Martin Lutero. A importância que este monge alemão teve no campo sócio-político-religioso do mundo ocidental é extremamente grande pois ele representa, neste campo, aquilo que Galileo Galilei representou para a ciência, isto é, a ruptura de um esquema sócio-religioso que dominou a vida européia por cerca de mil anos: desde 529 quando o imperador Teodósio, a pedido dos Bispos Cristãos, fechou as duas últimas escolas filosóficas de pensamento livre. Esses Bispos tinham suas boas razões para exigir aquilo: a religião cristã havia-se tornado religião oficial do império com Constantino Magno e a ela competia, portanto (de acordo com a mentalidade da época), na nova era zodiacal dos Peixes, substituir os velhos rumos do pensamento (filosofia) e da espiritualidade (salvação) que antes foram, por cerca de 2.160 anos (décima segunda parte do grande ciclo precessional de 25.920, de acordo com a teoria de Ricciolus) ditados por Moisés, na era zodiacal do Carneiro; e, antes dele, pelos sacerdotes do Egito, na era zodiacal (também de 2.160 anos) do Touro. O Novo Testamento e as velhas Escrituras Sagradas (enquanto base e substrato dos Evangelhos) iriam agora, nesta época zodiacal de Peixes, determinar uma nova filosofia de vida e de pensamento e uma nova atitude religiosa por alcançar a salvação. Em outras palavras: filosofia e salvação agora só podiam ser encontradas na Igreja de Cristo que nasceu no começo da era zodiacal de Peixes. Os Chefes da Nova Igreja não pouparam esforços para conseguir a posição que foi, dantes, da velha cultura. Na noite de Natal do ano 800 (a data estava escrita nos velhos livros de filosofia oculta) Carlos Magno é consagrado, à sua revelia, Imperador de seus domínios doravante chamados Sagrado Romano Império: Sagrado, para lembrar a todos a sua união indissolúvel com a cátedra de Pedro, em Roma, pois não se tratava de ressuscitar o velho Império romano, que desapareceu mais ou menos em 476, mas se tratava de criar algo de

novo que fosse a base de uma nova política sócio cultural: visava-se criar a cultura "cristã" européia. Para tanto Carlos Magno e seus sucessores juraram tornar-se defensores da Igreja, o que significava (para eles), defender o Papa, a cúria romana (como centro e meio de administração eclesiástica) e defender os territórios do Vaticano considerados o meio de sobrevivência e a garantia de liberdade dos chefes da Igreja. Na história eclesiástica dá-se muita importância ao ano de 800: nele ficou consolidado o poder religioso e material dos futuros Pontífices Romanos, que puderam, sem muitas dificuldades criar efetivamente a civilização cristã do ocidente. A promessa do céu; a ameaça do inferno e a Santa Inquisição, foram os instrumentos usados para alcançar esta finalidade.

A partir da consagração de Carlos Magno o imperador do Sagrado Romano Império, os chefes da Igreja tiveram cerca de 600 anos para plasmar a mente e o coração do homem europeu. Mas ao fim desses 600 anos seu poder começou a refluir. Na Itália Galileo opôs publicamente a descoberta científica à crença religiosa; na Alemanha Martin Lutero opôs a liberdade cristã do homem aos desmandos praticados em nome da religião.

Galileo Galilei nasceu em Pisa (Itália) em 1564. Seu hobby era construir lunetas e com elas perscrutar o movimento das estrelas. Animava-o o desejo latente de comprovar a objetividade do sistema copernicano. E realmente comprovou que não é o sol que gira ao redor da terra e sim a terra ao redor do sol. Chegou a essa conclusão pela observação das fases de Vênus. Não guardou a descoberta para si; então foi chamado a Roma (1611) para defender-se da acusação de heresia, pois, esta teoria era julgada, pela Igreja, incompatível com os textos da Sagrada Escritura. Com efeito lemos no livro de Josué (10,12-13): "Josué disse em presença dos Israelitas: — sol, detém-se sobre Gabaon, e tu, ó lua, sobre o vale de Ajalon. E o sol parou e a lua não se moveu até que o povo vingou-se de seus inimigos. O sol parou no meio do céu e não se apressou a por-se pelo espaço de quase um dia inteiro".

Na mentalidade da época (não só de Josué, mas também dos contemporâneos de Galileo) a terra estava situada no centro do universo: eles tinham boas razões para isso, pois nele o Filho de Deus havia-se encarnado. A descoberta de Galileo além de jogar uma sombra sobre a veracidade das Escrituras (pois naquela época não se havia ainda distin-

guido os vários campos do conhecimento humano) minava também a base sobre a qual se apoiava a autoridade do Papa, cuja sensibilidade política e religiosa era extremamente exacerbada porque uns oitenta anos antes o monge alemão Martin Luther havia-se revoltado contra a Igreja proclamando a liberdade de consciência, abrindo o caminho para outros fatos gravíssimos como a autoproclamação de Henrique 8º a Chefe da Igreja de Inglaterra em 1534, e a organização da Igreja Evangélica, em Genebra, por obra de Calvino, em 1536. Em 1600 Giordano Bruno foi queimado na fogueira pela Santa Inquisição, por ter insistido em afirmar que a religião não passa de uma filosofia barata para o povo.

Começava o declínio do poder religioso e político da cúria romana e Lutero havia-lhe dado o golpe mortal.

A Época Histórica de Martin Lutero

Do ponto de vista moral o século XV não foi melhor, para a Igreja, dos séculos anteriores: pesava continuamente sobre ela a mancha da corrupção. Os italianos Arnaldo da Brescia, Gioaquino da Fiore e Girolamo Savonarola não pouparam suas denúncias, como de século em século outros monges haviam feito. Mas nada adiantava. Todos conhecem a história de Papa Borja, de Julio II, de Leão X. O Bispo de Torcello (Itália) escrevia: "os costumes do clero são tão podres que representam uma ofensa à moral dos leigos". O historiador alemão Pastor escreveu: "A cúria Romana era uma central de infecções. Qualquer ato ou documento podia ser manipulado com os métodos mais desonestos. Não é de admirar-se que de todas as partes da Cristandade surgissem as mais indignadas recriminações". O historiador francês La Tour escreveu: "As pesquisas conduzidas sobre os inquéritos Judiciários nas grandes Abadias, no século XV, revelam que a maior parte dos monges eram ladrões e viciosos". Poderíamos preencher páginas e páginas de citações de historiadores eclesiásticos: encontraríamos aquilo que todos sabem e sempre ouviram. Mas no século XV a situação se apresentou mais grave do que na Idade Média. A Igreja medieval tinha um baixo-clero moralmente sadio e as grandes Ordens Religiosas eram vigilantes sobre os costumes da época constituindo assim um contra-veneno eficiente para qualquer devianismo. A Igreja da Renascença, no entanto, era toda moralmente podre, tanto no vértice como nas bases. O fenómeno do mundanismo parecia irreversível, ainda mais que ela, a Igreja, era a mais vasta e poderosa empresa financeira

da época. Para o acúmulo desta riqueza haviam contribuído muitos fatores: antes de tudo devemos lembrar que os bens eclesiásticos eram os únicos respeitados contra os saques dos bandidos e dos soldados. Por este motivo muitos cidadãos ricos doavam seus bens à Igreja contentando-se de administrá-los. Lembremos também que desde a Idade Média o Sacerdote cumpria também com as funções de tabelião, de modo que muitos testamentos eram redigidos em favor da Igreja. A segunda causa do enriquecimento foram as Cruzadas. Os cruzados não eram financiados por ninguém; deviam autofinanciar-se. Mas como a riqueza da época era quase toda imobiliária, então deviam vendê-la para convertê-la em dinheiro. Somente a Igreja tinha condições de comprar tanta terra. Constituiu-se, assim, a preço de liquidação, o grande latifúndio eclesiástico da época que, além de ser inalienável, era também livre de impostos. É difícil dizer o montante exato desta imensa riqueza. De acordo com a Dieta (Assembléia) de Nuremberga (1522) a Igreja possuía metade da renda nacional alemã e dois terços da renda nacional francesa. Mas isto não constituía nada de novo; a mentalidade cristã européia, desde a Idade Média, havia-se acostumado ao fato, embora protestando, às vezes. Mas o século XV não era a Idade Média: foi este o trágico erro dos Chefes da Igreja da Renascença; não entenderam que se a Igreja era sempre a mesma e continuava a agir do mesmo modo de sempre, a sociedade dentro da qual a Igreja operava, estava mudando: não era mais a mesma. Dois fatores estavam determinando esta mudança: o urbanismo e o artesanato. A Idade Média não constituiu nenhum desafio para a Igreja. O Espírito do camponês vê milagres em tudo: no sol que nasce; na chuva que cai; no rodízio das estações; na plantação e na colheita. Além de mais a estrutura social do feudalismo predispunha-no à submissão. Nesse esquema o sacerdote tinha o lugar privilegiado, pois além dos encargos sagrados ele era o único homem que sabia ler e escrever. O urbanismo transformou esta situação, pois o artesão, o carpinteiro, o ferreiro, o pedreiro viviam num burgo cujo processo de desenvolvimento era determinado pelas leis de causa e efeito; fato, este, que forçava seus habitantes a perguntar-se o porquê daquilo e solucionar seus quesitos não com a leitura das Escrituras, mas com a observação e com o questionamento dos fenômenos. Além do mais esses artesãos não se reuniam mais na praça da Igreja (como faziam na Idade Média) onde a palavra do Sacerdote dirimia as questões; agora eles se reuniam na Corporação ou "Arte" onde a última

palavra era do técnico que sabia mais porque tinha mais experiência. A mudança foi grande: a lei eclesiástica que na Idade Média era a única fonte do Direito, não tinha leis para regular as relações da nova sociedade urbana. Ignorava as transações comerciais mais simples; continuava a condenar o empréstimo do dinheiro a juro. Assim acabou dando o lugar ao Direito Civil que era tirado dos códigos romanos recém-descobertos nas bibliotecas dos antigos mosteiros e das velhas Igrejas. Aconteceu, então, um fenómeno inteiramente novo: a cultura se separou da Igreja. Até 1300 a cultura era teologia e a teologia era domínio privativo da Igreja. Vivia-se em função do céu, cuja chave estava nas mãos do sacerdote. E mesmo aqueles que duvidavam do poder desta chave, não tinham outro recurso uma vez que ignorava-se a filosofia, a crítica, a lógica, pois esses textos ainda não haviam sido redescobertos.

A sociedade industrial e mercantil da Renascença enriqueceu-se e tal ponto que, nela, surgiu uma nova classe de homens: os humanistas — pessoas que podiam dedicar-se ao estudo sem necessidade de trabalhar; eram eles que lançavam na Europa as obras e o pensamento dos escritores latinos e gregos até então esquecidos. O golpe foi mortal para a Igreja pois é a partir dessa época que nasceram as divisões em seu seio. Haviam-se passado apenas 600 anos desde a consagração de Carlos Magno a Imperador do Sagrado Romano Império. Agora a Igreja começa decididamente a decair naquilo que sempre almejou: o poder politico e económico. Os Papas haviam-se tornado grandes empresários, refinados artistas; hábeis políticos e intrépidos guerreiros; mas eles não entenderam que a sociedade havia mudado; não se deram conta que um novo espirito, um desejo de maior liberdade e identidade estava soprando em todas as classes sociais. Simplesmente não enxergaram o desejo de reforma interior e espiritual acalentados pelos corações de milhares de sinceros cristãos. Não se preocuparam nem mesmo com uma outra grande revolução que amadurecia na Europa; a criação dos Estados Nacionais. Eles pensavam que se tratasse simplesmente de centros de poder em antagonismo com o poder eclesiástico. E continuaram a exigir a subdivisão do território italiano em dezenas de pequenos estados, para favorecer politicamente seus filhos e parentes. Muito menos ouviram os gritos de milhares de cristãos que pediam a reforma dos costumes; e volta aos ideais do cristianismo primitivo; e chegaram ao máximo da incompreensão impondo aos povos toda uma sequência de leis (Concílio de Trento, 1545-

1563) convictos de que um bom Código de Direito Canônico resolve as profundas aspirações de alma cristã. É nesse ambiente histórico, religioso e cultural que devemos colocar a pessoa e a ação de Martin Lutero, pois é este pano de fundo que justifica o título de profeta que os luteranos do mundo inteiro lhe atribuem.

A Vida de Martin Lutero

Martin Lutero nasceu em Eisleben em 1483, primeiro de 7 irmãos. O pai, antes agricultor e depois mineiro, era homem violento e ostensivamente anticlerical; a mãe era muito religiosa, mas adepta da pedagogia do chicote. Martin confessara um dia, de ter chegado a odiar seus pais porque apanhava com frequência. Foi com a idade de 14 anos que Martin conheceu um pouco de ternura e quem lhe deu foi Frau Cotta, a dona de pensão onde foi alojar-se quando começou os estudos secundários. Ela costumou dizer ao Jovem Martin que a única felicidade para um homem era ter uma boa esposa. Martin concluiu seus estudos secundários com grande brilhantismo; fato, este, que induziu seu pai a financiar-lhe os estudos na universidade de Erfurt, na esperança de torná-lo advogado. Martin passou seus anos acadêmicos do mesmo modo que os demais jovens da sua idade; pouco estudo e muita alegria. As folganças o atraíam muito mais do que a "Scolástica": uma mistura de evangelho e lógica cristotélica. O jovem Martin a achou intragável. Gostava realmente era dos rudes escritos de Tertuliano cujo estilo não é certo o clássico da língua latina; mas se identificava com o seu temperamento passional. Não gostava do suave Virgílio, nem do retumbante Cícero. Aprendeu porém o grego e o hebraico e, no fim, conseguiu o título de "Magister Artium": doutorou-se. A esta altura aconteceu uma reviravolta fatal na vida do jovem doutor Martin: decidiu entrar no convento dos agostinianos em Erfurt. Os biógrafos tradicionais procuram entender esta incrível metanóia e atribuíram o fato ao choque emocional provocado por um raio que caiu perto de Martin durante uma tempestade. Ele teria visto, no fato, um chamado do céu e teria feito promessa de tornar-se monge agostiniano. O Convento por ele escolhido era certamente um dos mais rigorosos e severos. Mas o jovem Martin mostrou-se bem mais rigoroso e severo nos exercícios espirituais de oração e mortificação. Frequentemente era encontrado desmalado por causa dos frequentes jejuns e flagelações. Exigia para si os serviços humildes e

pesados com a desculpa de que precisava reparar seus pecados. Chegou-se ao ponto em que os seus superiores abreviaram-lhe o noviciado na esperança de abreviar também tanto entusiasmo. Assim em setembro de 1506 pronunciou os votos religiosos e em maio do ano seguinte foi consagrado sacerdote. Uma vez sacerdote retomou os estudos da teologia dando preferência à leitura dos místicos alemães. Certo dia encontrou um livro de Huss. Leu-o e ficou profundamente chocado. Quis ler Santo Agostinho, mas as palavras de Huss o perseguiam, sobretudo aquelas sobre a predestinação. Meditando a carta aos Romanos de São Paulo, encontrou algo que parecia confirmar suas dúvidas; era o seguinte trecho: "é pela fé que o justo se salva". Martin entendeu que a graça de Deus não depende das boas ações nem das muitas orações e sim da fé que somente Deus pode outorgar àqueles que, de antemão, Ele já escolheu para formarem o rebanho dos salvos. Exatamente como havia escrito Huss.

Staupitz, o Vigário Provincial da Ordem com quem Martin vinha se confidenciando, ficou preocupado e transferiu-o para outro Convento na esperança de que a mudança o distraísse e o aliviasse nas suas dúvidas. Mais tarde foi até enviado a Roma. Quando voltou à Alemanha foi encarregado de um curso sobre as Sagradas Escrituras. Nesse curso ele ensinava abertamente que a única condição para salvar a alma era ter a fé e não a boa conduta. Foi nesta mesma época que o Papa Leão X, filho de Lorenzo de Médici, precisando de muito dinheiro para restaurar a cidade de Roma, promulgou as Indulgências (15.03.1517): um velho método, na Europa cristã, pelo qual o pecador podia purificar seus pecados ou tirar uma alma do purgatório, mediante uma boa esmola destinada à curia romana. Na época, todos achavam aquilo perfeitamente normal, pois sempre foi assim. Os únicos que não gostavam eram os Reis e Senhores europeus que viam o dinheiro tomar o rumo de Roma. Por este motivo Henrique VIII da Inglaterra foi autorizado pelo Papa a ficar com um quarto da soma recolhida; o mesmo foi concedido a Francisco I da França, enquanto que Carlos I da Espanha recebeu 175.000 ducados, como antecipação. O imperador Maximiliano da Alemanha, recebeu somente um agrado de 3.000 florins. Papa Leão X, filho do banqueiro Florentino, conseguiu comprar os reis; podia-se agora começar a pregar as indulgências. O Príncipe Alberto de Brandeburgo nomeou pregador oficial das Indulgências, em sua terra, o dominicano João Tetzel, que havia-se já dis-

tinguido na tarefa, nos tempos de Alexandre VI, o Papa Borja. Tetzel era o tipo clássico do animador; ele tinha o verdadeiro gênio publicitário. Escreve o historiador Pastor: "Não resta dúvida que Tetzel assegurava ser doutrina cristã que uma boa esmola em dinheiro lavava os pecados mesmo sem necessidade de confissão e arrependimento. Partindo desta premissa Tetzel citava o ditado popular: tão logo o dinheiro ressoa na caixa, a alma sobe do purgatório para o céu". O Franciscano Micônio, depois de ter executado a pregação de Tetzel, escreveu: "É incrível como este monge ignorante diz asneiras; ele acha que o Papa tem mais poder que os Apóstolos, os Santos e a Virgem Maria". Mas a coisa teria morrido naquele mundo de analfabetos se o destino não tivesse assinado a Tetzel também a Saxônia como terra de pregação. A Saxônia era dividida em duas províncias governadas por dois irmãos: o duque Alberto e o duque Frederico. O duque Frederico apesar de devoto e piedoso, havia-se desentendido com a cúria romana por causa de dinheiro. Ele proibiu a entrada de Tetzel nos seus territórios; mas muitos de seus súditos estiveram com o Tetzel; ganharam as Indulgências e voltaram para mostrar ao professor Martin Lutero o certificado do perdão. Lutero não concordou com aquilo. Então Tetzel (que já andava zangado por via da proibição do duque Frederico) acusou Lutero de indisciplina e rebelião e o denunciou ao Arcebispo. Martin preparou a sua defesa numa série de proposições que em 31 de outubro de 1517 afixou (como era de costume na época) na porta da Catedral. Não se tratava de nenhuma atitude de rebelião ou de heresia. Nas suas teses Lutero dizia que a leviandade com que se concede o perdão destrói o sentido do pecado e sobretudo destrói o valor do arrependimento. Lutero não negava que o Papa pudesse anistiar o pecador, muito embora todos os cristãos pudessem beneficiar-se da redenção de Cristo mesmo sem a intervenção Papal. Lutero admitia que não se podia culpar o Papa pelas pregações descabidas de muitos monges semi-analfabetos que visavam mais o lucro material do que o benefício espiritual. Para evitar falsas interpretações, Lutero traduziu suas teses do latim para o alemão e as divulgou entre os 3.000 habitantes de Wittemberg e até enviou uma cópia delas ao Arcebispo de Magonza. Tetzel que via ameaçada sua carreira de grande pregador, revidou. Foi então que a coisa começou a tomar proporções alarmantes. O Papa convocou Lutero a Roma; mas ele negou-se a apresentar-se. É a primeira insubordinação oficial que, de certo modo, implicava na admissão de uma culpabilidade e, consequentemente, no medo de algum castigo. Talvez a lem-

brança de Huss queimado na fogueira pela Santa Inquisição, tenha pesado na sua negativa. O certo é que, a esta altura, Lutero pediu a proteção do Estado (o Estado-região, conforme era dividida a Alemanha de então). O imperador Maximiliano, provavelmente sem compreender toda a extensão do fato, pediu ao duque Frederico que "cuidasse daquele monge". Assim o conflito Lutero-Tetzel extrapolou o âmbito pessoal e se tornou parte essencial das relações Igreja-Estado, ou seja: Alemanha-Cúria Romana. A um pedido de extradição que esta última fez, o duque Frederico respondeu que Lutero estava confinado sob a sua proteção. Foi graças a esta proteção política que Lutero foi salvo. Mas foi também graças a aversão política e racial que sempre existiu entre a cúria romana, o clero romano e a Itália em geral, de um lado; e, de outro, lado, as províncias centrais e setentrionais da Alemanha (uma Alemanha mais rude e atrasada, sem nenhuma cultura latina e sobretudo em concorrência com a economia italiana, depois que os Fugger para lá transferiram seus capitais), que as teorias de Lutero tomaram corpo e se transformaram no Luteranismo oficial que hoje conhecemos.

Em 1520 Papa Leão X excomungou Martin Lutero impondo às autoridades civis de enviar o herege, preso, a Roma e de queimar publicamente todos os seus escritos. Neste mesmo tempo Lutero escrevera uma carta aberta "à nobreza cristã da nação alemã". Nela dizia que cada cristão recebe com o batismo, a consagração; portanto ele é sacerdote. O fato de transformar este sacerdócio numa carreira, e assim tornar-se Bispo ou Papa, não impede que ele continue a ser cristão como os demais batizados e submetido às leis de seu País como qualquer cidadão. Padre, Bispo ou Papa não goza, portanto, de nenhum privilégio, nem mesmo do privilégio de interpretar as Escrituras. Estas Escrituras, que são Sagradas, são também a suprema autoridade. O Papa não goza de nenhum poder superior às Escrituras e quando ele tenta mostrar a sua superioridade excomungando alguém, "os fiéis têm o direito de tratá-lo como louco e até corrigi-lo com meios coercitivos". Nesta carta Lutero afirmava: "realmente temos necessidade de um Concílio para corrigir as anomalias imorais da cúria romana que se torna sempre mais gorda com aquilo que rouba à Alemanha. Com efeito calcula-se que cada ano mais de 300.000 guden saem do bolso do povo alemão para o bolso do Papa. Ora se nós enforcamos os ladrões, por que não enforcar os romanos?"

Com extrema habilidade Lutero desvia a atenção dos problemas teológicos para os problemas econômicos e faz um apelo bastante demagógico ao sentimento nacional alemão: um apelo irresistível num ambiente emocionalmente já pronto a recebê-lo. Por isso a excomunhão foi quase ignorada; o cisma foi consumado e a Europa partiu-se pelo meio num banho de sangue. Em 1525 Lutero casou-se com Katharina Von Bora depois da trégua de Nuremberg (1533) ele pode dedicar-se à pregação e à consolidação de sua Igreja. O fato principal é, sem dúvida, ter-lhe dado uma tradução da Bíblia à altura do momento. Revelou-se um criador filológico. A Bíblia lutericana, lançada em 1534, contém imagens vigorosas e uma expressão poderosa: criou um novo estilo linguístico precursor e fundamento da língua erudita alemã do século dezoito. Martin Lutero faleceu a 18 de fevereiro de 1546 em Eisleben. Nesse mesmo ano Carlos V marchava com poderoso exército contra os protestantes: iniciavam-se as guerras de religião. A mais atroz foi a guerra dos trinta anos (1618-1648) que teve um caráter muito mais religioso que político e acabou com uma paz em força da qual a Europa voltava ao "statu quo", que significava o reconhecimento da legitimidade da Reforma de Lutero nos países onde ela havia deflagrado.

Os protestantes europeus, luteranos ou anglicanos, até hoje consideram Lutero um profeta: com todos os defeitos humanos do homem, mas com a visão clara do divino. E para aqueles que duvidam do profetismo de Lutero é bom saber que na década de sessenta houve um forte grupo de católicos europeus que pediram ao Papa uma revisão dos fatos históricos e o reconhecimento do profetismo de Martin Lutero. Pessoalmente Lutero nunca pensou em ser um santo ou simplesmente um homem diferente dos outros. Ele quis somente ser um cristão: um bom cristão. Suas denúncias contra a cúria romana e o Papa faziam parte desta autenticidade.

O Que, de Fato, Lutero Queria?

Até o encontro com o legado Pontifício, Cardeal Caetano, Lutero era e se pensava católico. Mas o Caetano o humilhou demais, como se fosse um pobre monge ignorante. Foi a partir de então que Lutero começou a mudar de ideia em relação à cúria romana que, numa correspondência ao amigo Wenzel, chamou de "anticristo(...) pior do que os Turcos". Com efeito, depois da disputa em Lipzig, Lutero se apercebe estar em oposição não só disciplinar, mas tam-

bém doutrinal, com a Igreja de Roma: ele aceitava as teorias de Huss, condenado pelo Concílio de Constância. Assim a partir desta data (Lipzig, 1º de julho de 1519), podemos já definir seu pensamento:

- 1) — Somente a Sagrada Escritura tem uma autoridade completa, absoluta, incontestável: nunca o Papa. Na disputa de Lipzig ele provou este fato com o recurso da história: nos primeiros séculos da era cristã o Bispo de Roma era somente Bispo de Roma; com efeito, ele, como os demais Bispos, era eleito pelo povo e pelos clérigos de sua Diocese.
- 2) — A Igreja de Jesus Cristo é certamente algo de visível, mas não tanto que essa visibilidade possa colocar em segundo plano sua essência espiritual. A Igreja antes de mais nada, é espiritual. Isto significa, para Lutero, duas coisas:
 - a) — não há lugar, nesta Igreja Espiritual, para um sacerdócio jurídico, ou, como se diz na linguagem eclesiástica, para o “poder das chaves” (de abrir ou fechar o reino dos ceus: Mt. 16,19); não há lugar simplesmente porque todos os fiéis são sacerdotes, uma vez que são batizados no nome de Jesus Cristo, o único mediador e sacerdote;
 - b) — consequentemente a autoridade eclesiástica (se é que alguma autoridade será necessária para o bem da organização-igreja), deverá ser concebida a partir do capítulo 13 da carta aos Romanos (que fala da primazia do amor) e não a partir do capítulo 16 do evangelho de São Mateus (que fala, metaforicamente, de um poder Jurídico-material).
- 3) — A descoberta gradual do Papado como anticristo, no sentido de que a cúria romana e o Papa se auto-constituíram detentores de uma autoridade máxima “baseados na mentira” (sem provas históricas) e portanto “possuídos pelo demônio, pai da mentira”, Lutero achava que isto está bastante comprovado pela conduta imoral do papado e da cúria.
- 4) — A necessidade de uma reforma, para que o elemento espiritual e sagrado tivessem seu devido lugar. Em outras palavras. Lutero queria afirmar que somente Jesus Cristo é o Senhor: Senhor da consciência e da história.

Então, do seu ponto de vista, havia uma equivalência entre religião e evangelho. Por isto Lutero costumava afirmar "nihil nisi Christus praedicandum" (temos que pregar somente Jesus Cristo). A insistência com que Lutero convidava os fiéis a ler, reler e meditar a Sagrada Escritura, não era para tirar dela a doutrina da Justificação (como alguns, entre os católicos, ainda acreditam), mas para tirar dela a verdadeira fé em Jesus Cristo. Então pode-se sintetizar a doutrina de Lutero neste breve aforismo: "Somente Jesus Cristo é o meu Senhor". Fica agora bem claro o que significa Reforma nas palavras e nos escritos de Lutero. Reforma é a volta permanente do Cristão e da Igreja às nascentes do cristianismo para entender que "Ecclesia Christi est de Christo", ou seja, que a Igreja é propriedade de Jesus Cristo e não dos sacerdotes ou da cúria romana. Neste sentido ele chamava o Papa de Leviatã que em hebraico significa "aquele que acrescenta". O Papa e sua cúria haviam acrescentado, ao longo dos séculos, toda uma postura política e um comportamento imoral. Estava na hora de purificar a Igreja daquilo tudo. Reforma, como o entendia Lutero, implicava numa nova posição perante a existência humana no sentido de que o cristianismo não era somente algo que visava o céu, mas era também uma libertação para uma vocação humana. Lutero dizia que nunca houve um santo que também não se preocupasse com o aspecto político ou econômico da vida; e queria que a piedade cristã não fosse mais um fenômeno pessoal como na Idade Média e sim um fato comunitário, social. Para Lutero, o cristão não era feito para o céu, como a pregação católico-romana salientava; ele era a continuação da missão salvadora de Jesus Cristo na terra: um cristianismo espiritual, mas humano e terrestre no sentido mais amplo da palavra. No seu livro "A Liberdade Cristo" ele diz que "a fé nos deve ajudar a sermos um outro Cristo", ou seja: "é no Cristo que o mundo se reconcilia com Deus". Quem leu os documentos do Concílio Vaticano 2º (1961), e sobretudo o "Gaudium et Spes" tem a impressão que está repetindo as idéias e até as palavras de Lutero. Mas precisaram 300 anos para que a Igreja Católica romana chegasse a reconhecer seus próprios erros e voltasse às primitivas fontes do cristianismo. Hoje muita coisa mudou dentro da Igreja Católica. Mas não foi por mérito da cúria romana que se chegou a isto. A cúria romana mudou muito pouco. Mas os fiéis mudaram. Em primeiro lugar tomaram consciência de que eles são a Igreja; portanto eles tem o sagrado dever de levar à frente a missão de Cristo. Em segundo lugar, estão

tomando consciência de que a hierarquia eclesiástica não passa de um apêndice dentro da grande obra cristã: um apêndice até por demais, hoje, descuidado. Muita coisa está mudando no campo da religião, no mudo inteiro. Em 1960 Papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano 2º. Se a era do Aquário começará, de acordo com a astrologia, no ano de 2.700, quando o Sol de equinócio se erguerá na Constelação do Aquário, o ano de 1960 situa-se justamente no tempo em que o sol de equinócio se ergue no signo do aquário. Está acabando a era zodiacal de Peixes: com ela havia começado o cristianismo como religião diferente, autônoma e oficial. Estará hoje o catolicismo mudando sua roupagem, sua estrutura exterior, e suas exigências para sobreviver e perdurar por mais 2.160 anos? De qualquer jeito Lutero foi um profeta porque previu a mutação e indicou o rumo a seguir: aquele mesmo rumo que a Igreja Católica está hoje seguindo.

Os Historiadores Católicos Mudam de Opinião

Em 1549 o comentário de Cochlacus fixou uma imagem de Lutero muito tendenciosa e sobretudo cheia da sagrada raiva: ele era o monge que com o cisma provocou a ruína espiritual de milhões de almas, tirando-as do rebanho do Vigário de Jesus Cristo; também ele foi o demagogo que causou a guerra dos camponeses levando a Alemanha à miséria e à fome. Esta imagem de Lutero perdurou no campo católico até o começo do século vinte, quando Johann Adam Mohler, teólogo católico alemão (1796-1838) professor de história eclesiástica em Tübingen (1826) e München (1835), começou, de forma suave, em seu escrito "Symbolik etc." (1832), a louvar a vigorosa piedade de Lutero enaltecendo seus belíssimos hinos de contendo teológico. Este fato, completamente novo, no campo católico, provocou um amplo debate e teve como resultado uma obra, sobre Martin Lutero em dois volumes (1904-1906) do Dominicano Joseph Denifle, em que ataca violentamente até com palavras indelicadas, a pessoa de Lutero, acusando-o de estar em constante má fé. Mas o trabalho de J. Denifle baseia-se mais sobre motivos psicológicos que sobre motivos históricos; assim acaba não agradando o historiador e o pesquisador.

A linha de J. Denifle foi continuada pelo jesuíta Grisar que entre 1911 e 1912 publicou três volumes sobre Lutero. Era a época em que as idéias do criminologista italiano Césare Lombroso (1835-1909) corriam a Europa. Seja ou não

por isso, o fato é que Padre Grisar dá muito mais importância ao aspecto psicológico do que ao aspecto dogmático ou simplesmente histórico. Ele faz uma psicopatologia de Lutero; quando se chega ao fim do 3º volume o leitor honestamente se pergunta por que toda essa psicologia não considerou as manifestações religiosas da alma de Lutero: era o mínimo que se podia esperar. E assim o Grisar fica na periferia do fenômeno, embora, com relação ao Denifle e ao Grisar, represente um progresso, pois tenta entender (mesmo sem entender).

O grande biógrafo de Lutero, em campo católico, é certamente Joseph Lortz. Sua vida de Lutero (1ª edição em 1961; 4ª edição em 1964), fica realmente dentro de um grande rigor dogmático, sempre respeitando os fatos históricos e a decência da linguagem. Podemos resumir assim as idéias de Joseph Lortz:

Na época em questão:

- 1 — a Igreja católica e notadamente a Cúria romana, era extremamente imoral e cheia de perversões e abusos;
- 2 — faltava à Igreja uma clareza teológica quer de linguagem, quer de conteúdo;
- 3 — a vida religiosa, com excessão de poucos casos, era muito fraca, ou nem existia;
- 4 — muitos santos e muita gente de bem (aqueles que ainda existiam) desejavam uma reforma que nunca veio porque os responsáveis não a queriam de verdade. Então, conclui o Lortz, a Igreja é a primeira culpada pelos acontecimentos de que Martin Lutero foi apenas o estopim. “Lutero combateu em si mesmo um catolicismo que não era católico” (I, 76); e “descobriu, por forma herética, o núcleo central do catolicismo” (I, 434). “Lutero era realmente um homem religioso e de oração” (I, 383). O Papa e os Bispos o não escutaram com a devida seriedade (que não tinham). E o historiador conclui: quanto à à parte de culpa que cabe a Lutero, esta deve-se mais ao seu temperamento emotivo, impulsivo, sem estabilidade interior e irreflexivo. Hoje até em países católicos e conservadores como Itália e Espanha, ninguém olha mais para Lutero como um excomungado; e nem propriamente como um profeta: aceitou-se o fato; perdeu-se ou esqueceu-se o passado e procura-se um ponto de entendimento comum acima de qualquer Juridismo ou teologia abstrata. Estamos entrando numa nova era Zodiacal.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — “MARTIN LUTERO”, por Ricardo Garcia Villoslado — 2 Vol.
Biblioteca de Autores Cristianos Série Maior, Madrid, 1976, 2ª Edición, pp. 1.200.
O autor, professor da Universidade Gregoriana, apresenta um estudo sério, baseado na história mas sem descuidar a Psicologia e, sobretudo a Teologia. Obra importante pela extensa bibliografia nela contida.
- 2 — “O QUE LUTERO REALMENTE DISSE”, por Gottfried Pitzer. Tradução de E. J. Bernhoeft e M. Santarrito; Civilização Brasileira, 1971, pp. 232. O livro representa uma excelente introdução à vida e à situação de Lutero como homem e como pensador, explicados com as suas mesmas palavras.
- 3 — “ISTO É MEU CORPO”, por Hermann Sasse — Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS. 1970, pp. 314.
O título original do livro (em inglês) explica também seu conteúdo: *this is my body: luther's contention for the real presence (of Jesus) in the sacrament of the altar.*
- 4 — “DA AUTORIDADE SECULAR”, por Martin Lutero — Editora Sinodal, São Leopoldo, RS. 1979, pp. 80.
O livreto trata dos deveres e dos limites da autoridade civil.
- 5 — “DA LIBERDADE CRISTÃ”, por Martin Lutero — Editora Sinodal, São Leopoldo, RS. 1979, pp. 48.
Como diz o título, Lutero procurou modificar o antigo conceito de obediência cristã passiva que deixava somente aos chefes religiosos (leia-se: Papa e Cúria Romana) a tarefa de mandar.

**AS REGIÕES SUBDESENVOLVIDAS E A EDUCAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO**

Professor Coelho Sampaio

Nota da Redação: Aula Inaugural proferida pelo prof. Antonio Coelho Sampaio, na abertura do ano letivo da Universidade Federal do Espírito Santo, em 1962, cujos conceitos continuam ainda, por sua atualidade, dignos de estudos e pesquisas pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a cuja entidade também pertence, e outros estudiosos do assunto.

THE HISTORY OF THE CITY OF BOSTON

By SAMUEL JOHNSON

Vol. I. From the first settlement to the year 1700.
 Vol. II. From the year 1700 to the year 1780.
 Vol. III. From the year 1780 to the year 1800.
 Vol. IV. From the year 1800 to the year 1820.
 Vol. V. From the year 1820 to the year 1840.
 Vol. VI. From the year 1840 to the year 1860.
 Vol. VII. From the year 1860 to the year 1880.
 Vol. VIII. From the year 1880 to the year 1900.

Í N D I C E

Pesquisa: As Regiões Subdesenvolvidas e a Educação para o Desenvolvimento	123
--	------------

1ª Parte

Desenvolvimento Econômico e Educação

1.1 — O Problema do Desenvolvimento das Áreas Subdesenvolvidas	125
1.2 — A Implantação das Indústrias e os Contrastes entre a Indústria e a Agricultura	131
1.3 — Prioridade à Educação para o Desenvolvimento	133

2ª Parte

Estudo Comparativo de Vários Sistemas de Ensino

2.1 — O Ensino Superior na Europa	137
2.2 — O Ensino Superior nos Estados Unidos da América	139
2.3 — O Ensino Superior no Brasil	140

THEORY

The first part of the paper is devoted to the study of the properties of the function $f(x)$ defined by the equation

$$f(x) = \int_0^x f(t) dt$$

It is shown that the function $f(x)$ is continuous and differentiable at every point x of the interval $[0, 1]$.

In the second part of the paper, we consider the problem of finding the maximum value of the function $f(x)$ on the interval $[0, 1]$. It is shown that the maximum value of the function is attained at the point $x = 1/2$.

In the third part of the paper, we consider the problem of finding the minimum value of the function $f(x)$ on the interval $[0, 1]$. It is shown that the minimum value of the function is attained at the point $x = 0$.

$$f(x) = \int_0^x f(t) dt$$

It is shown that the function $f(x)$ is continuous and differentiable at every point x of the interval $[0, 1]$.

In the fourth part of the paper, we consider the problem of finding the maximum value of the function $f(x)$ on the interval $[0, 1]$. It is shown that the maximum value of the function is attained at the point $x = 1/2$.

In the fifth part of the paper, we consider the problem of finding the minimum value of the function $f(x)$ on the interval $[0, 1]$. It is shown that the minimum value of the function is attained at the point $x = 0$.

In the sixth part of the paper, we consider the problem of finding the maximum value of the function $f(x)$ on the interval $[0, 1]$. It is shown that the maximum value of the function is attained at the point $x = 1/2$.

AS REGIÕES SUBDESENVOLVIDAS E A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A publicação deste trabalho é resultante de pesquisa feita pela redação da Revista do I.H.G.E.S., a respeito de monografias publicadas no passado, cujo assunto ainda se mantém atual, não obstante a época em que foi tornado público. No presente **ensaio** — de autoria do consórcio Antonio Coelho Sampaio, na época em que o escreveu. Professor Catedrático de Microeconomia da Universidade Federal do Espírito Santo — o autor questiona o **sistema de ensino**, colocando algumas idéias perfeitamente discutíveis ainda hoje, razão por que resolvemos inserir nesta edição.

Referido **ensaio**, sob o título de “**As Regiões Subdesenvolvidas e a Educação para o Desenvolvimento**” foi apresentado, como aula inaugural, na abertura do ano letivo da mesma Universidade, em 1962, e segundo declarações do Autor, o que motivou colocar essas idéias no papel, logo após deixar a Direção do Ginásio São Mateus (1955/1958), vindo para Vitória, a convite do Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Prof. Altayr Moraes, foi resultante de suas observações sobre os alunos daquele Ginásio que ao concluírem seu curso tinham que emigrar para outros centros, porque o ensino, então ministrado, nas escolas de nível médio, (como ainda hoje, 30 anos depois) não preparava o estudante para **conviver** com o mercado de trabalho existente em sua cidade ou seja, ele recebia aulas de Português, Matemática, Francês, Inglês, História do Brasil e Universal, Desenho, Física e Química, Geografia do Brasil e Universal, e outras mas nada de Agricultura, Pecuária e matérias afins.

No entanto, a maioria desses alunos eram filhos de pecuaristas ou agricultores, que muito lucrariam se tivessem um Técnico Agrícola cuidando de sua propriedade... Dessas observações, em torno da trajetória desses alunos, egressos do Ginásio, localizado numa cidade do interior, que procuraram as grandes cidades, com prejuízo evidente para aquelas famílias e para a própria Comunidade que ajudou a construir o Ginásio, o Autor concluiu que o interior necessita de um **tipo de escola de nível médio** diferente da convencional,

a qual classificou, como segue, conforme a **vocação regional** de cada parte do nosso imenso País, onde se achar inserida a localidade, a saber:

- a) — **Ginásio Agrícola:** Com ênfase à iniciação em técnicas próprias da Agricultura, da Pecuária e outras necessárias ao estudo do ambiente rural, onde se situa a Escola, ministrando conhecimentos indispensáveis, também, naquelas disciplinas de cultura humanística e sobre o mundo em que se vive; defesa do meio ambiente; fatos sociais e políticos da atualidade; a conduta segundo a moral estabelecida; enfim; aquelas matérias básicas indispensáveis ao raciocínio lógico e matemático e outras necessárias para a compreensão do tipo de sociedade em que se vive, sem o exagero da escola convencionalmente voltada para o intelectualismo elitista;
- b) — **Ginásio Industrial ou Comercial:** Este tipo de Escola será diferenciado do anterior apenas na parte que se refere às Disciplinas voltadas para a Agricultura ou Pecuária (e outras próprias do meio rural), que seriam substituídas por outras voltadas propriamente aos setores Secundário ou Terciário, diretamente relacionadas com as **indústrias, comércio e serviços** da região onde se acha inserida a Escola;
- c) — **Ginásio Convencional:** Este tipo de Escola ficaria para os estudantes que não demonstrassem preferência para nenhum dos tipos, anteriormente citados, optando pela Escola de Nível Médio Convencional, ou seja, a Escola de 1º e 2º Graus, como é, hoje, conhecida, **sem qualquer preparação vocacional voltada para as peculiaridades regionais.**

NR.: Ficam, aí, as idéias para os pesquisadores e estudiosos de Economia Regional sob influência do Sistema Educacional.

Vitória-ES, de janeiro de 1986.

A Redação

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO

1.1 O Problema do Desenvolvimento das Áreas Subdesenvolvidas

Estamos entre aqueles que pensam que o desenvolvimento das Regiões subdesenvolvidas não pode ser feito a não ser através de planejamentos a serem executados a longo prazo. E, principalmente no caso de países (como o Brasil, a Índia e outros), que têm, como uma das características do seu subdesenvolvimento, baixo índice de escolarização no cômputo geral, esse desenvolvimento deve dar prioridade à educação. Na realidade, o processo de desenvolvimento, que defendemos, é demorado: preparar a mão-de-obra especializada; os mestres para as oficinas; os instrutores para o campo; e os professores para as escolas, em número suficiente e capaz de satisfazer às previsões; e, depois, cuidar da industrialização. Mas, enquanto isso, **concomitantemente**, dar-se-á adequada e urgente assistência ao problema da produção agropecuária, a fim de combater o maior dos nossos males: a fome.

Por isso mesmo, discordamos dos que advogam a implantação de determinadas indústrias, nessas regiões, com base em planos que se destinam ao país em desenvolvimento a curto prazo, principalmente porque:

- 1º — Não possuindo uma infra-estrutura econômica e técnica para suportar a implantação e o funcionamento dessas indústrias, teriam que importar capital e mão-de-obra qualificada;
- 2º — Dispendo de uma renda **per-capita** muito baixa, em relação a outras regiões, não haveria, certamente, mercado nem capital para sustentar essas indústrias;
- 3º — Sendo notórias as diferenças existentes entre o desenvolvimento sócio-econômico das classes que se dedicam à indústria e à agricultura, cujas diferenças contribuem, cada vez mais, para aumentar os contrastes, por vezes chocantes, entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, não deveríamos contribuir para incrementar essas diferenças;

- 4º — Sabendo-se que, à proporção que se vai expandindo a produção industrial, aumentam as necessidades de importação, principalmente de bens de consumo não duráveis, e bens de capital, sem que tenha havido, concomitantemente, um incremento nas exportações, que garanta o equilíbrio no balanço de pagamentos, o caminho indicado seria dar expansão à produção agropecuária para diminuir as importações;
- 5º — Considerando-se, também, que os nossos recursos cambiais dependem, quase que exclusivamente das exportações, contribuindo a queda de preços nos mercados internacionais dos principais produtos nacionais exportáveis, para diminuir esses recursos, mais ainda se justificaria o estudo de medidas urgentes, no sentido de impedir o desenvolvimento dessas culturas anti-econômicas e promover o desenvolvimento de indústrias para a alimentação e das culturas familiarizadas com os fatores cosmológicos da região, que possam apresentar propensões para índices ótimos de produtividade, dando, também, preferência à implantação de indústrias de tratores, de fertilizantes, de exploração dos recursos naturais da região, etc.;
- 6º — Sabendo-se, finalmente, que, tanto a diminuição dos recursos cambiais, como o déficit orçamentário, vêm contribuindo para o incremento do processo inflacionário e para a elevação do custo de vida, aumentando, cada vez mais, as desigualdades sociais pela diminuição do poder aquisitivo de várias categorias profissionais de salários fixos, e contribuindo para o empobrecimento da classe média, influência essa que vem sendo notadamente sentida nos preços dos bens de consumo (incluindo-se os gêneros alimentícios que o país ainda importa), mais ainda se justificaria o protecionismo para a implantação de indústrias, destinadas a equilibrar a produção agrícola com o índice do crescimento demográfico.

Entretanto — cumpre prevenir — esse nosso ponto de vista não se prende a qualquer preferência ou tendência de fundo político, e nem poderia ser, desde que, há 20 anos passados, decidimos dedicar todas as nossas forças no sentido de transmitir o pouco que sabemos aos que têm sede de saber, e resolvemos dedicar-nos aos sublime sacerdócio de instruir e educar.

Em artigo publicado, em 1944, na Gazeta de Notícias, de Fortaleza, dizíamos: "Em nosso país, à proporção que nos vamos desenvolvendo no campo industrial, vamos regredindo no agrícola. Se, até 1920, estava mais ou menos em equilíbrio a produção agrícola, que apresentava a cifra de 4 bilhões de cruzeiros, com a produção industrial, que acusava uma avaliação de 3 bilhões, portanto a favor da agricultura, em 1938, a produção industrial atingiu 12 bilhões de cruzeiros, enquanto que a agrícola ficava em 9 bilhões". Acrescentávamos, ainda, no mesmo artigo: "Supomos que a causa motivadora desse decréscimo na produção agrícola é devido a dois fatores: a) — O êxodo rural para os grandes centros; b) — A falta de industrialização e aperfeiçoamento dos métodos agrícolas".

Naturalmente que, hoje, o aspecto não é o mesmo, em todas as partes do país. Há zonas ou regiões em que já se empregam os modernos métodos de cultura intensiva. Existem, também, Universidades Rurais, dedicadas não apenas à formação e treinamento de técnicos, mas, também, a pesquisas destinadas a descobrir os melhores tipos de culturas etc. Porém, ainda continuamos com uma produção de gêneros alimentícios insuficiente para suprir o crescimento da população (a uma taxa de 2,5%) o que nos obriga a importar. E, embora no Quadro da Importação Brasileira (Relatório de 1958 do Banco do Brasil), se constata pequeno decréscimo de 1954 a 1958, (período escolhido para nosso estudo) isto se deve à diminuição das exportações de café, produto do qual ainda depende, principalmente, a nossa estrutura econômica, motivando uma queda na importação total, avaliada em 136 milhões de dólares, isto é, 91% em relação a 1957.

No mesmo quadro, observa-se que essa importação de gêneros alimentícios atingiu, em 1958, apesar do decréscimo, um total de 1.732 mil toneladas.

Isto, refletindo-se, forçosamente, na alimentação, pois se, com um maior índice de importação desses bens de consumo em 1954, já a população brasileira apresentava sinais de fome, quanto mais se (com o aumento dos preços de importação — mais 28,5% em 1958 — e desvalorização ascendente do cruzeiro) tiver o país que diminuir essas importações.

Entretanto, de modo geral, feitas algumas exceções, nas zonas interioranas (do Espírito Santo ao Amazonas), o aspecto não mudou: continua o êxodo rural. E os modernos

processos de cultivo do solo, hoje usados na agricultura, lá ainda não chegaram. Ficará surpreso o leitor quando, visitando o **hinterland** brasileiro, aí encontrar ainda em uso a enxada, a foice, a pá e as novas queimadas...

É claro que tais métodos de trabalho só podem produzir índices de renda **per-capita** tão ínfimos que, mesmo incluindo os níveis de renda achados para as zonas industrializadas e urbanas, no **cômputo** geral, colocam o Brasil entre os países de baixa rentabilidade por habitante.

Segundo estudo do economista Accioly Borges, divulgado em **Desenvolvimento & Conjuntura** (Graus de Desenvolvimento na América Latina), o Brasil apresenta índices de renda **per-capita** inferiores a países como: Venezuela, Argentina, Uruguai, Chile, Cuba, Colômbia e Panamá.

Apesar disso, ressalta o autor que, como o país ocupa 43% do território latino-americano e, tanto a sua população, como a sua renda nacional, representam 1/3 do total mantidas que sejam, no futuro, as recentes tendências do crescimento demográfico e do produto nacional, a posição relativa do Brasil deverá tornar-se cada vez mais saliente, pois nenhum dos países mais populosos e mais prósperos da América oferece tão alto ritmo de desenvolvimento.

Entretanto, esse otimismo de Accioly Borges não impedirá que aumentem os contrastes entre as regiões econômicas do país, onde observamos, de um lado, algumas com indústrias que apresentam baixo índice de rentabilidade ou a maior parte da sua economia apoiada, ainda, no artesanato e outras características de subdesenvolvimento, e, de outro lado, outras, industrializadas, com elevada concentração capitalista. Se estas últimas contribuem para elevar o índice de renda **per-capita**, destacando-se o Estado de São Paulo na liderança, é óbvio que precisamos lutar contra o subdesenvolvimento das demais regiões, entre as quais colocamos, em prioridade, as interioranas.

Aí, poderiam objetar-nos: então não havia outro caminho para o Governo brasileiro que quisesse elevar esse nível de renda **per-capita** senão promovendo a implantação de indústrias.

De fato. No sentido de levar o país, como um todo, a um processo de desenvolvimento econômico, considerando que a implantação da indústria automobilística e outras forçosa-

mente coduzia à de outras indústrias, médias e pequenas, resolvendo, assim, pelo menos em parte, o problema do emprego, o cumprimento da meta governamental trouxe resultados positivos, mesmo além das expectativas. Para se ter uma idéia dos investimentos feitos de 1955 a 1958, neste setor, veja-se o quadro publicado pelo Relatório do Banco do Brasil em 1958, em que se verifica que dos investimentos feitos, nesses 4 anos, nos diversos setores, da ordem de 309 milhões de dólares, coube à indústria automobilística 164 milhões de dólares, ou seja, 88% aproximadamente do total.

Porém, colocamos em primeiro lugar a necessidade, que temos, de lutar pela integração das economias regionais dentro de um planejamento nacional, porque se, no cômputo geral, houve um incremento nos índices de renda per-capita, particularizadamente apenas a região ou zona, em que foram implantadas essas indústrias, tiveram um incremento real, pois as regiões ou zonas menos desenvolvidas continuam no mesmo status. Poderíamos até dizer que estas últimas foram, sensivelmente prejudicadas com a expansão do êxodo e do abandono das atividades rurais.

Daí, se considerarmos o fato em si, isto é, o resultado positivo da implantação dessas indústrias, no Sul do país, veremos que diferenciações profundas existem, nas condições de desenvolvimento, entre a região escolhida e as subdesenvolvidas do restante do país, que não permitiriam, estas últimas, como veremos mais adiante, a implantação de indústrias (feitas as exceções) sem que estivessem ameaçadas de completo colapso diante de qualquer concorrência.

Felizmente, o nosso pensamento de formar a infraestrutura do desenvolvimento econômico-social do país, que vimos defendendo desde 1945, quando, na Presidência da U.E.E. do Ceará, apresentamos no VIII Congresso Nacional dos Estudantes, realizado no Rio de Janeiro, tese no sentido de que esse desenvolvimento só seria alcançado com a completa transformação das nossas escolas de finalidade intelectualista em escolas de educação técnico-profissional, a fim de formar o pessoal especializado de acordo com as necessidades regionais, é, hoje, apoiado por instituições culturais e oficiais de elevado conceito, no país, entre as quais a **Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** que, em recente trabalho, (**A Formação de Pessoal de Nível Superior e o Desenvolvimento**) declara:

No Brasil subsistem desigualdades enormes de oportunidades em matéria de educação. O conserto dessa atuação desigual só poderá produzir-se com o desenvolvimento econômico do país.

Por seu turno, o desenvolvimento exige a formação do pessoal habilitado para as tarefas cada vez mais diversificadas da sociedade em evolução; e, na etapa inicial, essa formação tende a agravar as desigualdades, pois o esforço educacional deverá aplicar-se justamente nas áreas industrializadas e nos setores mais capitalizados da economia nacional.

O que os autores do importante estudo da CAPES querem salientar é que, para realizar um programa de investimento em educação com resultados positivos, não adiantaria aplicar, na etapa inicial do desenvolvimento, tais investimentos nas áreas menos desenvolvidas, isto é, onde não há pessoal devidamente preparado para receber instrução e educação de alto nível para que instalar essas escolas?

Segundo o estudo da equipe da CAPES, esse investimento suplementar, no programa educacional, promoveria o desenvolvimento do sistema educacional, trazendo o aumento do índice de produtividade e restituindo, dessa maneira, a curto prazo, os investimentos feitos. Com os reinvestimentos ampliados, no programa educacional, teríamos novo incremento no mesmo programa, trazendo rendimentos marginais na produtividade. Finalmente, esses investimentos e reinvestimentos, no programa educacional, elevariam o nível cultural do povo e a extensão do sistema de educação, eliminando as desigualdades.

Logo se vê por que não se poderia executar um plano de investimentos, num programa educacional, de **nível avançado**, em regiões menos desenvolvidas, em face de não haver pessoal eficientemente preparado em número capaz de assegurar o retorno desses investimentos, isto é, se mesmo assim fossem instaladas, nessas regiões, escolas destinadas a preparar técnicos de elevado padrão, teríamos as seguintes consequências:

- . Sendo muito reduzido o número de candidatos aprovados, o custo-aluno seria tão elevado que não compensaria o investimento;
- . Não havendo mercado de trabalho para os técnicos formados nessas escolas os mesmos seriam absorvidos por empresas de regiões mais desenvolvidas.

1.2 A Implantação de Indústrias e os Contrastes entre a Indústria e a Agricultura

Parece-nos, então, que o problema do desenvolvimento dessas áreas menos desenvolvidas não estará solucionando com a implantação de indústrias (exceção feita para as indústrias necessária, ao processo de **industrialização** da agricultura). O problema caberia, ainda, uma série de considerações. Porém, não podemos estender-nos demais, pois resta muito ainda para abordar.

Os nossos argumentos contra a implantação dessas indústrias, nessas regiões firmam-se em vários pontos:

- a) — Se a implantação da indústria for financiada com capital nacional, não terá meios para cobrir o financiamento, isto é, os lucros, conforme expusemos, não serão suficientes para remunerar o capital;
- b) — Se a implantação da indústria for financiada por capital estrangeiro, então, além das despesas normais de uma empresa, haverá, ainda, as amortizações do empréstimo, sujeitas às oscilações do câmbio (segundo **Desenvolvimento & Conjuntura** em seu número de fevereiro de 1961) em 1960, a remessa de juros atingiu a US\$ 104 milhões e a remessa de lucros e dividendos para o exterior de 1959 para 1960 elevou-se de US\$ 25 milhões para US\$ 36 milhões, **como consequência natural do grande afluxo de capitais estrangeiros ao nosso país, verificado no último quinquênio, sem cobertura cambial;**
- c) — A impossibilidade de resolver com a implantação de indústrias, nas regiões subdesenvolvidas, o problema do emprego, já que as populações em condições de trabalhar não são trabalhadores qualificados em potencial;
- d) — A existência de grandes latifúndios, nessas regiões, que precisam ser cultivados com rentabilidade o que contribuiria não apenas para satisfazer a demanda do mercado interno de gêneros alimentícios mas também para incrementar as exportações de determinados produtos, melhorando, portanto, a situação no balanço de pagamentos.

É opinião de técnicos de renome internacional, como o professor Eugênio Gudín (Conferência publicada na revista Carta Mensal):

“Sem invadir a seara da iniciativa e atividade privadas, imensa é a tarefa do Estado na economia moderna. Ela consiste em criar o clima favorável ao progresso econômico. Consiste numa política monetária que evite a inflação com seu vasto séquito de malefícios; consiste no equilíbrio orçamentário; consiste numa política de crédito inteligentemente conduzida; consiste numa política cambial que evite distorções na importação como na exportação; consiste no estímulo aos chamados investimentos de base, a fim de evitar que o edifício econômico peque pelos alicerces; consiste em velar pela provisão das chamadas “economias externas”; consiste em evitar desequilíbrios entre a economia da indústria e da agricultura; consiste, talvez, mais do que tudo, no problema da Educação, isto é, na formação de gente para todos os misteres de uma sociedade civilizada, inclusive para o desenvolvimento econômico”.

Concluindo, podemos dizer que se a implantação de indústrias preceder o cultivo intensivo do campo, que representaria o progresso para as zonas rurais, expresso não apenas no incremento da produção, mas, também, numa **coordenação de medidas destinadas a levar à zona rural o conforto mínimo**, então estaremos fomentando o êxodo do campo para as cidades e agravando o problema de desemprego.

Assim, o problema da estrutura das regiões subdesenvolvidas deve ser resolvido por ordem:

- 1) — Melhorar os índices de bem-estar da zona rural, elevando o padrão de vida do trabalhador rural (não apenas do agricultor, mas do trabalhador em geral, que habita essas regiões), através de medidas conjuntas de investimentos, assistência social, assistência educacional, assistência cooperativista, etc.;
- 2) — Desenvolver a educação, principalmente nos ramos do Ensino Primário, Complementar e Nível Médio, no sentido de integrar a escola no processo de desenvolvimento regional;

- 3) — Promover a implantação de indústrias, na região, de preferência as necessárias ao processo de **industrialização** da agricultura, ou destinadas ao aproveitamento dos recursos naturais locais com pessoal preparado nas escolas regionais.

Aqui entram considerações que envolvem a nossa responsabilidade no modo como achamos que as metas acima devem ser realizadas. Se, para Roberto Simonsen **A elevação do padrão de vida do povo brasileiro será o fruto do desenvolvimento da indústria nacional**, para Miguel Couto **O maior dos nossos problemas é a educação do povo**.

1.3 Prioridade à Educação para o Desenvolvimento

Então, embora reconhecendo que a assertiva de Roberto Simonsen não pode ser desmentida, preferimos, no caso brasileiro, ficar com Miguel Couto, dando prioridade à educação. Achamos que não será justo encarar o desenvolvimento do país esquecendo a nação, isto é, fazer planejamento destinado a dar ao Brasil as características de um País desenvolvido, deixando, como marginais, milhões de brasileiros que se dedicam à faina do trabalho improdutivo e atrasado de cultivar o solo e considerar o problema das regiões subdesenvolvidas ou interioranas como não tendo solução.

Dando, assim, prioridade à educação para o desenvolvimento, poderíamos construir uma pirâmide, que teria por base o **Ensino Primário com iniciação técnica**. Após essa primeira fase seguir-se-ia a segunda, constituída de **Ensino Secundário com Educação Técnica diversificada e Orientação Vocacional**. Na terceira fase da pirâmide, teríamos o **Ensino Pré-Universitário com direito a ingresso no Ensino Superior sem exame vestibular**. Seguindo-se a quarta fase com o **Ensino Técnico Profissional de Nível Universitário**. Este o esquema que idealizamos para o sistema de ensino brasileiro.

Sabemos que muitos irão combater a nossa tese, principalmente os interessados no enriquecimento fácil, ou na exploração de milhões de brasileiros que habitam as regiões interioranas, aproveitando-se, uns e outros, das seguintes vantagens:

- . Possibilidade de utilização de mão-de-obra a baixo custo, principalmente nos trabalhos agropecuários dos latifúndios, em processos de trabalho somente comparados à época do feudalismo;
- . Possibilidade de domínio de milhões de brasileiros, na condição de eleitores, quando, na realidade, são analfabetos sem uma noção exata do sistema democrático.

Eis o quadro triste, mas real, da oposição ao progresso das regiões subdesenvolvidas ou interioranas, fundamentada na reação de poucos mas poderosos grupos interessados em manter esse *statu quo* que, felizmente, já não encontra eco em nosso país, graças aos movimentos liderados pela Igreja Católica, Associação Brasileira dos Municípios, Federação das Associações Rurais, Associação Brasileira de Crédito Rural com o apoio de instituições como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e, no campo internacional, da Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico, Comissão de Estudos Americanos para a América Latina e outras associações ruralistas e cooperativistas, nacionais e internacionais, surgindo, como consequência do esforço conjunto para elevar o padrão das regiões subdesenvolvidas da América Latina, a Carta de Punta Del Este ou, como ficou conhecida, **A Aliança para o Progresso**, tratado dos mais importantes para o desenvolvimento das Américas, já assinado pelos representantes dos países que têm assento na OEA, plenamente favorável à reforma agrária e destinado a dar ajuda a programas de desenvolvimento econômico e social, tais como os que se destinam à solução dos principais problemas da América Latina:

- . Atenção especial aos problemas de educação e saúde;
- . Desenvolvimento de pequenas empresas;
- . Construção de habitações populares;
- . Expansão do cooperativismo, etc.

Então, como dizíamos, naturalmente não vamos colocar-nos entre aqueles que não querem o desenvolvimento. Não somos contra o desenvolvimento, mas contra a **maneira como** alguns pretendem que se promova o desenvolvimento.

Achamos que a primeira finalidade de um programa de desenvolvimento econômico e social, para as regiões subdesenvolvidas, principalmente as interioranas, deve ser **inte-**

grar o indivíduo no seu próprio ambiente. E isto requer uma série de medidas, como teremos oportunidade de analisar.

Esta integração do indivíduo tem que ser feita através da educação, isto é, da preparação do indivíduo para ajustar-se ao processo de desenvolvimento regional.

Naturalmente que, nas regiões subdesenvolvidas, as escolas de Ensino Primário, Complementar e Nível Médio com os técnicos dos mais diversos graus formados pela Universidade irão promover esse ajustamento, ou seja, preparar os indivíduos para tarefas as mais diversificadas dentro da comunidade, funções especificamente destinadas a promover a integração da região na economia nacional, pois, como sabiamente aconselha o Papa João XXIII, na sua recente encíclica "Mater et Magistra": "É preciso, pois, velar atentamente e realizar esforços eficazes para que os desequilíbrios econômicos e sociais não aumentem, mas se atenuem na medida do possível.

Precisamos, assim, promover o desenvolvimento econômico e social das regiões subdesenvolvidas, mesmo porque, não promover o desenvolvimento significaria aceitação pacífica da situação penosa em que se encontram as populações dessas regiões.



2. ESTUDO COMPARATIVO DE VÁRIOS SISTEMAS DE ENSINO

2.1 O Ensino Superior na Europa

Assim, teríamos que programar os investimentos para o desenvolvimento econômico-social, dando prioridade à educação.

Segundo declarações de eminente professor universitário o investimento em educação é, a longo prazo, o mais produtivo de todos os investimentos.

Agora indagamos:

- . Como promover investimentos em educação que, pela sua natureza, sejam produtivos?
- . Como congregar nossos esforços no sentido de que a escola atinja seus objetivos?
- . Como proceder para que a tarefa educativa apresente rendimento?

Vemos, com imensa satisfação, quase 20 anos depois da divulgação de nossa tese, apresentada no 8º Congresso Nacional dos Estudantes, que estávamos certos, quando assegurávamos ser o desenvolvimento econômico e social do país dependente do progresso tecnológico, ao lermos, no importante trabalho da CAPES já citado, as seguintes palavras:

“As poucas formas efetivas de educação para a prática da economia industrial (de que são exemplo, no sentido básico, o SENAI e no Ensino Superior o Instituto Técnico da Aeronáutica) ainda não correspondem às exigências específicas da procura de profissionais técnicos de todos os níveis. Não é exagero dizer-se que, no terreno prático, no Brasil, a principal necessidade ainda será, por muitos anos, a de operários e técnicos médios com um mínimo de escolarização e em número suficiente para fazer frente aos processos de tecnologia moderna” (“A Formação de Pessoal de Nível Superior e o Desenvolvimento Econômico”).

Ainda, o mesmo estudo, realizado sob os auspícios da CAPES, chegou às seguintes conclusões:

- a) — Apenas 14 em mil jovens de 20 a 24 anos estão cursando a Universidade (dados referentes ao ano de 1958);
- b) — Em 1958, cursaram as nossas escolas superiores 75.486 estudantes;
- c) — Os dados revelam o inteiro predomínio do grupo 4 (Direito, Economia e Filosofia) entre as carreiras escolhidas. Por outro lado, a zona A (Centro-Sul) absorve 81% das matriculas;
- d) — É inexpressiva ou quase nula a preparação de profissionais do grupo 1 — agrônomos e veterinários o que retrata a fragilidade das pressões em favor da reestruturação tecnológica e produtiva da agricultura brasileira;
- e) — O aprendizado das carreiras mais ligadas ao processo de industrialização — as engenharias e profissões correlatas — apresentam-se com modesta participação, apesar do grande incremento da diplomação, nos últimos anos...;
- f) — É patente a extrema lentidão com que se vai alterando o comportamento das massas atingidas pelos estímulos sócio-econômicos das carreiras técnico-industriais, e a aguda resistência que sustenta no polo oposto, as velhas formas de incentivo social para a carreira principal do grupo 4, (Direito, Economia e Filosofia);
- g) — Mas, não param aí as dificuldades, ao que tudo indica o acondicionamento das vocações tem as suas raízes em um quadro mais amplo, abrangendo também a estrutura do Ensino Médio, muito mais ajustada ao preparo de candidatos para as carreiras do grupo 4 (Direito, Economia e Filosofia).

Como se observa pelas conclusões a que chegou a equipe da CAPES, há necessidade de se fazer uma análise de vários sistemas de ensino, a fim de encontrarmos respostas para aquelas três perguntas.

No desenvolvimento do Ensino Superior, em outros países, tem-se observado que a tendência é para a Universidade se vincular, cada vez mais, às finalidades sociais e econômicas da própria comunidade, pugnando pelo seu próprio desenvol-

vimento, não apenas no campo intelectual e científico, mas também no material e técnico e procurando, sempre, firmar sua autonomia além de dar destaque às especializações.

Assim é que, tomando para exemplo a longínqua e acolhedora Inglaterra, terra do Parlamentarismo e do Direito Consuetudinário, além das Universidades tradicionais, como Oxford e Cambridge, existem modernas Universidades autogovernadas e independentes, sendo algumas situadas nas grandes cidades industriais com relevantes tendências para a tecnologia.

Na Escócia, a educação técnica é oferecida desde as classes mais adiantadas das escolas secundárias até as Universidades. Nas **Central Institutions** também o ensino avançado dedicou-se, principalmente, às Ciências e à Tecnologia etc.

São escolas que funcionam tanto em regime de tempo integral como parcial e até noturno, sendo que a educação técnica, dada nas escolas secundárias, não se destina a preparar para o exercício de uma atividade ou emprego, ou trabalho específico.

2.2 O Ensino Superior nos Estados Unidos da América

Nos Estados Unidos da América, sempre houve uma barreira natural contra a ação direta da União para organizar, dirigir ou orientar o ensino, de tal modo que qualquer tentativa para influenciar a administração das escolas, ou intervir sob qualquer aspecto, era considerada um atentado aos princípios democráticos estabelecidos na Constituição. É o que se observa com a leitura de **A Educação nos Estados Unidos da América**.

Isso contribui para que a nação irmã mantivesse o espírito de tradição dos diversos Estados, já que os serviços escolares são sujeitos às autoridades locais e os métodos e processos de ensino sempre de acordo com as necessidades e as solicitações da região.

Embora não se possa afirmar que nos Estados Unidos da América a tendência do Ensino Superior seja para a tecnologia, de um modo geral observa-se, entretanto, que, também ali, a Universidade se vincula ao processo regional graças à iniciativa privada responsável pela instituição da maior parte das escolas superiores.

Então, o que podemos observar é que os sistemas de ensino nas partes mais adiantadas do mundo — Europa e Estados Unidos da América — tiveram tendências distintas, pois que, enquanto na velha Europa a evolução do ensino sentiu de sair da antiga orientação — clássica e ingressar na orientação moderna, se caracterizou por um dualismo, em que permaneceram as duas tendências (Educação Intelectualista e Educação Prática), cultivadas por sistemas de ensino distintos, conforme os países e mesmo regiões ou zonas, nos Estados Unidos da América a liberdade plena, em todos seus sentidos, sem os velhos preconceitos da civilização européia, tornou possível a instituição de um sistema de ensino ajustado às necessidades do desenvolvimento.

E o resultado é o que aí está: os Estados Unidos são um país com uma renda superior aos mais prósperos países da velha Europa que contribuíram para a sua colonização. Pode-se mesmo dizer: é a nação mais rica do mundo atual.

2.3 O Ensino Superior no Brasil

Quanto ao Ensino Superior em nosso país, em colaboração que enviamos, em 1961, à Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo Congresso Nacional para estudar a reforma do ensino de grau Universitário, procuramos demonstrar que, na atual estrutura do Ensino Superior, em que, apesar da descentralização, ainda está a Universidade sujeita a dispositivos constitucionais, verificamos vários defeitos, felizmente removíveis, com o próprio desenvolvimento do sistema, entre os quais cumpre destacar:

- **Rotina de Ensino** — muitos dos professores catedráticos se deixam levar pela rotina, repetindo para seus alunos, durante anos seguidos, os mesmos ensinamentos, as mesmas teorias, os mesmos conceitos, sem qualquer preocupação de se atualizar e, muito menos, de realizar pesquisas que possam contribuir para promover progressos no setor de sua especialização. O ideal seria, pois, que os professores fossem sujeitos à frequência obrigatória de cursos, seminários, simpósios, ou, conforme o caso, a realizar estudos, projetos e pesquisas e publicar trabalhos relacionados com seus estudos, observações, conclusões, etc., como contribuição ao desenvolvimento da cadeira, em particular e, de modo geral, ao progresso da Ciência e da Cultura. Esses trabalhos seriam publicados pela Imprensa Universitária.

. **Dificuldade de aperfeiçoamento** — como, para a realização do aperfeiçoamento de professores em cursos, seminários, etc., a Universidade ainda não conta com recursos dados pelo Poder Público, (a não ser alguma Universidade que, individualmente, dispense certo apoio aos seus professores, neste sentido), deve a nova política educacional, baseada na afirmação muito certa de que o investimento, em educação, é, a longo prazo, o mais produtivo de todos os investimentos, proporcionar, explicitamente, aos professores de todas as Universidades condições necessárias, isto é:

- Remuneração adequada e suficiente para assegurar um padrão de vida condigno com a função de Professor Universitário;
- Assistência financeira completa e indispensável durante a permanência do professor em cursos, seminários, congressos, etc.;
- Existência obrigatória de um quadro de professores assistentes, que possibilitem a substituição do professor ausente, quando afastado da cadeira pelos motivos acima enumerados;
- Existência, na Universidade, do aparelhamento indispensável ao desenvolvimento de cada cadeira (biblioteca especializada, laboratórios, salas de estudo etc., conforme o caso).

. **Critérios negativos** — Eliminando certas dificuldades, encontradas pelos órgãos que distribuem bolsas de estudos para aperfeiçoamento de professores, principalmente no terreno financeiro, as bolsas deveriam ser concedidas considerando, além das condições geralmente estabelecidas, critérios ou pesos, tais como:

- Assiduidade nas atividades relacionadas com a cátedra;
- Interesse demonstrado pelo candidato para o desenvolvimento do programa de estudos que lhe foi confiado, na Escola;
- Tempo existente entre a época da conclusão do Curso Superior ao da investidura pelo candidato na função de professor;

- Importância e programa dos estudos que o candidato se propõe a realizar;
- Relação entre o curso, estágio, etc., e a cadeira sob a responsabilidade do professor;
- Recomendação aprovada pela Congregação da Escola a que pertence o candidato;
- Tempo de exercício, no magistério, antes da sua investidura como Professor Universitário.

• **Quantificação e não qualificação** — A instalação de Escolas de Ensino Superior em regiões onde a existência de escolas do mesmo tipo supre a demanda, prejudicando, nesta quantificação, a qualificação das Escolas, com graves repercussões na deficiência do ensino oferecido, é um erro que precisa ser evitado, já que não dispomos de pessoal habilitado em número suficiente para atender a tantas Escolas, normalmente instaladas, cada ano, no país. O ideal seria que fosse, desse modo, limitado o número de Escolas, em determinados ramos do Ensino, para as já existentes, fazendo uma nova política de distribuição das Escolas a serem instaladas, conforme julgado mais conveniente ao desenvolvimento econômico e cultural do país, numa certa profundidade.

• **Tendência para o intelectualismo** — A tendência para o intelectualismo, que tem trazido grandes prejuízos para o desenvolvimento econômico do país, tem raízes profundas (históricas, políticas, sociais etc.), a saber:

- A formação cultural do nosso país foi influenciada pelas nações imperialistas da época que, ao imporem uma cultura intelectualista em nossas escolas, asseguravam a permanência do **futuro celeiro do mundo** numa condição secular semicolonial de subdesenvolvimento: a incapacidade de nossas escolas com seus programas intelectualistas de formarem técnicos era a garantia da estabilização no subdesenvolvimento;
- As classes dominantes, interessadas em manter determinado **statu quo**, organizaram um sistema educacional com base na orientação clássica, ou forma-

ção de elites intelectuais surgidas das mesmas, o que colocava o trabalho e as profissões técnicas em segundo plano;

- Conduzindo suas atenções para o litoral, as classes dominantes, através do sistema educacional intelectualista, promoveram o abandono do campo e, consequentemente, a concentração populacional nos centros urbanos;
- Esse sistema educacional surgia, assim, como uma imposição dos latifundiários e da burguesia mercantil que, para manter a supremacia sobre as outras classes, instituiu um sistema burocrático com base na educação intelectualista: seleção dos elementos para as funções administrativas, militares, políticas e profissões liberais;
- A própria vida cultural do país era baseada na **transplantação** da cultura de outros povos, a fim de manter o país com suas características do semi-colonialismo e subdesenvolvimento dos países de economia complementar das nações imperialistas;
- Finalmente, essa tendência intelectualista para o bacharelismo tem bases psicológicas e sociais, derivadas da tradição do Brasil-Colônia, quando a aspiração comum das famílias de posse era mandar educar um filho em Lisboa para ser padre ou bacharel. Ainda não havia, naquela época, o sentimento desenvolvimentista nacional, como o há hoje, pendendo para o nacionalismo extremado: só era entendido o nacionalismo como sentimento de independência ou nativismo.

Hoje, o que interessa a todos os povos é a independência, no sentido econômico de uma nação poder tornar-se auto-suficiente e, pela solidariedade e cooperação com outras nações, crescer e promover o bem-estar social da comunidade.

Quando fizemos essas declarações, entre outras, estávamos convencidos de que essa independência não seria possível, no caso brasileiro, com o menosprezo pelas carreiras técnicas, isto é, enquanto fosse estimulada essa tendência para o intelectualismo, que vimos combatendo desde o nosso tempo de universitário.

(O Ensino Técnico-Profissional de Nível Universitário, tendo uma infra-estrutura formada por uma rede de escolas de nível médio dotadas de flexibilidade, que preparassem de maneira adequada os moços para o acesso às profissões técnicas, de acordo com a orientação vocacional, se constituiria, assim, numa força produtiva gigante, que abrigaria em seu seio professores e alunos, trabalhando no campo, nos laboratórios, nas usinas, nas fábricas e nas oficinas de todos os tipos).

Desse modo, tanto a escola primária, como a de nível médio, só tem servido de base para a preparação dessas elites intelectuais, ou, também, de elementos de distinção entre os que se dedicam ao **trabalho intelectual e braçal**.

E, até que o país comece a receber os primeiros resultados da reforma do ensino, implantada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, podemos dizer que o ensino apresenta, de um modo geral, os seguintes defeitos:

- . Falta de objetividade prática, na preparação dos alunos;
- . Ausência de associação dos objetivos da escola com as necessidades regionais;
- . Falta de escolas em número suficiente para atender ao desenvolvimento econômico do país;
- . Falta de orientação vocacional, nas escolas de nível médio, que possibilite o encaminhamento dos candidatos ao Ensino Superior;
- . Número de horas semanais, obrigatórias, para frequência às aulas, inferior às necessidades que o aproveitamento está a exigir;
- . Predominância do ensino teórico e intelectualista: muitas disciplinas de cultura geral e nenhuma aula prática;
- . Multiplicação do número de escolas de Ensino Superior com a instalação em locais onde não existe pessoal docente qualificado;
- . Falta de aparelhamento adequado, principalmente nas escolas de nível médio, para que sejam ministradas aulas práticas de matérias científicas;

- . As dificuldades postas nos exames de admissão às escolas de Ensino Superior não correspondem com o preparo recebido pelos candidatos nas escolas de nível médio;
- . Ausência de campos experimentais, oficinas, laboratórios etc., nas escolas de nível médio, que incentivem os educandos a **aprender fazendo**;
- . Processamento de um sistema de provas e exames, nas escolas de todos os graus, que não espelham a realidade sobre o aproveitamento **real** dos educandos;
- . Ausência de apoio por parte dos poderes públicos ao professor que deseja aperfeiçoar-se no ramo de sua especialização.

(Continua no próximo número)

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DO ESPÍRITO SANTO

Relatório Geral do Museu da Imagem e do Som do Espírito Santo

Atendendo ao que dispõe os Estatuto do IHGES e o Estatuto do MIS-ES, temos a satisfação de apresentar à Diretoria do IHGES o relatório de atividades desenvolvidas pelo MIS-ES, desde sua criação em 26.05.1984 a 30.01.1986.

Apresentação:

O MIS, unidade departamental do IHGES, tem como objetivo documentar e preservar a imagem e o som do passado e do presente, com a finalidade de montar um painel da vida cultural espírito-santense, através da utilização de suportes áudio-visuais.

Nesse sentido, o Museu pretende constituir um acervo que represente expressiva fonte de informação e de estudo.

Farão parte do setor de documentação: depoimentos, fotografias, slides, fita-video, fita k-7, filmes, mapas, partituras, discos. Quanto às atividades específicas, o MIS prestará serviços à comunidade através de exposições, cursos, palestras, programações cinematográficas — de video-tapes e áudio-visuais.

Histórico da Criação do MIS/ES

A 8 de abril de 1983, o IHGES enviou ofício aos diretores do Instituto Jones dos Santos Neves, Departamento Estadual de Cultura, Museu Solar Monjardim, Fundação Ceciliano Abel de Almeida e ao Departamento de Cultura da Prefeitura de Vitória, solicitando o pronunciamento daqueles órgãos, bem como o comparecimento de um seu representante na reunião que se realizaria no dia 04 de maio na sede do IHGES, com o propósito de se estudar a viabilidade de criação do MUSEU DA IMAGEM E DO SOM.

No referido dia 04 de maio, realizada a reunião, compareceram representantes do Departamento Estadual de Cultura, da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, do Arquivo Público Estadual, que juntamente com membros do Instituto, ouviram do Dr. Fernando Tamanini, Diretor do Museu da Imagem e do Som de Brasília, a história e funcionamento do Museu daquela Cidade. Após exposição do Dr. Tamanini, ouvida as explicações e justificativas dos representantes das entidades presentes, assim como do representante do Conselho Estadual de Cultura, deliberou-se que o IHGES ficaria responsável pela criação do Museu e que aqueles órgãos colaborariam na medida do possível para o crescimento do mesmo.

A Assembléia Geral do IHGES, realizada em 28.05.1983, aprovou a criação do Museu que seria uma unidade departamental do Instituto. Na mesma Assembléia foi designada uma comissão para elaborar o anteprojeto dos estatutos do Museu, que seria encaminhado aos sócios do Instituto para sugestões. Após um ano de estudos, discussão e emendas, a comissão encarregada da elaboração dos Estatutos do MIS, encaminhou à Diretoria do Instituto a redação final do anteprojeto que foi aprovado pela Assembléia Geral do IHGES em 26.05.84.

O resumo dos Estatutos do MIS-ES foi publicado no Diário Oficial do Estado de 14.06.1984. O Museu adquiriu personalidade jurídica em 28.06.1984, quando teve seus Estatutos registrados no Cartório de Registro Civil — Livro A-4, sob o número de ordem 3.190.

Inauguração Oficial do MIS/ES

Em 03 de outubro de 1984, deu-se a inauguração oficial do MIS/ES, sendo seu primeiro depoente — o Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, personalidade política de nosso Estado.

Em solenidade realizada às 16 horas na Sede (salão nobre) do IHGES, estiveram presentes, dentre outros, os seguintes convidados especiais, que participaram da mesa: General Darcy Pacheco de Queiroz, Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, Dr. Paulo Fundão, Dr. Milton Caldeira, Dr. Nelson Abel de Almeida, Prof. Manoel Milagres, Dr. Paes Barreto, Coronel Orelly Lyrio (Sub-Comandante da PMES).

Acervo do MIS/ES

Fazem parte do acervo do MIS/ES, todas as doações, fitas-vídeo e fitas k-7 contendo depoimentos, um álbum fotográfico documentando a inauguração do Museu.

Doações

- * ALCEBIÁDES RODRIGUES FARIAS — Passaporte (original) de seus avós — imigrantes Italianos: Antonio Corzi e Teresa Corzi, chegaram ao E. Santo no ano de 1898. (10.07.1983).
- * RENATO PACHECO — 02 fotos — carnaval de 1915 — (28.05.1984). 03 fotos do Convento da Penha de 1932, (13.03.85). Cópia da planta da Colônia Santa Leopoldina — núcleo Timbuí. (13.03.1985).
- * FERNANDO ACHIAMÉ — Hinos Brasileiros (disco) — 10.10.1984.
- * ALBERTO STANGE JUNIOR — Um gravador Phillips. (07.11.1984).
- * HEITOR DE PAULA BEIRIZ — 08 fotos — representando a visita do Presidente da República Gen. Eurico Gaspar Dutra a Vitória em 1949. (Doação feita através de Renato Pacheco). (07.11.1984).
- * MILTON CALDEIRA — Selos e folhinha — comemorativos do IV Centenário da Fundação de Vitória. Doação encaminhada através de Renato Pacheco. (12.09.1984).
- * ELMO ELTON — 04 fotos — flagrantes de posse da Diretoria do IHGES. (12.09.1984).
- * NILO MARTINS DA CUNHA — 30 fotos que registram solenidades ocorridas na Assembléia Legislativa nos anos sessenta. (12.09.84).
- * MARIA DA PENHA DELARMELINA — 15 fotos de sua autoria — Monumentos Históricos do Espírito Santo. (20.03.85).
- * WILSON LOUREIRO — Cópia do passaporte de seus avós. (18.10.84).

- * VIRGILIO TOMASI — Trança de seda feita por seu avô — VIRGILIO LAMBERT — imigrante italiano em Santa Teresa — ano 1880. (20.01.1986).

Depoimentos

Gravações em vídeo: — Depoimento do Dr. Carlos Fernando M. Lindenberg. (03.10.1984).

Filmagem da coleção de peças antigas — doadas por ELMO ELTON ao IHGES. (09.11.1984).

Gravações em K-7: — Depoimento do Dr. Carlos F. M. Lindenberg.

Depoimento do Sr. Virgílio Tomasi (20.1.86).

Depoimento do Dr. Augusto Ruschi. (21.01.86).

Considerações Finais

“Um Museu é como casa de cultura que deve ser integrada à comunidade,

em vez de Santuário de um passado silencioso”.

(Professor Rui Mourão)

Diante do que foi exposto, cremos que conseguimos atingir parte de nossos objetivos. Esperamos continuar a receber de todos, orientação, apoio e colaboração, sobretudo com idéias, sugestões e críticas construtivas.

Todas as condições que possibilitaram a operacionalização do que foi apresentado neste relatório, deve-se à colaboração e apoio de toda a Diretoria e demais membros do IHGES. A todos o nosso sincero agradecimento.

Vitória, 30 de janeiro de 1986.

Sonia Maria Demoner
Diretora

SÓCIOS EFETIVOS

Dr. Adelpho Poli Monjardim
Prof. Alberto Stange Júnior
Prof. Aldo Franklin dos Santos
Prof. Aly da Silva
Dr. Américo Barbosa de Menezes
Prof^a Ângela de Biase Ferrari
Ten. Cel. Ângelo Costalonga de Moraes Costa
Des. Annibal de Athayde Lima
Prof. Antonio Coelho Sampaio
Des. Antonio José Rua
Dr. Aylton Pereira de Almeida
Prof. Aylton Rocha Bermudes
Prof. Carlo Bussola
Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg
Des. Carlos Teixeira de Campos
Prof^a Celi da Rocha Neves
Prof. Celso Perota
Dr. Christiano Dias Lopes Filho
Prof. Christiano Woelffel Fraga
Prof. Domingos Gomes de Azevedo
Dr. Douglas Puppín
Dr. Elmo Elton Santos Zamprogno
Dr. Elviro Athayde de Freitas
Dr. Eugênio Lindenberg Sette
Dr. Evandro Moreira
Dr. Fernando de Moraes Achiamé
Dr. Francisco Schwarz
Prof. Gabriel Augusto de Mello Bitencourt
Prof. Guilherme Santos Neves
Prof. Hegner Araújo
Sr. Heitor de Paula Beiriz
Dr. Hermógenes Lima Fonseca
Prof^a Ilza Miranda Bitran
Prof. Ivan Anacleto Lorenzoni Borgo
Prof. Ivantir Antonio Borgo
Prof. Ivo Amâncio de Oliveira
Dr. Jayme dos Santos Neves
Sr. Joaquim Pires de Amorim
Dr. José Antonio Ruy Cortes
Prof. José Antonio Ruschi Bittencourt

Dr. José Luiz Holzmeister
 Dr. José Moysés
 Des. José Vieira Coelho
 Dr. José Garajau da Silva
 Dr. José Paulino Alves Júnior
 Prof. Júlio David Archanjo
 Prof^a Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa
 Sra. Léa Carvalho Ferreira
 Dr. Leandro Nader
 Sr. Levy Rocha
 Prof^a Lúcia Alves Corrêa
 Prof^a Luciana Osório da Costa
 Prof. Luiz Busatto
 Prof. Luiz Guilherme Santos Neves
 Prof. Manoel Ceciliano Salles de Almeida
 Sr. Manoel Milagres Ferreira
 Dr. Manoel Moreira C. Netto
 Des. Manoel Xavier Paes Barreto Filho
 Prof^a Maria Beatriz Figueiredo Abaurre
 Arq. Maria do Carmo de Novaes Schwab
 Sra. Maria de Fátima Teixeira Monteiro
 Prof^a Maria Filina Salles de Sá de Miranda
 Prof^a Maria da Penha Siqueira
 Prof^a Maria Yonita de Aguiar Ribeiro
 Prof. Mário Bem Dias de Moura
 Prof. Mário Bonzano
 Prof. Miguel Arcanjo Kill
 Dr. Miguel Depes Tallon
 Prof. Máximo Borgo Filho
 Dr. Milton Caldeira
 Prof. Milton Teixeira Garcia
 Prof. Namyr Carlos de Souza
 Prof^a Neida Lúcia Cunha de Moraes
 Prof. Nelson Abel de Almeida
 Dr. Nilo Martins da Cunha
 Dr. Ormando Moraes
 Prof. Oscar de Almeida Gama Filho
 Prof. Péricles Rocha de Sá
 Prof. Reinaldo Santos Neves
 Dr. Renato Bastos Vieira
 Prof. Renato José Costa Pacheco
 Des. Rômulo Salles de Sá
 Prof^a Rosa Helena Schorling de Albuquerque
 Dr. Sebastião Augusto Valle Guimarães
 Prof. Sebastião Pimentel Franco

Des. Sebastião Teixeira Sobreira
Prof^a Sonia Maria Demoner
Sra. Terezinha Tristão Bichara
Dr. Vicente da Silva Loureiro
Prof^a Vilma Paraíso de Almada
Des. Waldemar Mendes de Andrade
Dr. Waldemar Washington de Oliveira
Dr. Waldir Vitral
Prof. Walne Cassiano Botelho
Prof. Willis de Faria
Dr. Wilson Lopes de Resende
Dr. Wlademiro da Silva Santos

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Irmãos Dalla Bernardina
Dr. João Miguel Feu Rosa
Dr. Pedro Dadalto
Dr. Rudy Maurer
Dr. Marcos Venicius Souza Viana
Dr. José Guilherme Neffa
Dr. Jônice Tristão
Dr. Rômulo Augusto Penina

SÓCIOS HONORÁRIOS

Dr. Augusto Ruschi
Dom João Batista Cavati

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Alberto Isaias Ramires — Rio de Janeiro — RJ
Almir Paes Barreto — Rio de Janeiro — RJ
Antonio Paim — Rio de Janeiro — RJ
Arthur Napoleão Figueiredo — Belém — Pará
Augustin Wernet — São Paulo — SP
Carlos Cunha — São Luís — Maranhão
Cybelle Ipanema — Rio de Janeiro — RJ
Clovis Ramalhete — Brasília — DF
Dante de Laytano — Porto Alegre — Rio Grande do Sul
Domingos Vieira Filho — Maranhão
Egon Wolff — Rio de Janeiro — RJ
Emmanuel Soares de Veiga Garcia — São Paulo — SP
Felte Bezerra — Rio de Janeiro — RJ
Fernando Antonio Faria — Rio de Janeiro — RJ
Fernando de Castro Rebello — Rio de Janeiro — RJ
Fernando Tamanini — Brasília — DF
Florival Seraine — Ceará — Fortaleza
Francisco de Vasconcelos — Petrópolis — Rio de Janeiro
Frédéric Mauro — Paris — França
Frieda Wolff — Rio de Janeiro — RJ
Gildo Willadino — Brasília — DF
Hélio de Souza Melo — Fortaleza — Ceará
João Eurípedes Franklin Leal — Rio de Janeiro — RJ
João Ribas da Costa — Rio de Janeiro — RJ
José Antonio Falcão — Lisboa — Portugal
José de Arimathea Titio Filho — Terezina — Piauí
José Eduardo Pizarro Drumond — Rio de Janeiro — RJ
José Honorio Rodrigues — Rio de Janeiro — RJ
José Machado Lopes — Rio de Janeiro — RJ
José Schiavo — Rio de Janeiro — RJ
José Sebastião Witter — São Paulo — SP
José Teixeira de Oliveira — Rio de Janeiro — RJ
Lécio Gomes de Souza — Corumbá — M. G. do Sul
Marcello Ipanema — Rio de Janeiro — RJ
Maria de Fátima Agra — Paraíba — João Pessoa
Maria Regina Simões de Paula —
Mário Ipiranga Monteiro — Amazonas
Mário Leonidas Soares Casanova — São Paulo — SP
Mário Souto Mayor — Olinda — Pernambuco
Nachman Falbel — São Paulo — SP

Nara Sallete da Costa —
Noêmia Paes Barreto Brandão — Rio de Janeiro — RJ
Otávio Gonçalves Gomes — C. Grande — M. G. do Sul
Plínio Martins Marchini — Curitiba — Paraná
Regina Lacerda — Goiás — Goiania
Rubens de Mendonça — Mato Grosso
Thales de Azevedo — Salvador — Bahia
Vasco José Taborda — Curitiba — Paraná
Verissimo de Mello — Natal — Rio Grande do Norte
Waldir Ribeiro do Val — Rio de Janeiro — RJ
Walter Fernando Piazza — Florianópolis — S. Catarina

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DO
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL